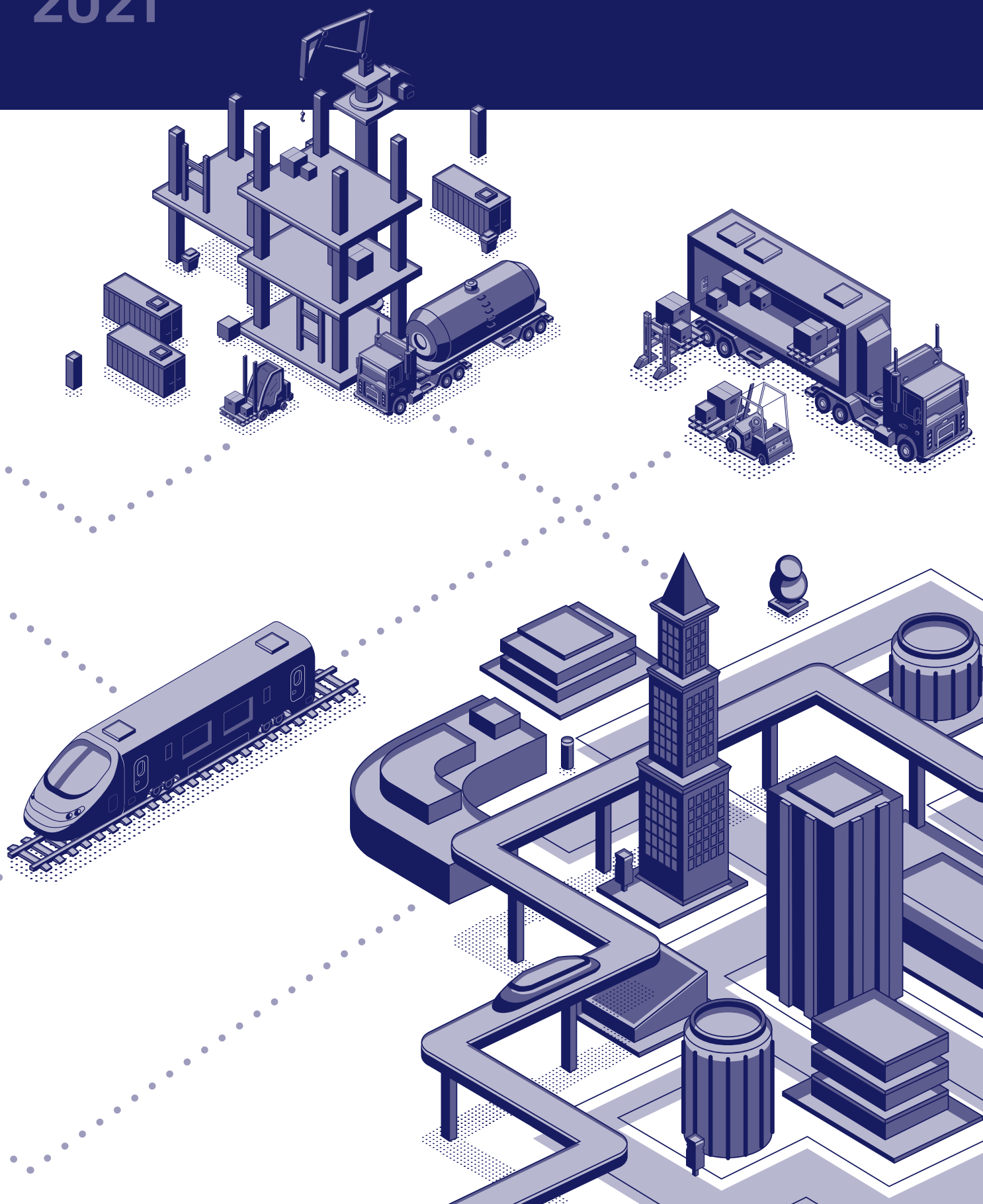
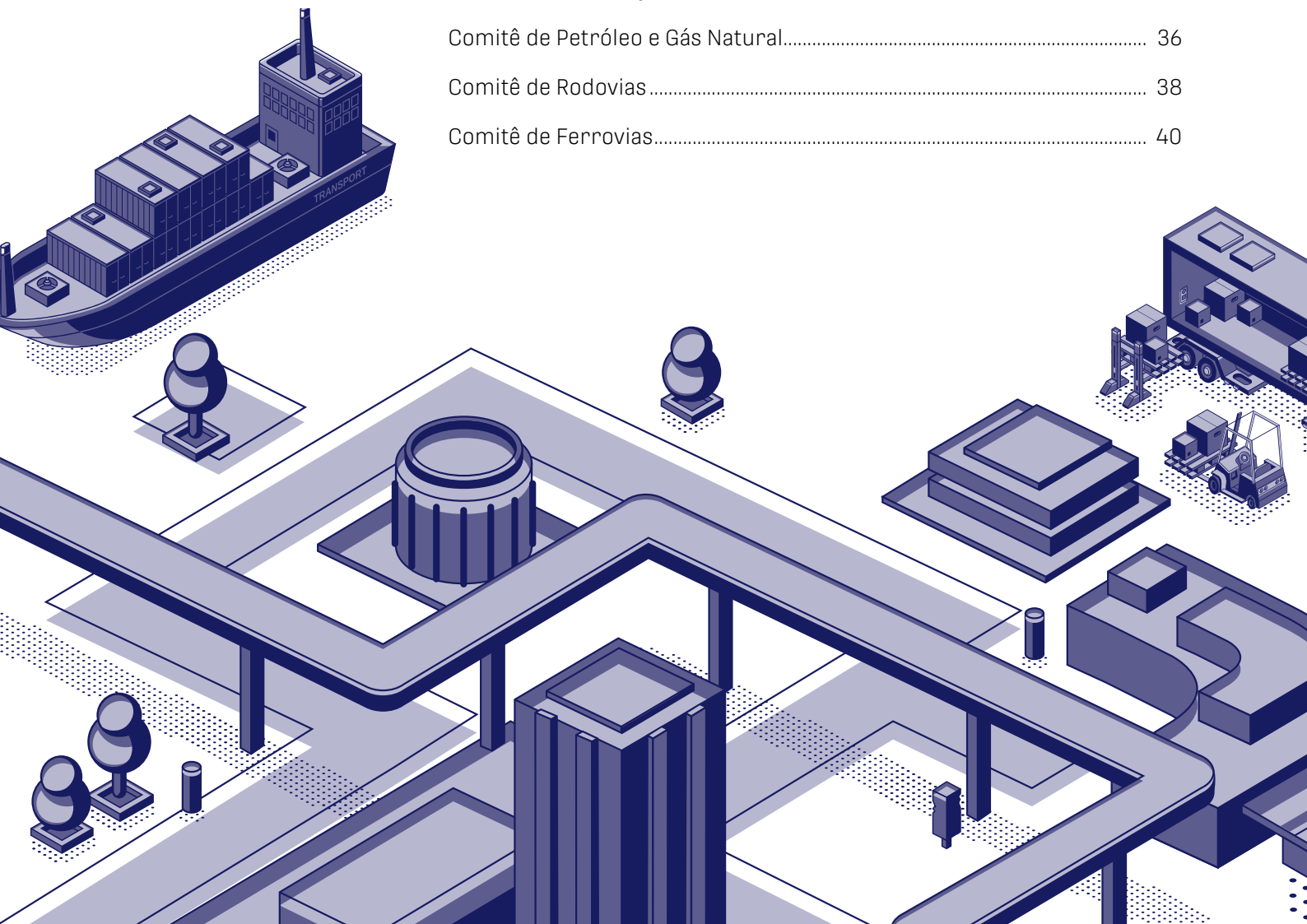


RELATÓRIO ANUAL 2021

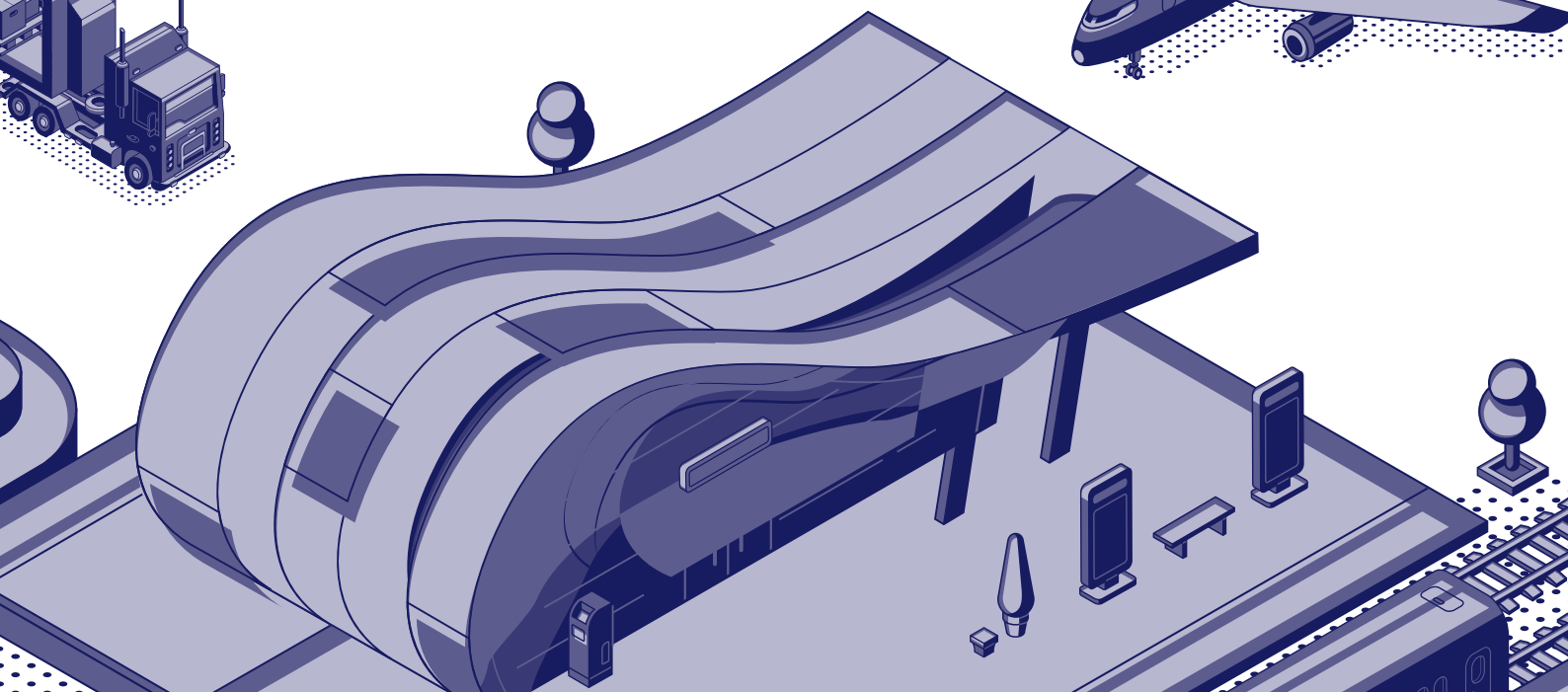
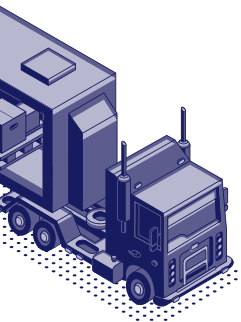


ÍNDICE

Editorial.....	4
Sobre a Abdib	8
Comitês e grupos de trabalho.....	12
Comitê de Gestão da Crise: um farol em meio à neblina	14
Comitê de Financiamento, Riscos e Garantias.....	18
Comitê Legal e Tributário.....	20
Comitê de Desestatização	22
Comitê de Sustentabilidade.....	24
Comitê de Ética e Responsabilidade Social	26
Comitê Estratégico do Setor Elétrico	28
Comitê de Geração de Energia	30
Comitê de Transmissão de Energia	32
Comitê de Iluminação Pública	34
Comitê de Petróleo e Gás Natural.....	36
Comitê de Rodovias	38
Comitê de Ferrovias.....	40



Comitê de Aeroportos.....	42
Comitê de Portos.....	44
Comitê de Mobilidade Urbana.....	46
Comitê de Recursos Hídricos e Saneamento Básico.....	48
Comitê de Resíduos Sólidos.....	50
Comitê de Indústria.....	52
Planos de trabalho dos comitês 2021.....	54
Encontros e debates.....	66
Seminários e eventos.....	78
Agenda Legislativa.....	80
Educação corporativa.....	82
Comunicação.....	83
Investimentos em Infraestrutura.....	84
Livro Azul da Infraestrutura.....	85
English version.....	86
Conselhos e diretoria.....	98
Empresas associadas.....	99



O cenário e as condições para crescer em 2021

Em nossa mensagem do ano passado, havíamos manifestado otimismo em razão da agenda econômica do governo federal ter sido iniciada pela reforma da Previdência e pela disposição do Poder Legislativo em priorizar a reforma tributária, a nova legislação sobre licitações públicas e outros instrumentos legais de modernização regulatória de vários segmentos da infraestrutura.

Paralelamente, os órgãos do Poder Executivo ligados à infraestrutura aceleravam o programa de estruturação de projetos para aumentar a carteira de concessões à iniciativa privada e responder, por meio do investimento privado, as dificuldades geradas pela crise fiscal nos três níveis de governo. Nesse sentido, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), o BNDES e Caixa Econômica Federal auxiliaram os entes subnacionais com apoio técnico para a estruturação de projetos para a superação de dificuldades fiscais.

Além disso, a Eletrobrás avançava em um processo de reestruturação, prevendo inclusive acelerar o aumento de capital/privatização e consequentemente os investimentos. Ao mesmo tempo, a Petrobras avançava em um programa de desmobilização de ativos e concentração da sua operação na exploração e produção do petróleo no pré-sal, também com reflexos positivos no seu programa de investimentos.

A taxa de juros se reduzia significativamente, o nível de desemprego parecia ensejar uma reversão, as contas externas não apresentavam problemas e a taxa de câmbio parecia atingir um patamar favorável às exportações sem um rebate negativo na inflação.

Parecia existir um consenso no mercado de que a inflação estava estabilizada, até com risco de deflação, e que avançando nas reformas estruturais – fiscal e administrativa, dando espaço para o investimento público – e nos vários projetos de lei em discussão



Venilton Tadini
Presidente-executivo
da Abdib

no Congresso Nacional, trazendo modernizações na regulação dos setores de energia elétrica, gás natural e saneamento básico, além da nova lei sobre concessões e PPPs, entre outros, poderíamos entrar em um ciclo virtuoso de crescimento a depender somente da questão fiscal e deixar os resultados pífios no passado.

Eis que, de repente, o mundo foi surpreendido pela pandemia da Covid-19, o que deixou a economia mundial abatida pelo isolamento, consequentemente entrando em recessão. Os reflexos deste “tsunami” no Brasil foram enormes. Poderiam ter sido piores se não fossem medidas importantes adotadas pelo governo federal, como o auxílio emergencial, as ações do Banco Central para manter o nível de liquidez no mercado financeiro, as ações do BNDES, da Caixa e do Banco do Brasil em relação ao reescalonamento das dívidas e ainda a flexibilização de prazos nos pagamentos de tributos. Houve muitos problemas na implementação dessas medidas, o que pode ser considerado natural em razão da sua dimensão e complexidade.

Apesar disso e das avaliações iniciais extremamente negativas sobre os efeitos da pandemia na economia, a realidade mostrou-se distinta. As estimativas recentes indicam que o PIB pode ficar com taxa negativa próxima de 5%, algo não tão ruim quanto imaginado anteriormente. Esses resultados nos indicam que, apesar das dificuldades que tivemos no enfrentamento da crise, ainda temos bons motivos para sermos otimistas em relação a 2021.

No contexto internacional, ainda teremos pela frente condições extremamente favoráveis, com uma

combinação virtuosa de taxas de juros baixíssimas com preço de commodities em elevação. Teremos a volta da liquidez internacional com a recuperação da economia mundial decorrente da vacinação em massa contra a Covid-19.

No âmbito interno, seremos afetados positivamente também pela vacinação, isso se soubermos superar os aspectos políticos e eleitoreiros em que o tema está envolvido.

Em relação ao Congresso Nacional, avançamos em 2020 em temas importantes como a nova regulação do setor de saneamento, a nova lei de licitações, o novo marco regulatório do gás, a nova lei de falência e a solução do risco hidrológico (GSF), entre outros. Além disso, temos vários outros dispositivos legais importantíssimos para a economia e a infraestrutura que já foram extremamente debatidos e que estão prontos para aprovação: nova lei de concessões e PPPs, a modernização do setor elétrico, as debêntures de infraestrutura e a securitização de recebíveis tributários, entre outros. Adicionam-se a esse cardápio as reformas tributária e administrativa.

Provavelmente o Brasil foi, entre os países emergentes, aquele que mais tem avançado nas reformas regulatórias e estruturais. Projetos de infraestrutura que sofreram adiamento em razão da pandemia foram reprogramados para serem licitados em 2021 nos três níveis de governo.

Levantamento realizado pela Abdib no Livro Azul da Infraestrutura mostra projeções dos investimentos privados, que serão maiores aos que foram realizados anos anteriores, principalmente nos setores de transporte e logística e de saneamento básico. O PPI, o BNDES, a Caixa Econômica Federal e o Ministério do Desenvolvimento Regional reforçaram bastante o papel de apoio aos entes subnacionais. Apesar da elevação dos investimentos nestas áreas, no entanto, o resultado será ainda insuficiente quando comparado com as necessidades. Isso porque houve queda expressiva dos investimentos públicos em infraestrutura.

Cabe ressaltar ainda o aumento dos investimentos que ocorrerão nos setores de energia elétrica a partir da rápida recuperação de demanda e também com as perspectivas positivas para aprovação

da capitalização/privatização da Eletrobras. O mesmo ocorrerá no setor de petróleo, cujo preço internacional tem sido recuperado, o que tem ocorrido também com a demanda por derivados. Aliado a esse cenário, com um importante programa de desmobilização de ativos, a Petrobras recuperará sua capacidade de investimentos.

Do quadro apresentado, resta uma questão fundamental para ser equacionada que é a crise fiscal que tem imposto ao Brasil um ajuste perverso das contas públicas, com elevação de gastos de pessoal e custeio em detrimento da redução de investimentos públicos.

É nesse ponto que reside a questão central da velocidade e força de nossa recuperação. Precisamos, sem dúvida, elevar os investimentos públicos em infraestrutura dado os aspectos dinâmicos de efeitos multiplicadores importantíssimos sobre renda, emprego e arrecadação fiscal. São vetores essenciais para melhoria de nossa competitividade e de nossa capacidade de crescimento futuro.

É preciso que se compreenda que o investimento público na baixa do ciclo econômico e elevada ociosidade da economia não tem o efeito de *crowding out* em relação ao investimento privado, o que poderia levar a uma ineficiência alocativa como supõem alguns economistas ortodoxos. Ao contrário, o aumento do gasto público em infraestrutura nas condições atuais de capacidade ociosa de nossa economia causará um efeito de *crowding in* no investimento privado, melhorando as perspectivas de demanda.

Por fim, mais uma vez é importante enfatizar que ajuste fiscal somente por meio de corte de investimento reforçará o que temos visto nos últimos anos – uma economia estagnada e saída do capital produtivo. O que realmente atrai o investidor é a demanda em bom patamar, com capacidade de dar retorno ao capital investido, boas condições regulatórias, segurança jurídica e estabilidade político-institucional. Esse ponto é essencial: um ajuste fiscal concentrado basicamente no investimento com uma economia em recessão não será suficiente para o país voltar a crescer de forma sustentável.

The outlook and conditions for growth in 2021

In our message of last year, we were optimistic because the federal government had begun implementing its economic agenda starting with the Pension reform, and the legislative branch was inclined to prioritizing the tax reform, the new public tender legislation and other legal instruments for the regulatory modernization of several infrastructure segments.

In parallel, the executive branch infrastructure bodies speeded up the project structuring program in order to increase the portfolio of concessions to the private sector and resolve, through private investments, the difficulties created by the fiscal crisis in the three government branches. In this sense, the Investment Partnership Program (PPI), the BNDES and Caixa Econômica Federal provided subnational entities with technical support for structuring projects in order to overcome tax difficulties.

In addition, Eletrobras carried out a restructuring process that included accelerating the capital increase/privatization and, consequently, investments. At the same time, Petrobras implemented a program aimed at disposing of assets and focusing its oil exploration and production operations in the pre-salt, which also positively impacted its investment program.

The interest rate had been dropping significantly, the unemployment rate was likely to rebound, the external accounts were sound and the exchange rate appeared to be at a favorable level for exports with no negative impact on inflation.

It seemed that there was a market consensus that inflation was stable, even with a risk of deflation, and that by implementing structural tax and administrative reforms, with bills being discussed in the National Congress to modernize the regulations in the electricity, the natural gas and the basic sanitation



Venilton Tadini
President of Abdib

sectors, and the new concession and PPP law, among other factors, we could experience a virtuous cycle of growth and leave poor results behind.

Then, unexpectedly, the world was hit by the Covid-19 pandemic and the consequent social distancing, which caused the global economy to slip into recession. The impacts of this “tsunami” were huge in Brazil, in spite of the measures adopted by the federal government, including the emergency aid, the Central Bank of Brazil’s actions to maintain the liquidity level in the financial market, the debt rescheduling initiatives of the BNDES, CAIXA and Banco do Brasil, and the postponement of tax payments.

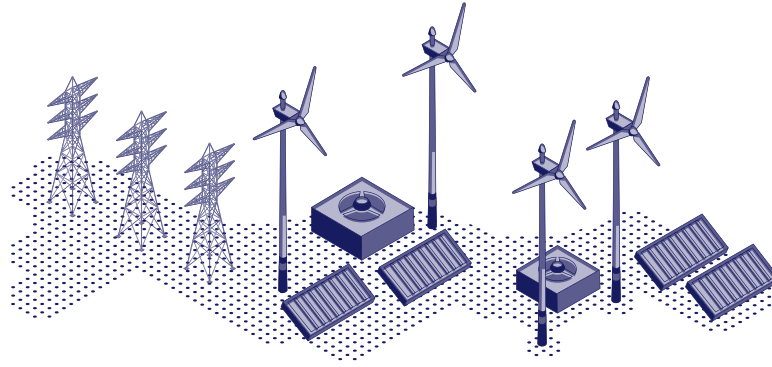
Due to the size of this program, there were many problems and delays in implementing its measures.

In spite of these slips and the extremely negative initial assessment of the effects of the pandemic on the economy, the reality turned out to be different. Recent estimates indicate that GDP may decrease around 5%, which is not as bad as previously forecast.

These results show that, despite the challenges we have faced during the crisis, we still have good reasons to be optimistic about 2021.

In the international context, we will continue to have extremely favorable conditions, with a virtuous combination of low interest rates and rising commodity prices. Liquidity will increase in the foreign market as a result of the global economy recovery that should follow the mass vaccination against Covid-19.

In the domestic market, we can also be positively impacted by vaccination – only if we manage to overcome the political issues and pre-election sweeteners involving this matter.



As for the National Congress, in 2020 we tackled important matters such as the new regulations on the sanitation sector, the new law of public bids, the new regulatory framework for the gas sector, the new bankruptcy law and the generating scaling factor (GSF) solution, among others. In addition, many legal provisions of paramount importance for the economic and infrastructure realms have already been extensively discussed and are ready to be approved: the new law on concessions and PPPs, the modernization of the energy sector, infrastructure debentures and the securitization of tax receivables, among others. There are also tax and administrative reforms.

Brazil is probably the emerging country that most moved forward with regulatory and structural reforms. Infrastructure projects postponed due to the pandemic had their public tenders at the three government levels rescheduled for 2021.

A survey carried out by Abdib included in the Livro Azul da Infraestrutura (“Infrastructure Blue Book”) shows the private investment projections, which will be greater than in the previous years, especially in the basic sanitation and transport & logistics sectors. The PPI, the BNDES, Caixa Econômica Federal and the Ministry of Regional Development reinforced their roles in supporting subnational entities. However, despite heavier investments in these areas, the outcome will not be enough to address the current needs, because of the significant drop in public investments in infrastructure.

We also highlight the future increase in investments in the energy sector as demand picks up at a rapid pace and also due to positive prospects for the approval of Eletrobras capitalization/privatization. There will also be an upturn in investments in the oil sector, and international crude oil prices and demand

for by products have recovered. Combined with this scenario, Petrobras has an important program for the disposal of assets, which will enable it to recover its investment capacity.

Considering this overview, there is one key issue left to be addressed: the fiscal crisis that has caused the Brazilian public accounts to rise, with high personnel expenses and costs, to the detriment of public investments.

This is the key element for us to recover with strength and agility. We undoubtedly need to increase public investments in infrastructure, given the dynamic aspects of key multiplying effects on income, employment and tax collection. These are the main drivers to improve our competitiveness and growth capacity in the future.

It is necessary to understand that public investments in a highly stagnant economy amid a low economic cycle have no crowding out effects in relation to private investments, which could lead to an inefficient allocation of resources, as assumed by some orthodox economists. On the contrary, increased public expenditure on infrastructure in a stagnant economy such as Brazil can produce a crowding in effect on private investments, thus improving the demand outlook.

Finally, it is important to emphasize that fiscal adjustments only by means of investment cuts will reinforce the trend seen over the past few years – a stagnant economy with capital outflow. What truly attracts investors are demand at good levels (with capacity to generate returns on invested capital), good regulatory conditions, legal security, and political and institutional stability. This is the key point: making fiscal adjustments during an economic recession will not be sufficient for the country to grow sustainably again.

MISSÃO

Fundada em 1955, a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, cuja missão é:

- Contribuir para o crescimento econômico e o desenvolvimento social do Brasil por meio da expansão dos investimentos em infraestrutura e indústrias de base.
- Fortalecer a competitividade das empresas de bens e serviços para infraestrutura e indústrias de base.
- Colaborar com agentes públicos e privados na busca de soluções consistentes para viabilizar investimentos.
- Ampliar a participação das empresas brasileiras no mercado global de infraestrutura.

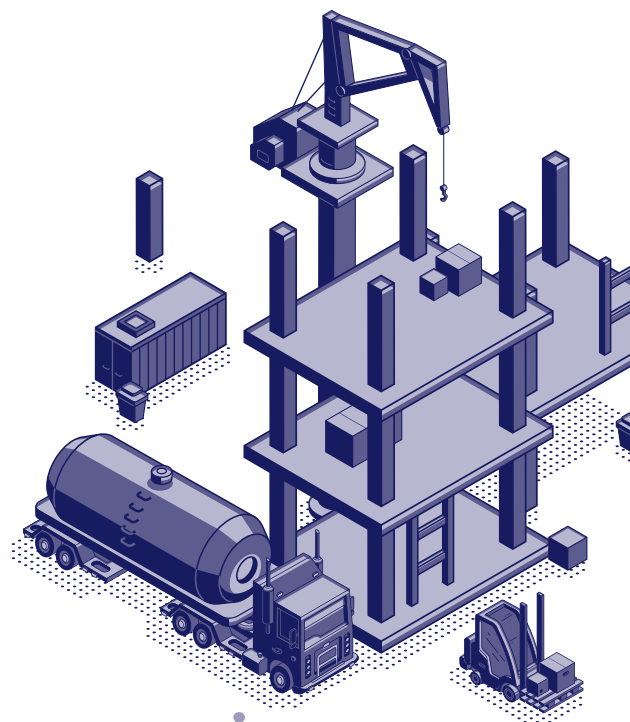
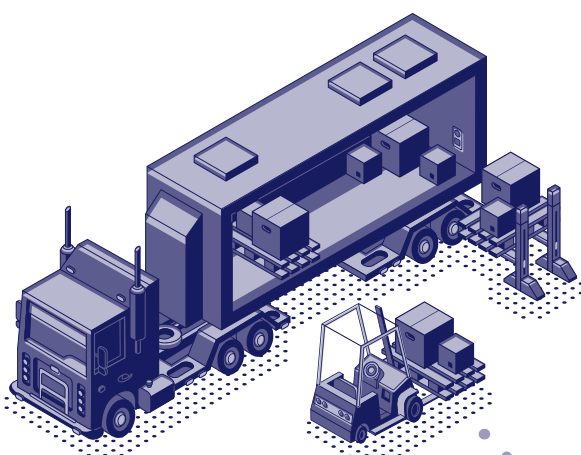
ASSOCIADAS

A Abdib congrega uma ampla gama de empresas públicas e privadas que participam de todas as fases dos negócios (estruturação, investimento e operação) nos setores de infraestrutura e indústrias de base, tais como concessionárias de

serviços públicos, fabricantes de equipamentos, prestadores de serviços como engenharia e escritórios de advocacia, grandes usuários de infraestrutura, fundos de *private equity*, seguradoras, bancos de investimentos e empresas de consultoria, entre outras.

Em 2020, ano em que completou 65 anos de atividades, a Abdib registrou 120 empresas associadas atuantes nas áreas de energia elétrica, petróleo e gás natural, transportes, saneamento ambiental, telecomunicações e indústrias de base.

A entidade possui um Código de Conduta e de Governança Interna cuja adesão das empresas associadas é obrigatória. Dessa forma, a Abdib passou a atuar de forma mais incisiva na orientação sobre normas e condutas éticas nos setores de infraestrutura, enfatizando conceitos e comportamentos que ratifiquem a integridade nos negócios, a defesa da concorrência e a livre iniciativa.



VALORES

- Atuar de forma ética no relacionamento com públicos internos e externos.
- Ser transparente, disseminar informações aos associados de forma equânime e informar a sociedade sobre ações e objetivos da associação.
- Atender às expectativas das empresas associadas com senso crítico, responsabilidade e em concordância com as normas e leis.
- Trabalhar com agilidade, simplicidade e objetividade, maximizando recursos técnicos e humanos com inovação e criatividade.

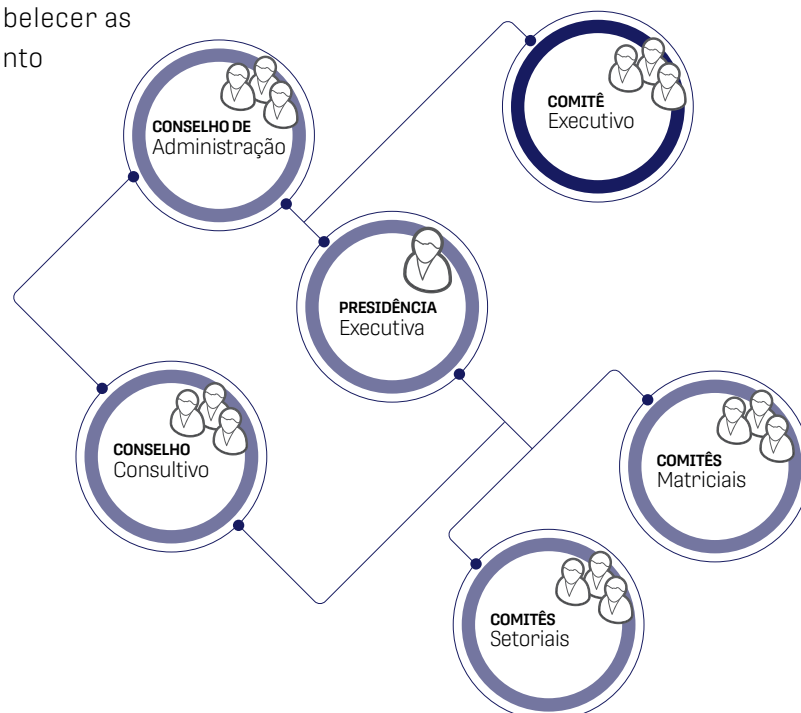
ESTRUTURA DE GOVERNANÇA: CONSELHOS E PRESIDÊNCIA

O Conselho de Administração é composto por 25 integrantes, presidentes de algumas das maiores empresas do país, com a função de contratar e orientar o presidente-executivo e estabelecer as diretrizes para o planejamento estratégico e da gestão.

O presidente-executivo, com dedicação exclusiva, é responsável pela administração geral e pela execução do plano de atividades da Abdib definido pelo Conselho de Administração com apoio do Conselho Consultivo e comitês.

O Conselho Consultivo é composto por 40 integrantes com a função de assessorar o Conselho de Administração em matérias de planejamento da Abdib e acompanhar o desenvolvimento das atividades de comitês e grupos de trabalho.

Em 2020, a Abdib criou e instalou o Comitê Executivo, cuja função é auxiliar a tomada de decisão e a gestão exercidas pelo Conselho de Administração. É formado por sete integrantes: presidente e vice-presidente do Conselho de Administração, presidente-executivo e quatro membros indicados pelo presidente do Conselho de Administração para os seguintes assuntos: finanças e auditoria; organização e gestão de pessoas; mudança climática, sustentabilidade e inovação; e assuntos jurídicos e legais.



MISSION

Founded in 1955, the Brazilian Association of Infrastructure and Basic Industries (Abdib) is a private non-profit business association. Its major mission is:

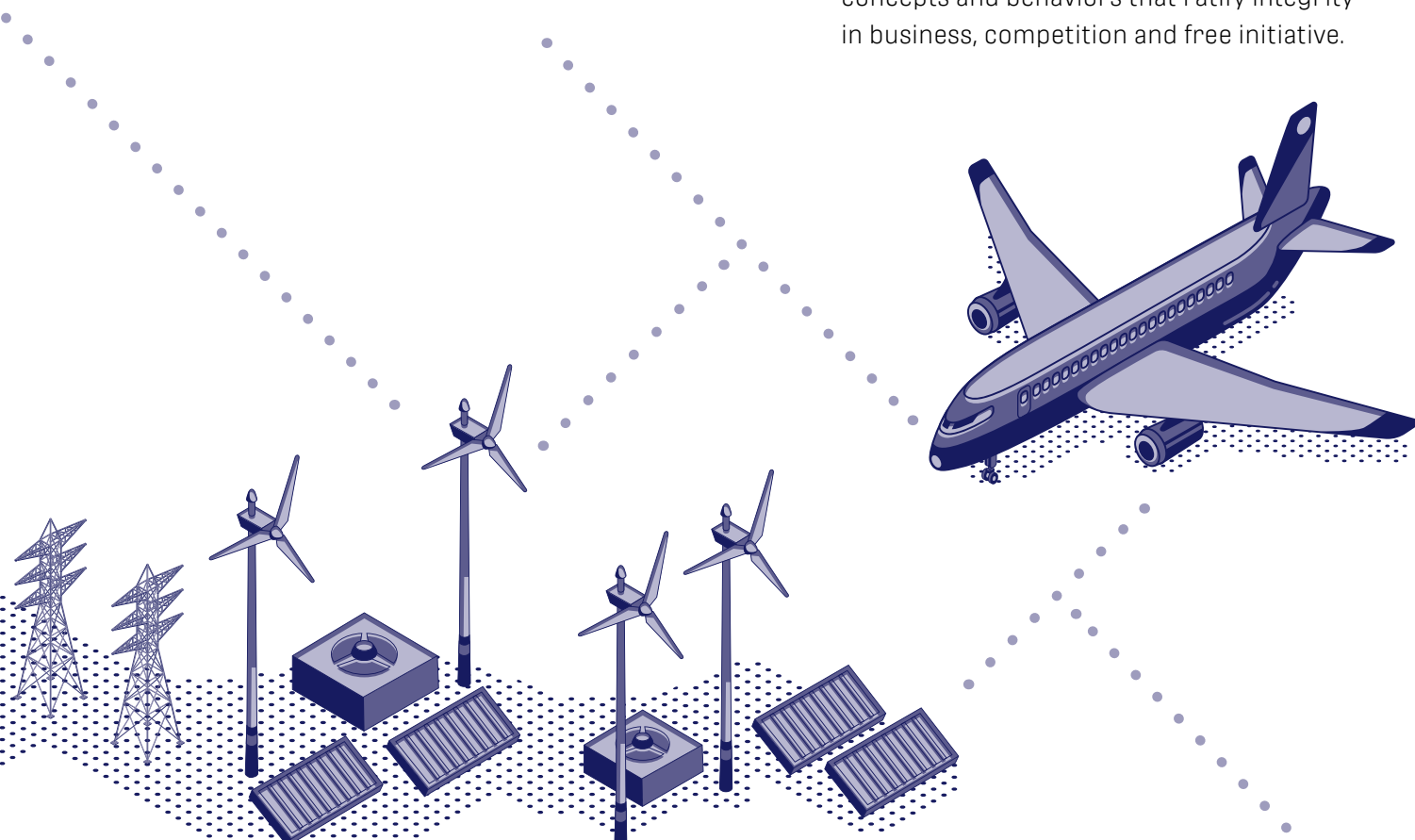
- Contribute to Brazilian economic and social development through infrastructure and basic industry investments;
- Work to strengthen the competitiveness of companies of goods and services for infrastructure and basic industries;
- Collaborate with public and private agents in the search for solutions;
- Expand the Brazilian companies share in the global infrastructure market.

MEMBERS

Abdib gathers a large range of public and private companies that take part in all business and investment phases for infrastructure and basic industry. It includes public service concessionaires, equipment manufacturers, service companies like engineering and law firms, major infrastructure users, private equity funds, insurance companies, financing and consultancy companies, among others.

In 2020, year that Abdib will celebrate 65th anniversary, the institution registers 115 associated companies, from areas such as electric power, oil and natural gas, transportation, water and sanitation, telecommunications, and basic industries.

Abdib has an Ethics and Compliance Policy whose membership of associated companies is mandatory. In this way, Abdib started to act more incisively in the orientation on ethical rules in infrastructure sectors, emphasizing concepts and behaviors that ratify integrity in business, competition and free initiative.



VALUES

- Acting ethically in the relationship with internal and external publics.
- Being transparent, disseminating information to members equitably and informing society about the association's actions and objectives.
- Meeting associated companies expectations with critical sense, responsibility and in accordance with rules and laws.
- Working in an agile, simple and objective way, focusing on maximizing technical and human resources through innovation and creativity.

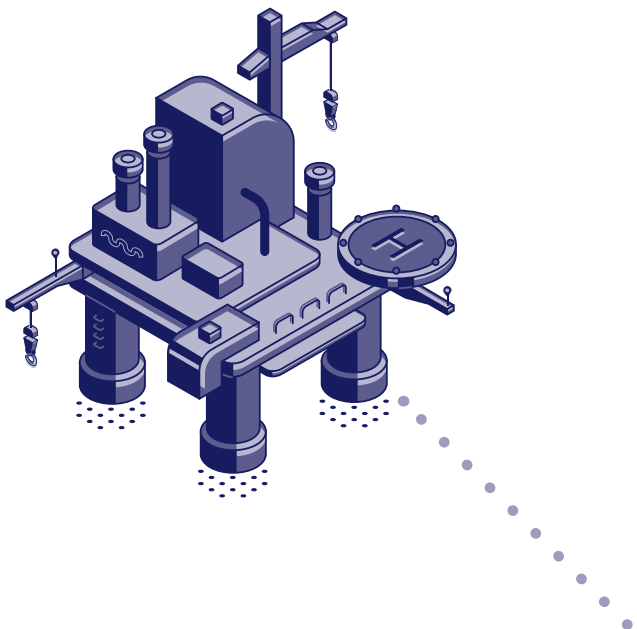
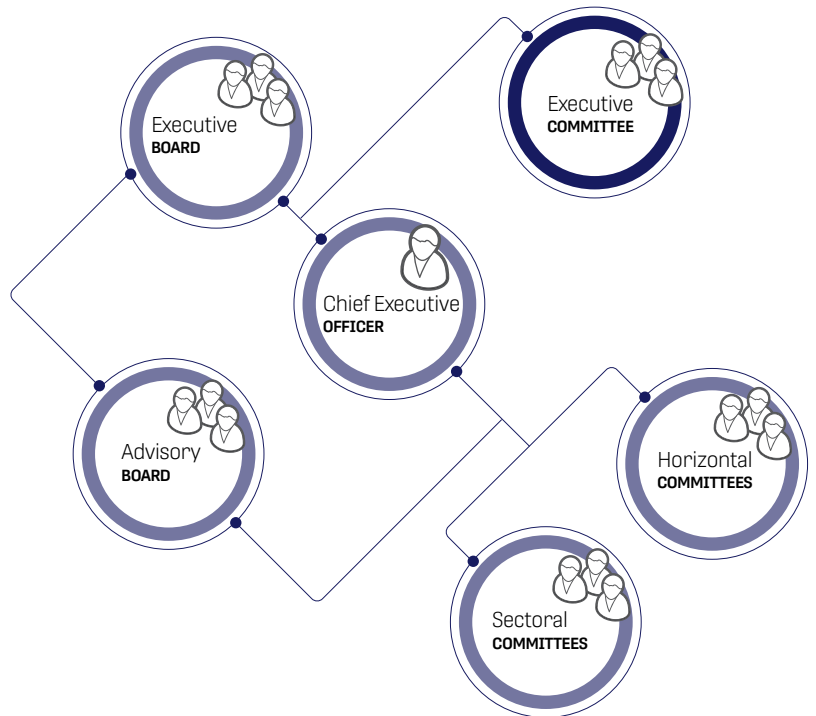
MANAGEMENT STRUCTURE: BOARDS AND PRESIDENT

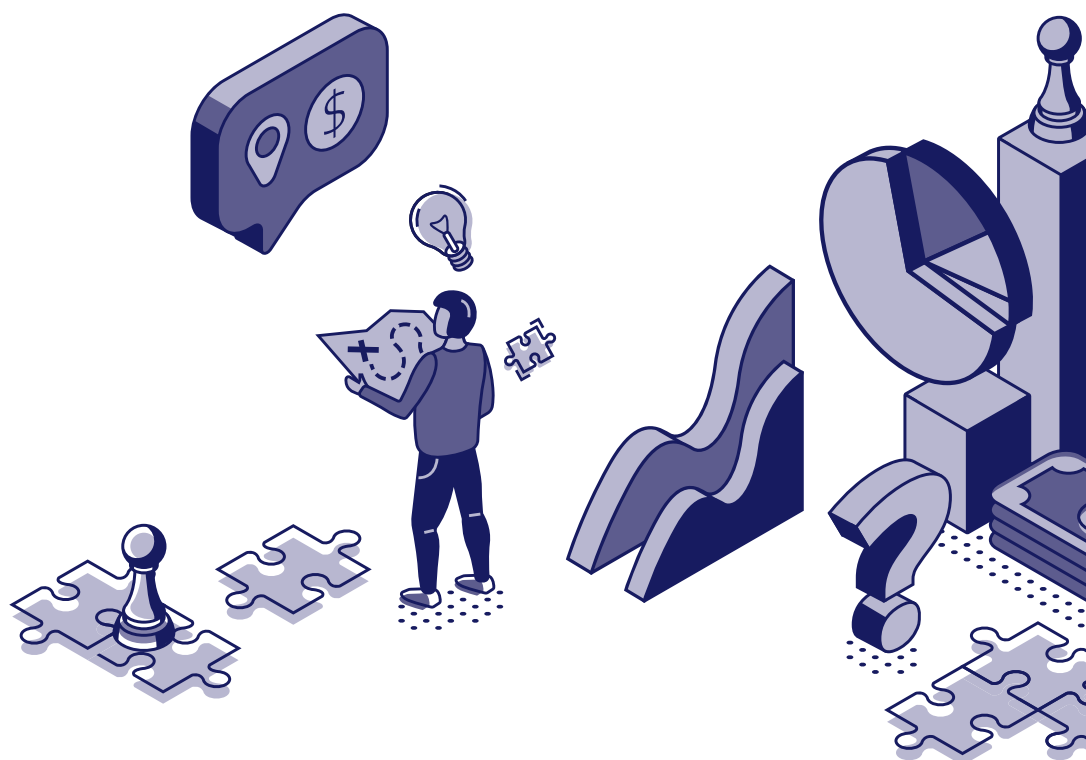
25 members form the Executive Board. They are president or mains executives of some of Brazil's largest companies. Their role is hiring and guiding the CEO, as well as establishing the guidelines for the strategic and business plan.

The Chief Executive Officer (full dedication) is responsible for the management and execution of the ABDIB business plan defined by the Executive Board with support of the Advisory Board and the committees.

The Advisory Board is composed of 40 members. Their role is to advise the Executive Board on planning issues and to support the activities of the committees and working groups.

In 2020, a Executive Committee begun do work for assisting decision making and management exercised by the Executive Board. It consists of seven members and will be responsible for the following matters: finance and auditing; organization and management of people; climate change, sustainability and innovation; and legal and legal matters.





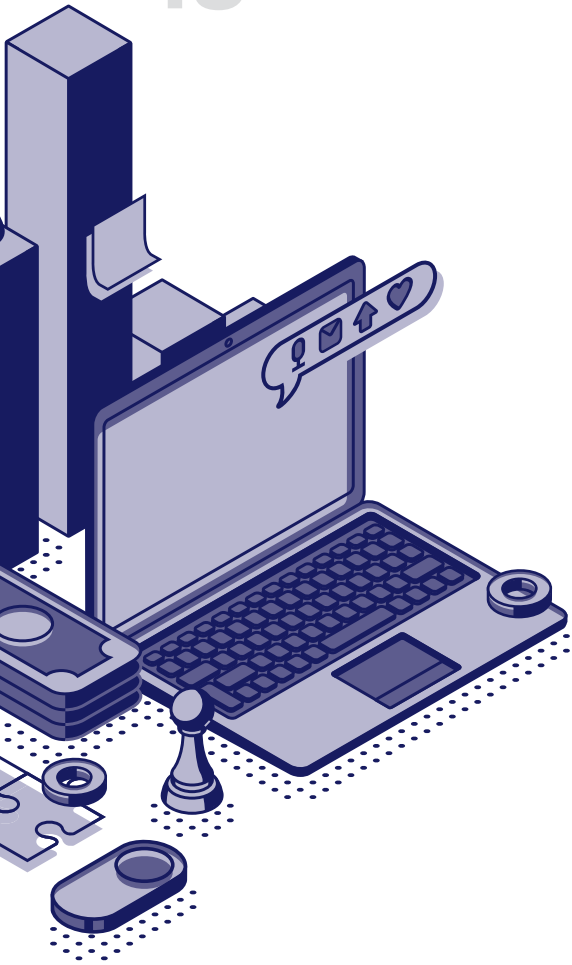
Na crise, engajamento empresarial cresce

EM UMA ENTIDADE DE CLASSE COMO A ABDIB, OS COMITÊS SÃO A BASE ORGANIZACIONAL PARA A FORMULAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS E CONTRIBUIÇÕES AOS PODERES PÚBLICOS E AO SETOR PRIVADO.

Em 2020, a partir das discussões programáticas, foi possível para a Abdib contribuir para as propostas de reforma tributária do Ministério da Economia e do Congresso Nacional, para votações importantes no Legislativo nas áreas de saneamento básico e gás natural, e para apoiar os investimentos privados via privatizações, concessões e PPPs com a elaboração de guias com melhores práticas em PPPs de iluminação pública e em desestatizações.

A Abdib conta atualmente com 24 comitês de trabalho - 15 deles abordando pautas setoriais e outros nove tratando de questões matriciais a todos os setores de infraestrutura. Em 2020, foi criado o Comitê de Gestão da Crise, formado pelos coordenadores de todos os comitês da Abdib para contribuir de forma célere com propostas e informações para dimensionar a situação dos setores de infraestrutura durante o enfrentamento da crise.

Com a adoção das videoconferências, meio para conter a pandemia, a participação de empresários e especialistas de empresas associadas aumentou quase 50% nos encontros realizados pelos comitês e praticamente dobrou nos conselhos.



Para alguns assuntos específicos, grupos de trabalho são criados internamente nos comitês para dar continuidade aos temas com mais profundidade e foco. Em 2020, os comitês da Abdib promoveram cerca de cem reuniões, com 3.200 participantes no total, todas por videoconferência a partir de março de 2020.

Ao longo dos meses de enfrentamento da pandemia, os temas discutidos na Abdib entre empresários e autoridades governamentais e políticas podem ser agrupados em quatro grandes diretrizes: sugestões e monitoramento de medidas emergenciais para enfrentamento da crise; projetos legislativos que criem ambiente regulatório e jurídico mais atraente ao investimento privado; propostas para melhorar as condições de financiamento e ampliar o orçamento para investimentos; e planejamento de médio e longo prazo que enderecem questões estruturantes do Brasil.

COMITÊS MATRICIAIS

1. Comitê de Financiamento, Riscos e Garantias
2. Comitê Legal e Tributário
3. Comitê de Desestatização
4. Comitê de Engenharia
5. Comitê de Relações Internacionais
6. Comitê de Sustentabilidade
7. Comitê de Ética e Responsabilidade Social
8. Comitê de Inovação
9. Comitê de Gestão da Crise

COMITÊS SETORIAIS

1. Comitê Estratégico do Setor Elétrico
2. Comitê de Geração de Energia
3. Comitê de Transmissão de Energia
4. Comitê de Distribuição de Energia
5. Comitê de Iluminação Pública
6. Comitê de Petróleo e Gás Natural
7. Comitê de Rodovias
8. Comitê de Ferrovias
9. Comitê de Aeroportos
10. Comitê de Portos
11. Comitê de Mobilidade Urbana
12. Comitê de Recursos Hídricos e Saneamento Básico
13. Comitê de Resíduos Sólidos
14. Comitê de Telecomunicações
15. Comitê de Indústria



Durante a crise, Abdib funciona como “farol em meio à neblina”

O ANO DE 2020 FOI DE MUITA INCERTEZA. A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS CAUSOU CHOQUES VIOLENTOS TANTO DO LADO DA OFERTA QUANTO DO DA DEMANDA E FEZ SETORES PRODUTIVOS E EMPRESAS DESCARTAREM JÁ LOGO NOS PRIMEIROS MESES O PLANEJAMENTO ANUAL VIGENTE, COM A NECESSIDADE DE REDESENHAR ABRUPTAMENTE NOVAS ESTRATÉGIAS. EM VEZ DE CRESCER, A PALAVRA DE ORDEM FOI SOBREVIVER.

Em tempos de crise como essa, as atividades em uma associação de classe como a Abdib se ampliam substancialmente. Crises fazem surgir problemas agudos no presente e incertezas significativas quanto ao futuro, fazendo com que empresas e autoridades públicas iniciassem uma busca acelerada por informações e propostas para ajudar a antever cenários e a administrar danos. A Abdib, de abrangência nacional e 65 anos de atividades, completados em 2020, com histórico de realizações e tradição, se transformou naturalmente em um *hub* para busca por soluções – uma espécie de farol em meio à neblina.

A Abdib atuou de forma rápida para ajudar a construir pontes, diminuir incertezas e manter a operação nos setores de infraestrutura. A interação da Abdib com as autoridades governamentais e políticas para remediar os efeitos da crise sanitária e econômica ocorreu por meio da criação do Comitê de Gestão da Crise, formado pelos coordenadores dos comitês temáticos e matriciais da associação, com apoio do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo.

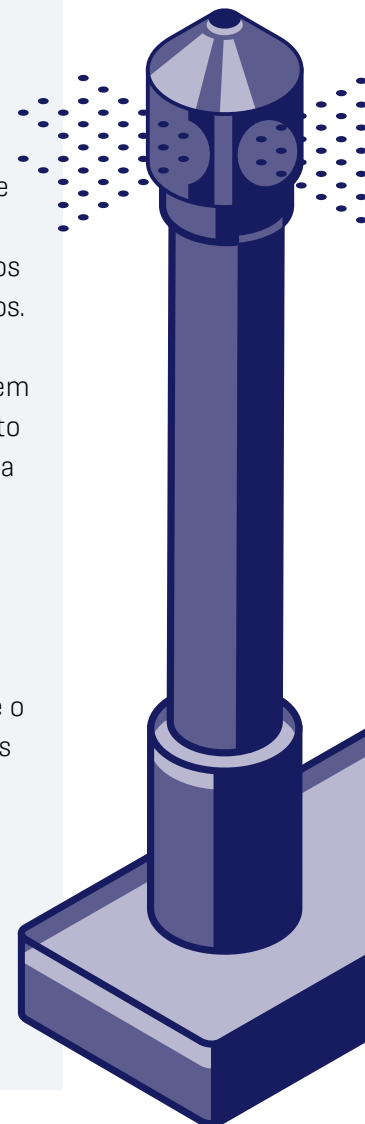
PROPOSTAS PARA ENFRENTAR A CRISE E SEGURAR A ECONOMIA

O Comitê de Gestão da Crise conduziu a elaboração de dois documentos de propostas¹ em março e em junho de 2020, entregues à Presidência da República, ministérios e demais órgãos públicos da administração federal, bem como para o Poder Judiciário, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados. Em seguida o monitoramento das propostas entregues nas duas ocasiões foi realizado por meio de reuniões com as autoridades destinatárias dos documentos em videoconferências. Aproximadamente 15 reuniões de monitoramento foram realizadas.

1. O primeiro documento, “Medidas para Garantir os Serviços de Infraestrutura e Manter a Atividade Econômica”, foi divulgado em março de 2020. O segundo documento, “Propostas para Acelerar o Programa de Investimentos em Infraestrutura, foi divulgado em junho de 2020. Ambos estão disponíveis em www.abdib.org.br. Pesquisar “documento de propostas”.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

- Garantir harmonia e coordenação entre as esferas de governo, Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, órgãos reguladores, licenciadores, fiscalizadores e de controle, permitindo resposta eficiente contra a crise.
- Reconhecer a condição de essencialidade para os serviços de infraestrutura.
- Instituir medidas para preservar as receitas e o caixa das empresas de infraestrutura contra ações oportunistas.
- Flexibilizar obrigações contratuais que não possam ser cumpridas tempestivamente devido a casos fortuitos e de força maior.
- Disponibilizar linhas de crédito de bancos públicos para financiamento da folha de pagamento das empresas.
- Postergar o pagamento de impostos federais e estaduais por 120 dias.
- Postergação de pagamentos de financiamentos contratados pelo BNDES, bancos públicos e bancos multilaterais.
- Direcionar recursos ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) para tracionar o investimento da economia.
- Articulação entre os órgãos públicos executivos, reguladores e controladores para definir diretrizes e métodos para os processos de reequilíbrio econômico-financeiro das concessões.
- Instaurar câmara de conciliação para apoiar a condução dos processos de reequilíbrio.
- Definir critérios e protocolos setoriais objetivos para orientar os processos de reequilíbrio.
- Uso de recursos da Cide, do Fundo Nacional da Aviação Civil (FNAC) e da Política Nacional de Mobilidade Urbana para mitigar os efeitos da pandemia nos setores de transportes.
- Fortalecer a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF), com capitalização suficiente.
- Aprovar o PLP 459/2017 para dar segurança jurídica para operações de securitização da dívida tributária parcelada dos entes públicos e, com os recursos, ampliar investimentos públicos.
- Aprovar os projetos de lei que propõem reformas na regulação do saneamento básico (PL 4.162/2019), energia elétrica (PLS 232/2016), gás natural (PL 6.407/2013), concessões (PL 7.063/2017) e debêntures de infraestrutura (PL 2.646/2020).
- Recuperar o investimento público até o momento em que os agentes privados enxerguem com mais clareza um horizonte de segurança para investir.
- Fortalecer o planejamento e implementar ações efetivas para a retomada de obras paralisadas por questões de natureza orçamentária.



POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO APONTA DIRETRIZES

A atuação da Abdib ao longo de 2020, mesmo com as devidas adaptações em virtude da pandemia, seguiu as diretrizes do novo planejamento estratégico da associação, aprovado em junho de 2019 pelo Conselho de Administração.

Com o planejamento estratégico, foi possível alinhar expectativas das empresas sobre a atuação da entidade e fortalecê-la diante de mudanças em curso no país e na infraestrutura, compreendendo fatores políticos (renovação nos Poderes Executivo e Legislativo nos governos federal e estaduais), econômicos (recessão, recuperação lenta e novo ciclo de reformas) e sociais (participação mais ativa da sociedade nas discussões via redes sociais).

As seguintes diretrizes foram definidas: planejamento para a expansão da infraestrutura; comunicação mais intensa e abrangente, inclusive para a sociedade; articulação com entidades de classe parceiras; monitoramento de desempenho de ações institucionais; interface mais ativa com setor empresarial regionalmente; ampliação das ações em âmbito nacional com aproximação junto aos entes subnacionais (estados e municípios); investimentos com ambiente competitivo, ético e abertura de mercado; internacionalização; e meio ambiente.



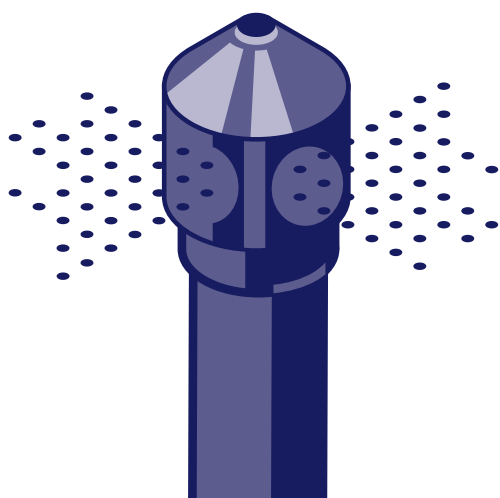
PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO GANHA MAIS RELEVÂNCIA

Fortalecer as bases para propiciar um adequado planejamento de longo prazo para a expansão da infraestrutura brasileira foi uma das diretrizes indicadas pelos conselheiros no posicionamento estratégico realizado.

Em paralelo a conversas com o Ministério da Economia desde o primeiro trimestre de 2019 para desenvolver o Observatório da Infraestrutura, ferramenta para facilitar o planejamento da expansão da infraestrutura considerando a integração de setores e modais e a existência de parâmetros econômicos e técnicos para seleção racional de projetos de investimentos, a Abdib iniciou uma interlocução com a Fundação Dom Cabral (FDC) com o mesmo escopo.

O trabalho com a Fundação Dom Cabral, que construiu a Plataforma de Infraestrutura Logística de Transportes (PILT), objetiva fortalecer as bases para o planejamento integrado da expansão da infraestrutura. Iniciado em maio de 2020, a iniciativa abrange os comitês de Rodovias, Ferrovias e Portos da Abdib.

Adicionalmente, a Abdib realizou ações para incentivar o governo federal a retomar agendas de médio e longo prazo para temas relacionados a transportes ferroviário de carga geral, transporte ferroviário regional de passageiros e hidrelétricas de médio porte.



ARTICULAÇÃO E INICIATIVAS COM ASSOCIAÇÕES DE CLASSE

A Abdib intensificou ações realizadas com outras entidades de classe setoriais ao longo de 2020, conforme decisões do Conselho de Administração no planejamento estratégico.

As iniciativas envolveram principalmente associações como Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), Associação Brasileira da Indústria Ferroviária (Abifer), Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTrilhos), Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana (Selur), Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública (ABLP), Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos e Efluentes (Abetre), Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) e Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon).

INTERLOCUÇÃO REGIONAL COM EMPRESÁRIOS E GOVERNOS ESTADUAIS

Diante da diretriz de intensificar o relacionamento com os setores empresariais e governamentais regionalmente, a Abdib iniciou em 2019 um programa para promover nas regiões do país o debate sobre as premissas para o investimento em infraestrutura.

Em dois anos, a Abdib organizou uma agenda de interlocução e apresentação

oficial de projetos com governadores, vice-governadores e secretários estaduais de 20 estados: São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Tocantins, Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Bahia, Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

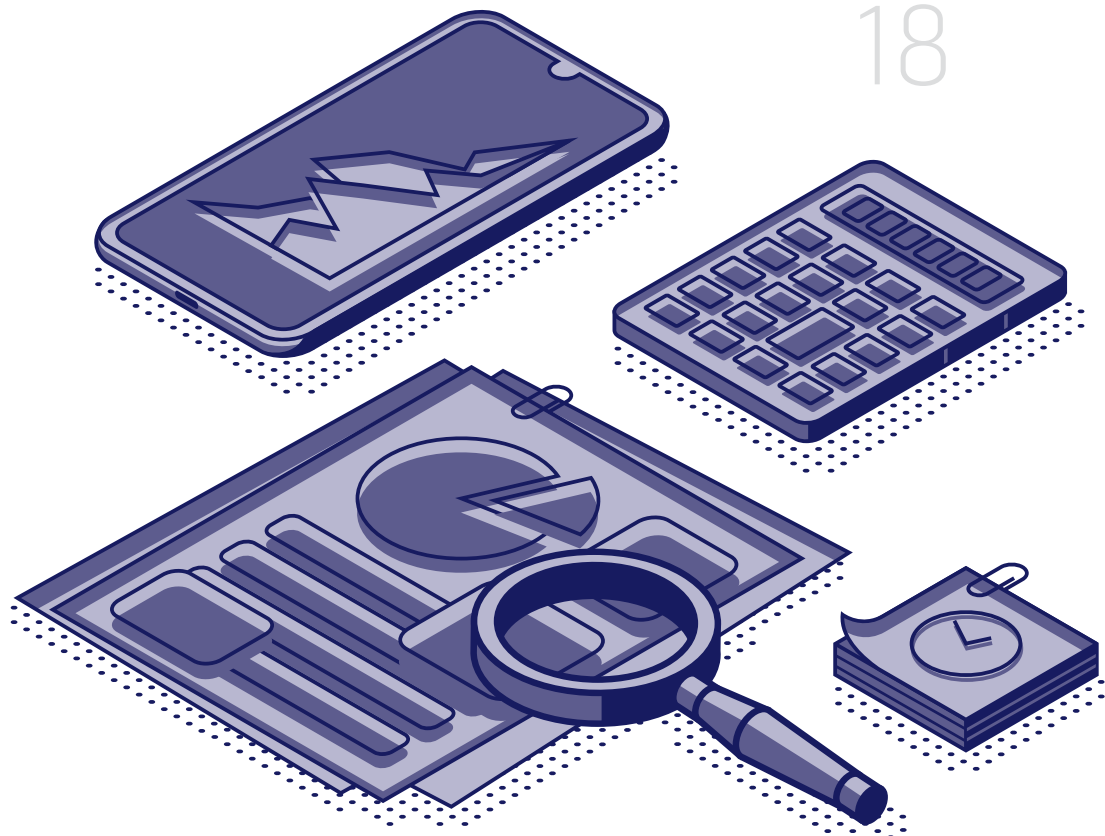
Boa parte dessa agenda tem sido conduzida em parceria com os consórcios regionais de governadores por meio de eventos. O primeiro foi o Abdib Fórum Infraestrutura Regional – Edição Nordeste, em 22 de agosto de 2019, em Teresina (PI). O segundo foi o Abdib Fórum Infraestrutura Regional – Edição Norte, no dia 13 de março de 2020, em Belém (PA).

Os encontros cumpriram múltiplos benefícios: consolidar a visão de que infraestrutura é vetor para o desenvolvimento sustentado, inserir a agenda da infraestrutura no topo das prioridades das lideranças públicas e privadas regionais, reverberar soluções capazes de remover obstáculos à expansão dos investimentos e proporcionar espaço qualificado para a apresentação de programas e projetos estaduais nas áreas de infraestrutura. Nos dois eventos, a Abdib produziu um documento especial com os projetos estaduais para o investidor privado.



Na edição do Abdib Fórum 2020, realizada em dezembro, novamente autoridades federais e estaduais apresentaram projetos. Na ocasião, a Abdib lançou o Livro Azul da Infraestrutura (ver página 85).

COMITÊ FINANCIAMENTO, RISCOS E GARANTIAS



18

FÁBRICA DE PROPOSTAS

AO CONGRESSO NACIONAL
E AO PODER EXECUTIVO,
A ABDIB OFERECEU
CONTRIBUIÇÕES PARA
DIVERSIFICAR FONTES DE
FINANCIAMENTO E
REFORÇAR ESTRUTURAS
DE GARANTIAS PARA
CONCESSÕES

O Comitê de Financiamento, Riscos e Garantias se debruçou em 2020 sobre propostas para melhorar as condições de financiamento e garantias para as concessões. Uma das iniciativas foi oferecer contribuições para o PL 2.646/2020. A matéria propõe a criação de uma nova modalidade de títulos – as debêntures de infraestrutura – com benefícios tributários para o emissor. O objetivo é melhorar condições de retorno dos títulos emitidos e, assim, atrair investidores institucionais. O PL incentiva ainda a emissão de títulos conhecidos como *green bonds*, aprimora regras dos fundos de investimentos e permite que bancos públicos possam ofertar garantias em projetos de PPP, melhorando a capacidade destes projetos serem financiados.

As regras para criação das debêntures de infraestrutura estavam originalmente no PL 7.063/2017, que consolida e moderniza regras para concessões. A Abdib ofereceu contribuições para criar um capítulo exclusivo sobre garantias. As sugestões



abordam temas como regulamentação da prestação de garantias pela administração pública, permissão para fontes de *funding* em moeda estrangeira e obrigatoriedade de a administração pública indicar a razão pela qual cada risco é alocado ao concessionário.

A Abdib ainda sugeriu para o governo federal² a criação de estruturas de garantias e de financiamento para dar suporte aos programas de concessões e PPPs. Uma delas é um fundo garantidor, nos moldes de uma experiência vigente no Reino Unido³. A Abdib propôs aproveitar mecanismos já existentes, como o Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), administrado pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF).

Durante a crise, em encontro com os bancos multilaterais, a Abdib cobrou apoio na suspensão do pagamento de parcelas e principal de contratos de financiamento de entes públicos, permitido direcionamento do orçamento público para áreas relacionadas ao combate à pandemia, como saúde e assistência social.

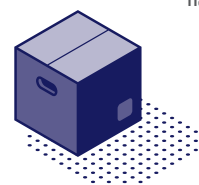
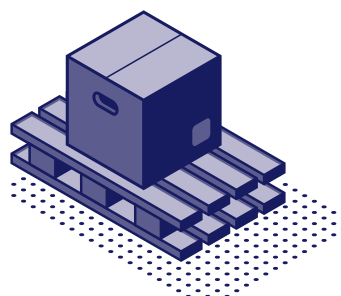
Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

- ▲ **Interlocução com bancos multilaterais para avaliação de programas para sair da crise.**
- ▲ **Avaliação das finanças das empresas nos estágios antes e durante a crise.**
- ▲ **Interlocução com o BNDES para viabilizar o *project finance non recourse*⁴.**

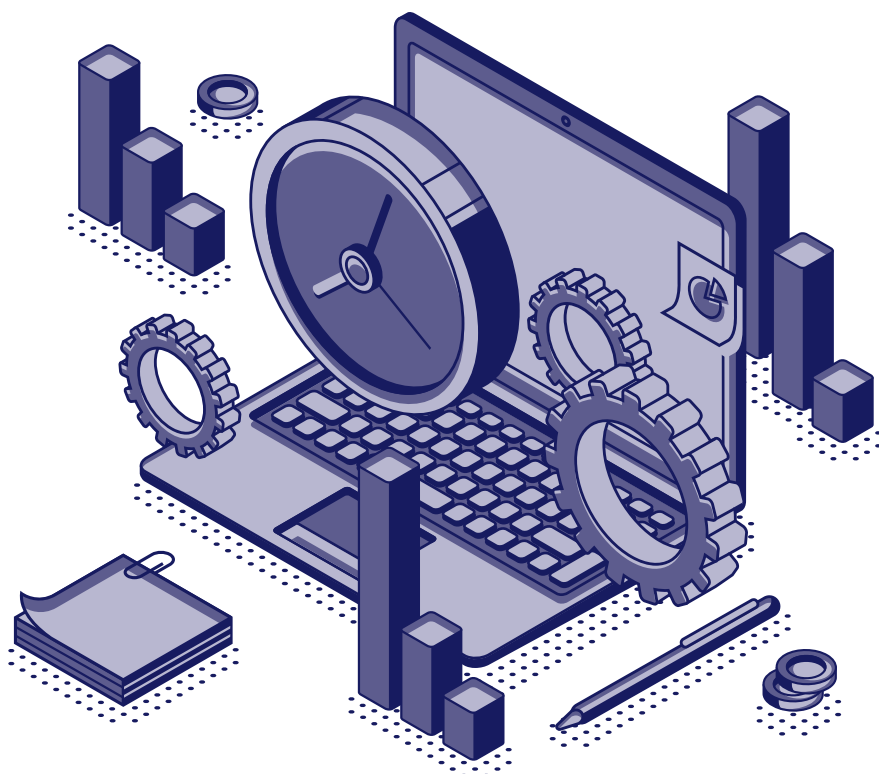
2. Propostas entregues a governo federal em junho de 2020 para acelerar programas de investimentos em infraestrutura.

3. Após a crise financeira de 2009, o Reino Unido criou o UK Guarantees, que presta garantia diretamente aos financiadores, garantindo a recuperação da dívida, ou parte dela, caso o projeto não tenha sucesso e a concessionária responsável por ele não tenha capacidade de saldar o financiamento.

4. Gustavo Montezano, presidente do BNDES, em 26/08/2020 em debate da série Infra para Crescer, explicou que o banco trabalha na montagem de um “quebra-cabeças” para viabilizar o *project finance*: sindicalização de risco na concessão de crédito e retorno ao mercado de fiança bancária.



COMITÊ LEGALE TRIBUTÁRIO



DISCUSSÃO DE ALTO NÍVEL

SETOR DE INFRAESTRUTURA
PRODUZIU NOTAS TÉCNICAS
PARA SUBSIDIAR AUTORIDADES
GOVERNAMENTAIS E
LEGISLATIVAS COM
CONTRIBUIÇÕES PARA AS
PROPOSTAS DE REFORMA
TRIBUTÁRIA EM TRAMITAÇÃO

Os impactos das propostas de reforma tributária sobre o setor de infraestrutura dominaram a pauta do Comitê Legal e Tributário em 2020. Foram produzidas notas técnicas, enviadas posteriormente para autoridades governamentais e lideranças políticas, analisando as especificidades, as preocupações e as contribuições dos empresários para cada proposta em discussão atualmente no Congresso Nacional: o PL 3.887/2020 (Poder Executivo) e as PECs 45/2019 (Câmara dos Deputados) e 110/2019 (Senado Federal).

Na última reunião do Comitê Legal e Tributário em 2020, houve a oportunidade de dialogar sobre as preocupações e as propostas da Abdib com Vanessa Canado, assessora do Ministério da Economia. Além de dezenas de apontamentos⁵ e contribuições, as notas técnicas listaram diretrizes para a construção de uma reforma tributária considerada mais apropriada para o setor de infraestrutura.



A Abdib reconheceu que as três propostas representam importante medida em direção à racionalização do sistema tributário nacional. O setor demandou prazos razoáveis de transição e a manutenção do princípio de equilíbrio econômico e financeiro dos contratos. Um pilar para os empresários é a inclusão dos tributos estaduais e municipais – juntamente com os federais – no bojo de um imposto com o critério de recolhimento unificado, deixando a critério da autoridade arrecadatória efetuar a posterior distribuição das receitas a cada ente político.

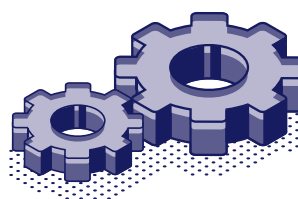
O Comitê Legal e Tributário ainda atuou em diversas ações de apoio à tomada de decisão da Abdib, como o ingresso da entidade como *amicus curiae* e outras medidas judiciais em temas de interesse coletivo e no levantamento e monitoramento de propostas de lei de interesse dos setores de infraestrutura em trâmite no Congresso Nacional.

Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

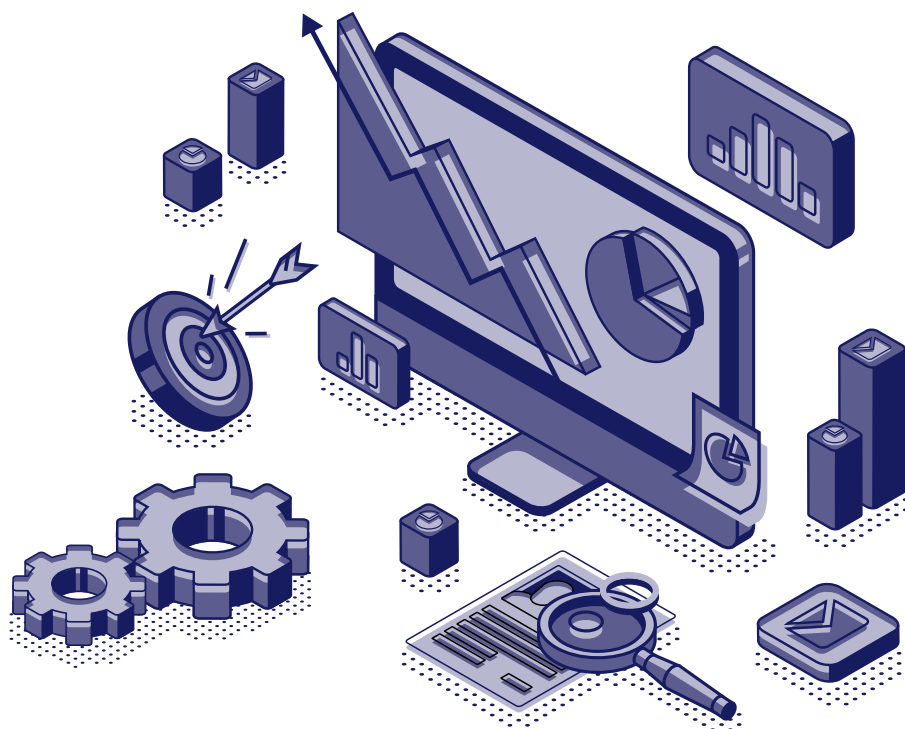
- ▲ IPTU sobre bens afetados às concessões.
- ▲ Reforma do IR e tributação sobre dividendos.
- ▲ Agenda legislativa da infraestrutura⁶.

5. Uma das principais preocupações está na extinção do Reidi, regime especial de tributação que desonera investimentos em infraestrutura. A revogação do Reidi seria compensada por concessão ampla e ressarcimento de créditos tributários. A Abdib pede a manutenção de um regime similar e atenção para a preservação do equilíbrio econômico e financeiro nos contratos de concessão.

6. PL 7.063/2017 (concessões), PL 2.646/2020 (debêntures de infraestrutura), PL 1.197/2020 (regime jurídico emergencial para contratos privados), PL 2.139/2020 (regime jurídico emergencial para contratos públicos).



COMITÊ DESESTATIZAÇÃO



CAMINHO DAS PEDRAS

PARA FOMENTAR PROCESSOS DE DESESTATIZAÇÕES NO BRASIL, EMPRESÁRIOS PRODUZEM GUIA COM BOAS PRÁTICAS PARA PRIVATIZAÇÕES, CONCESSÕES E PPPs

O Comitê de Desestatização da Abdib lançou em 2020 o Guia de Desestatizações⁷, uma publicação com recomendações e fatores críticos para fomentar projetos de desestatização no Brasil. A motivação da iniciativa é apoiar o desenvolvimento de processos de privatização, concessões e parcerias público-privadas (PPPs) do Estado brasileiro, sobretudo nos entes subnacionais.

O Guia de Desestatizações da Abdib explica conceitos, detalha passos para modelar um processo de desestatização, alerta sobre cuidados e procedimentos legais, indica a necessidade de possíveis alterações legislativas para sustentar um projeto de desestatização, lista etapas para a realização de uma consulta popular com menor risco de questionamentos judiciais e aponta práticas para que os processos de transferência de ativo ao setor privado sejam competitivos. Dois capítulos ganham destaque no Guia de Desestatizações, com temas emergentes e cada vez mais presentes nas discussões: a estrutura de



garantias⁸ e o relacionamento com os órgãos de controle⁹.

A elaboração do guia de boas práticas foi uma das principais tarefas do plano de trabalho do Comitê de Desestatização ao longo do ano, que também envolveu a realização de debates entre autoridades públicas¹⁰ e empresários para melhorar o ambiente de negócios e promover maior inserção do setor privado na infraestrutura, disseminando conhecimento em assuntos de vanguarda para a estruturação e formatação dos projetos. O comitê ainda mapeou as ações do governo na área de desestatizações e analisou o projeto de lei sobre concessões, PPPs e fundos de infraestrutura, com contribuições para o processo parlamentar.

Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

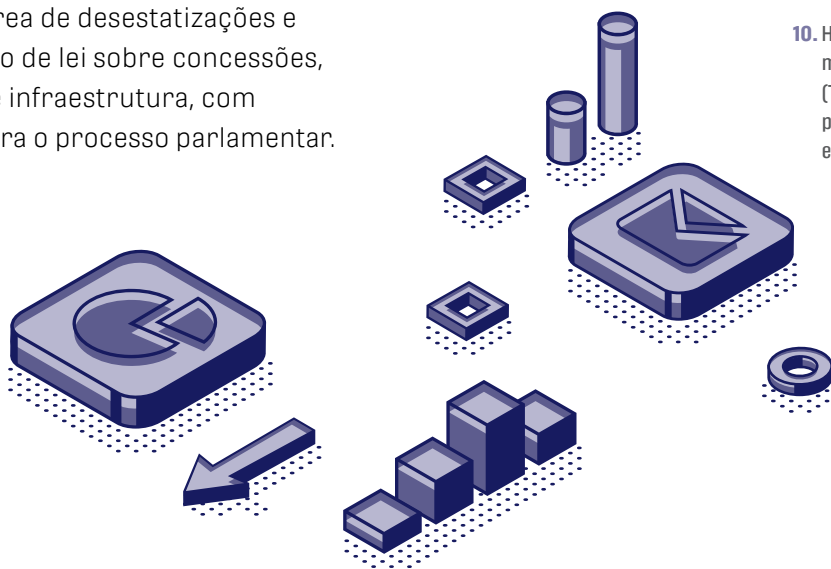
- ▲ Impactos do ESG (critérios sociais, ambientais e de governança corporativa) na estruturação de projetos e nos investimentos em infraestrutura.
- ▲ Atuação do mercado brasileiro em títulos sustentáveis.
- ▲ Posição do TCU sobre reequilíbrios econômicos e financeiros em virtude de efeitos da pandemia.

7. Disponível em www.abdib.org.br. Pesquise “Guia de Desestatizações”.

8. A publicação explica as razões – e apresenta propostas – pelas quais o financiamento de projetos de infraestrutura no Brasil é mais desafiador do que em mercados mais desenvolvidos. Uma delas é o risco de inadimplimento de pagamentos por parte do poder público.

9. Abdib sugere interface com tribunais de contas desde o início do planejamento do projeto de desestatização.

10. Houve encontro com ministro Aroldo Cedraz (TCU) no dia 28/05/2020 para discutir reequilíbrios em concessões.





RELEVÂNCIA CADA VEZ MAIOR

ALÉM DE INSISTIR NA MODERNIZAÇÃO DAS REGRAS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL, A ABDIB AMPLIOU DISCUSSÃO PARA INCORPORAR CRITÉRIOS DE MEIO AMBIENTE NAS EMPRESAS E PROJETOS

Em ano de muitas crises ambientais – aumento dos focos de incêndios nos biomas da Amazônia e do Pantanal e o surgimento de manchas de óleo no litoral brasileiro – a Abdib se posicionou ao governo federal, ao Congresso Nacional e ao Poder Judiciário alertando para os graves riscos econômicos de negligenciar a conservação do meio ambiente. “De um lado, o Brasil tem um histórico de seriedade no tratamento com questões ambientais que, apesar das deficiências, não pode ser desperdiçado. Tratar o meio ambiente de forma negligente ou ideológica pode castigar o Brasil com barreiras para investimentos institucionais globais”, apontou a Abdib em junho de 2020 em documento distribuído publicamente.

Além da discussão mais abrangente a respeito da política ambiental nacional, a Abdib promoveu discussões sobre a incorporação crescente de critérios socioambientais na gestão das empresas e na estruturação e projetos.

Além disso, também insistiu com o Congresso Nacional para a aprovação do PL 3.729/2004,



que visa modernizar as regras e consolidar normas existentes em uma Lei Geral do Licenciamento Ambiental. Diversas manifestações foram feitas às lideranças governamentais e políticas ao longo de 2020.

Em junho, o Comitê de Sustentabilidade organizou encontro entre representantes de empresas de infraestrutura e o deputado federal Kim Kataguiri¹¹, relator do PL 3.729/2004, quando aspectos do texto considerados positivos foram apontados. Um deles é a separação entre obrigações que são responsabilidade do investidor daquelas que devem ser atribuições do Estado¹².

Ao deputado relator, a Abdib ofereceu três contribuições, detalhadas em correspondência posterior: comissão tripartite para definição das listas de tipologias, maior aproveitamento de mecanismos para solução de conflitos na definição do licenciamento ambiental e na gestão do plano básico ambiental e aperfeiçoamentos no processo de audiência pública.

Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

- ▲ Incorporação de critérios socioambientais na estruturação de projetos.
- ▲ Gestão socioambiental das empresas no contexto da pandemia.
- ▲ Perspectivas para a agenda ambiental da infraestrutura no Brasil.

11. Reunião realizada pela Abdib em 25/06/2020.

12. A modalidade de licença por adesão e compromisso para algumas atividades também foi apontada como ponto positivo pela Abdib, pelo qual um técnico é o responsável pelas informações cadastrais entregues ao poder público, seguindo todos os requisitos legais, liberando os analistas dos órgãos licenciadores de monitorarem todos os detalhes.



COMITÊ ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL



INFRAESTRUTURA DE SAÚDE MAIS FORTE

DIANTE DA PERSPECTIVA DE UM SISTEMA DE SAÚDE PRESSIONADO POR DEMANDA MAIOR E ORÇAMENTO APERTADO, A ABDIB ORGANIZA ESFORÇO PARA DOAÇÃO DE RECURSOS PARA INSTITUIÇÕES MÉDICAS PÚBLICAS

A pandemia do coronavírus gerou enorme demanda por serviços médicos, criando gargalos ou evidenciando problemas pré-existentes na infraestrutura de saúde pública. O orçamento público dos governos para criar infraestrutura adicional e apropriada ao enfrentamento da doença foi expandido de forma extraordinária, mas a situação fiscal do país seguirá impondo restrições para o atendimento médico-hospitalar.

Por isso, algumas empresas associadas da Abdib¹³ organizaram uma ação de doação de recursos para projetos que fortaleçam a infraestrutura de atendimento da saúde pública. Em um primeiro momento, o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HC-FMUSP)¹⁴ foi o escolhido para receber R\$ 620 mil doados por dez companhias que se engajaram na primeira fase do programa Infra Saúde da Abdib. Outras empresas seguem discutindo a participação no programa.

O Programa Infra Saúde foi desenhado no âmbito do Comitê de Ética Responsabilidade



Social da Abdib com previsão para durar dois anos. Durante o período, haverá um esforço para angariar recursos de empresas associadas para fortalecer a infraestrutura de saúde pública em um contexto que, além do enfrentamento da pandemia da Covid-19, haverá necessidade de dar suporte às equipes médicas para atendimento a consultas, exames e outras intervenções represadas em virtude do receio da população de buscar hospitais durante os momentos de pico da pandemia.

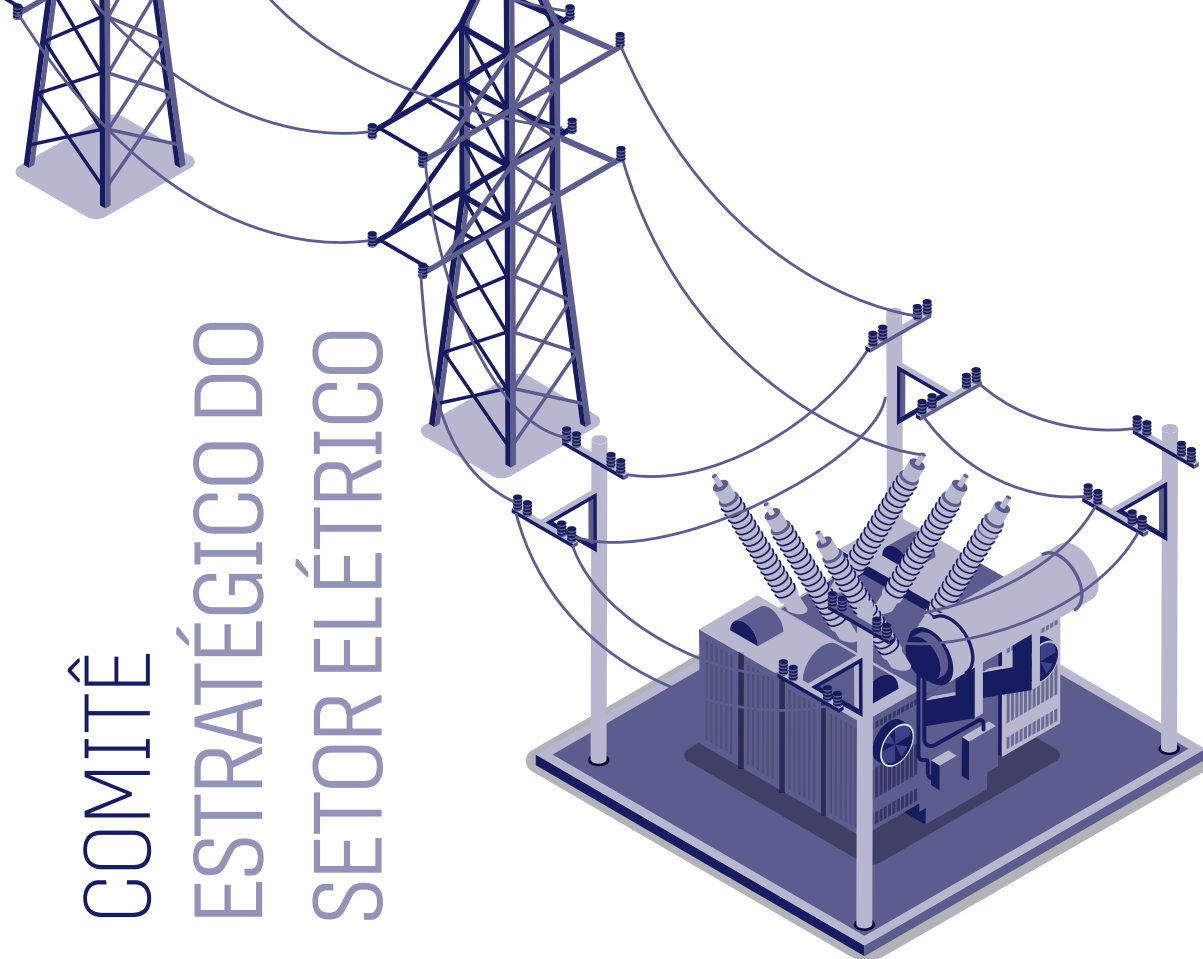
Em 2021, a Abdib, por meio do Comitê de Ética e Responsabilidade Social, prosseguirá com o esforço de engajar as empresas associadas para reforçar a infraestrutura de saúde das instituições públicas da área médica.

13. Participaram da primeira fase do programa Infra Saúde: Acciona, Aegea, Alupar, BMPI Infra, Camargo Corrêa Infra, CCR, Construtora Queiroz Galvão, Sabesp, EY e Leite Tosto e Barros Advogados.

14. Abdib e Hospital das Clínicas assinaram no dia 6 de novembro um acordo pelo qual empresas associadas do setor de infraestrutura decidiram doar recursos para projetos de reforço da infraestrutura de saúde do hospital paulista.



COMITÊ ESTRATÉGICO DO SETOR ELÉTRICO



AGENDA REFORMISTA

A PAUTA DO COMITÊ ESTRATÉGICO DO SETOR ELÉTRICO DA ABDIB AVANÇOU EM PROPOSTAS PARA MITIGAR PROBLEMAS CONJUNTURAIS E APOIAR A MODERNIZAÇÃO DO MODELO SETORIAL

Uma das principais iniciativas do Comitê Estratégico do Setor Elétrico da Abdib foi a elaboração de um diagnóstico com um amplo cardápio de recomendações para melhorar o ambiente de investimentos no setor elétrico. Entregue ao governo federal¹⁵, o documento sugeriu ações para serem implantadas em três fases – um bloco de ações rápidas de alto impacto, outro para preparar a infraestrutura para o modelo futuro e o último para consolidar o novo modelo.

O documento também propôs medidas para os processos licitatórios selecionarem de forma mais qualificada investidores que assumem concessões, garantindo a entrega no prazo e na qualidade contratados. Foi ainda destacado que a remuneração regulatória deve estar adequada às condições de mercado no momento do investimento, tanto para ativos ainda a serem licitados como para equipamentos que necessitem de reforços e melhorias.



A Abdib adicionalmente propôs a retomada da agenda de desenvolvimento de hidrelétricas por meio do equacionamento de riscos financeiros e regulatórios que restringem a elaboração de estudos¹⁶. A associação ainda defendeu que políticas de subsídios para fontes alternativas de energia sejam constantemente monitoradas e haja sinalização de término para aquelas que já demonstrem estar em condições de competição.

Os empresários também organizaram grupos de trabalho para apresentar propostas para o Plano Nacional de Energia Elétrica (PNE 2050), conjunto de estudos que desenha a estratégia de longo prazo para a expansão da infraestrutura de energia¹⁷.

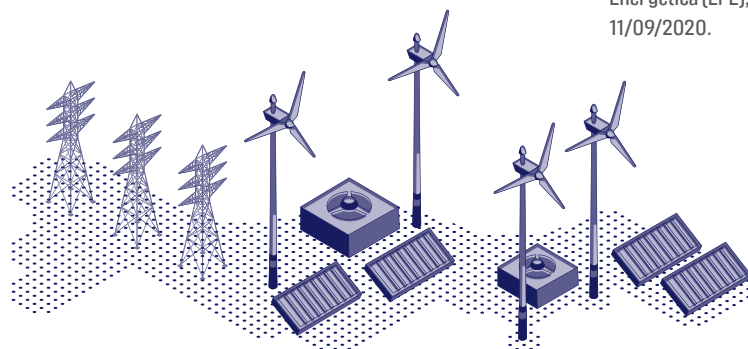
Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

- ▲ Manifestação em defesa da solução para o risco hidrológico (GSF).
- ▲ Interlocação governamental para garantir fluxo de pagamentos no setor elétrico após o surgimento da pandemia.
- ▲ Posicionamento sobre necessidade de promover reequilíbrios financeiros das distribuidoras em virtude de impactos da pandemia nos contratos de concessão.

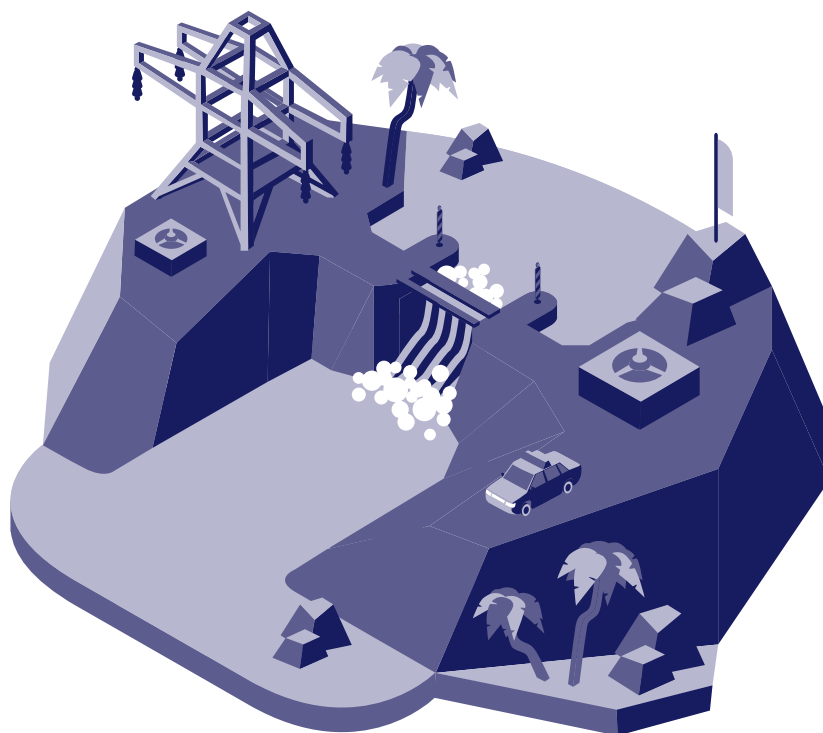
15. As contribuições foram entregues ao Ministério de Minas Energia em julho de 2020 para apoiar o esforço governamental de formular o programa Pró-Brasil. O documento sugere ainda a aprovação das reformas regulatórias dos setores de energia elétrica e de gás natural, bem como a retomada dos leilões de concessão de transmissão de energia.

16. As hidrelétricas oferecem estabilidade para a expansão das fontes intermitentes, como eólica e solar.

17. A decisão foi tomada em encontro com Thiago Barral, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em 11/09/2020.



COMITÊ GERAÇÃO DE ENERGIA



QUESTÃO RESOLVIDA

O GSF, PROBLEMA PENDENTE HÁ CINCO ANOS NA AGENDA DO COMITÊ DE GERAÇÃO DE ENERGIA, GANHOU SOLUÇÃO, CRIANDO CONDIÇÕES PARA REDUZIR CONFLITOS JUDICIAIS E REFORÇAR A SEGURANÇA JURÍDICA

Na noite do dia 13 de agosto, o Senado Federal aprovou o PL 3.975/2019, item número um da pauta de trabalho do Comitê de Geração de Energia da Abdib. O PL em questão, transformado na Lei 14.052/2020, estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico (GSF, na sigla em inglês) de concessionárias de empreendimentos hidrelétricos, dando solução a um problema pendente desde 2015 cuja conta já tinha ultrapassado R\$ 8,0 bilhões. O tema foi alvo de variados posicionamentos da Abdib e reuniões com autoridades do setor elétrico.

As perdas das empresas por motivos alheios à gestão delas podem agora ser compensadas retroativamente com a extensão do prazo de outorga pelos efeitos de deslocamento hidráulico (por geração térmica fora da ordem de mérito e por importação de energia sem garantia física) e por problemas em empreendimentos estruturantes (atraso ou entrada em operação insatisfatória de linhas de transmissão e/ou antecipação de garantia física)¹⁸.



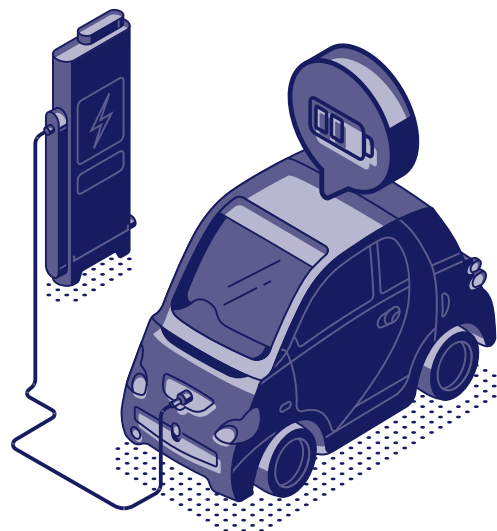
O Comitê de Geração de Energia também tem se debruçado sobre questões inerentes à reforma do modelo setorial, que precisa ser modernizado diante de transformações ocorridas nos últimos anos, como expansão acelerada de fontes intermitentes de geração (30 GW previstos no plano decenal para estas fontes), inserção da geração distribuída, tecnologias para armazenamento de energia, operação inteligente e remota e veículos elétricos, entre outras mudanças.

Além de propostas para a participação da Abdib em consultas públicas, houve também interlocução¹⁹ com autoridades do setor elétrico para apresentar preocupações e contribuições.

Entre os desafios visualizados pelos empresários, estão no radar o aperfeiçoamento do projeto de modernização do setor elétrico, a retomada da expansão hidrelétrica considerando a necessidade de superação das restrições socioambientais e a expansão da geração térmica a gás, entre outros.

18. Até a ratificação dos aditivos contratuais, há ainda etapas administrativas na agência reguladora, mas a perspectiva agora é positiva para reduzir conflitos judiciais e reforçar a segurança jurídica.

19. No dia 26/11/2020, houve reunião com Efraim Pereira, diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), para discutir as iniciativas adotadas pelo regulador nos últimos anos e as perspectivas de evolução dos temas inseridos na agenda regulatória.





A REGRA NEM SEMPRE É CLARA

A PARTIR DE ESTUDOS SOBRE TEMAS OPERACIONAIS E REGULATÓRIOS, O COMITÊ DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA DA ABDIB BUSCA EVITAR FRUSTRAÇÃO DE RECEITAS E PRESERVAR A RENTABILIDADE DAS CONCESSÕES

O Comitê de Transmissão de Energia da Abdib discute mensalmente questões técnicas, operacionais e regulatórias que são fundamentais para a preservação das condições originais de rentabilidade dos contratos de concessão. Uma regra de fiscalização mal calibrada, por exemplo, pode resultar em penalidades financeiras exageradas que impactam diretamente nas margens de receitas previstas. Uma regulamentação mal esclarecida pode significar frustração de faturamento.

O procedimento do Comitê de Transmissão de Energia é estudar os temas em grupos de trabalho formados por especialistas das empresas associadas e oferecer contribuições em consultas e audiências públicas promovidos pelos órgãos do setor elétrico. Em 2020, a Abdib participou de sete destes processos.

Um dos mais importantes temas tratados pelo comitê foi a regulamentação sobre reforços e melhorias em instalações de transmissão de energia. A falta de clareza



na regulação gera frustração de investimentos e receitas e riscos para a confiabilidade do sistema. A Abdib ofereceu sugestões para definir os conceitos de reforços e melhorias e para adaptar o tempo entre a proposição e de implantação das ações.

Outro tema de grande relevância é a vida útil de equipamentos. O sistema de transmissão de energia brasileiro possui cerca de 39.000 equipamentos²⁰ que precisam ser revitalizados ou substituídos pois ultrapassaram o prazo de vida útil regulatória (após 25 anos de operação), cuja substituição pode demandar R\$ 14 bilhões de investimentos. Um desafio é fazer as intervenções nas redes sem comprometer a segurança e o fornecimento de eletricidade. Outro é aprovar a remuneração para as empresas substituírem os equipamentos. A solução é fundamental para não prejudicar a operação e a prestação do serviço de transmissão.

Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano²¹:

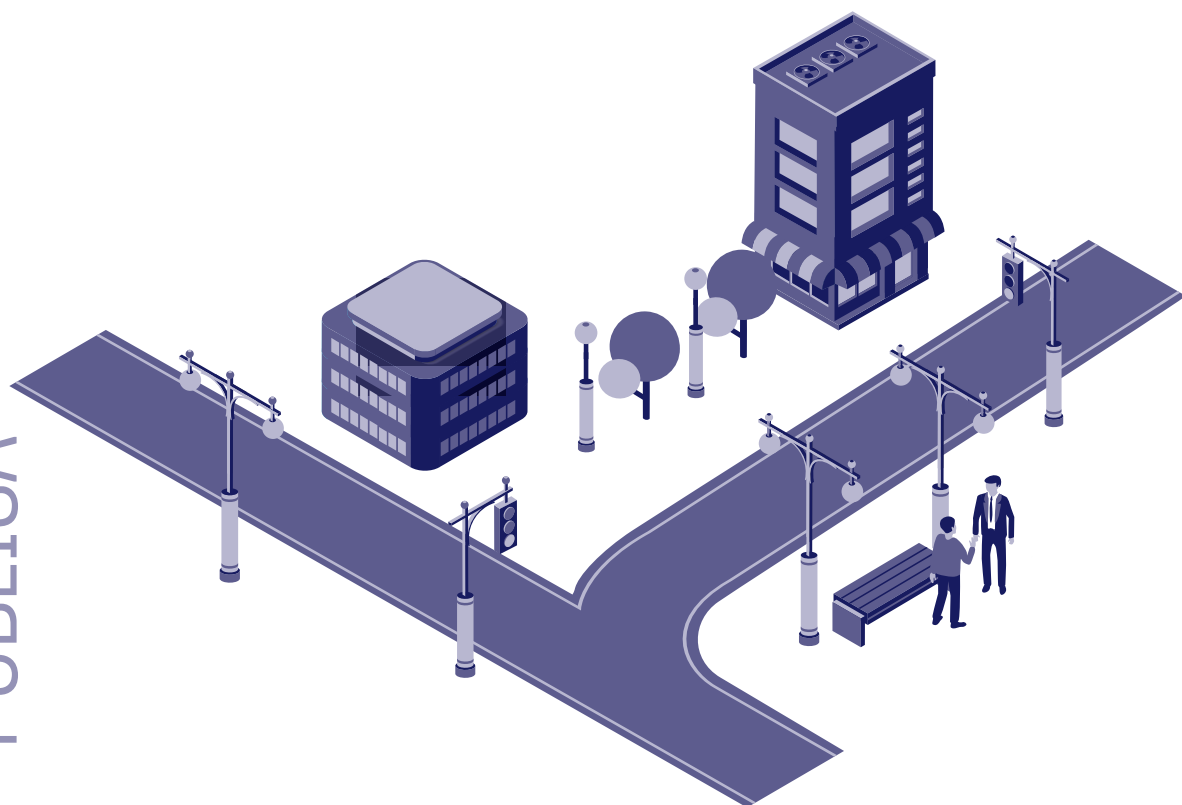
- ▲ Liquidação simplificada e adimplência de pagamentos setoriais.
- ▲ Oferta de estruturas metálicas para construção de linhas de transmissão.
- ▲ Regras do leilão de transmissão 01/2020.
- ▲ Medidas mitigadoras para os impactos na pandemia na operação e manutenção da transmissão de energia.
- ▲ Desdobramentos da interrupção do fornecimento de energia no Amapá.

20. A estimativa é do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

21. Outros assuntos importantes foram discutidos ao longo do ano, como avaliação da efetividade da Resolução 729/2016 da Aneel, desafios da expansão do sistema de transmissão previstos no Plano Nacional de Energia (PNE 2050), armazenamento de energia e agenda regulatória da Aneel.



COMITÊ ILUMINAÇÃO PÚBLICA



BOAS PRÁTICAS MULTIPLICADAS

A INSERÇÃO DO SETOR
PRIVADO NA
MODERNIZAÇÃO DAS REDES
DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
GANHA FORÇA NA MEDIDA
EM QUE A PADRONIZAÇÃO
DE EDITAIS E CONTRATOS
CRESCER, MOVIMENTO
APOIADO PELA ABDIB

Ao longo de 2020, os empresários do Comitê de Iluminação Pública da Abdib trabalharam em duas frentes para desenvolver o mercado para modernização de redes de iluminação pública no Brasil: replicar boas práticas, dinamizando as licitações de parcerias público-privadas (PPPs), e melhorar a regulação que normatiza a operação de iluminação nas cidades brasileiras.

O primeiro desafio foi cumprido em julho de 2020, quando foi lançado o Guia de Boas Práticas de PPPs de Iluminação Pública da Abdib²² a partir de um esforço de empresas associadas. A publicação oferece, para gestores municipais e especialistas envolvidos nas etapas de estruturação de um projeto, minutas de edital, de contrato e de termo de referência para contratação do verificador independente. O principal benefício esperado com a padronização e a replicação de boas práticas é acelerar as etapas de elaboração, análise e aprovação de estudos e projetos. Atualmente, essas fases preparatórias podem consumir entre



12 e 36 meses, dependendo do escopo. Com a padronização, o prazo pode cair para 6 a 12 meses.

O segundo desafio diz respeito à regulação setorial. Foram identificadas lacunas para assuntos importantes para a operação cotidiana dos contratos de iluminação pública²³. Um estudo foi realizado provendo argumentos para a elaboração de notas técnicas, para a abertura de audiência pública e, no fim, para a publicação da Resolução 888/2020 da Aneel²⁴. Os integrantes do Comitê de Iluminação Pública promoveram reuniões com diversas partes relacionadas, entre elas a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o Inmetro, e realizaram seminários para discutir o tema.

Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

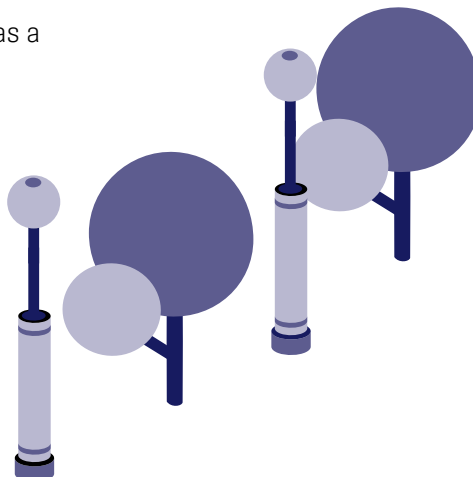
- ▲ Avaliações sobre modelo de PPP regionalizada para iluminação pública.
- ▲ Regulamentação técnica para medidores de energia elétrica para iluminação pública.
- ▲ Monitoramento dos projetos em desenvolvimento por bancos públicos e dos contratos de PPPs já vigentes²⁵.

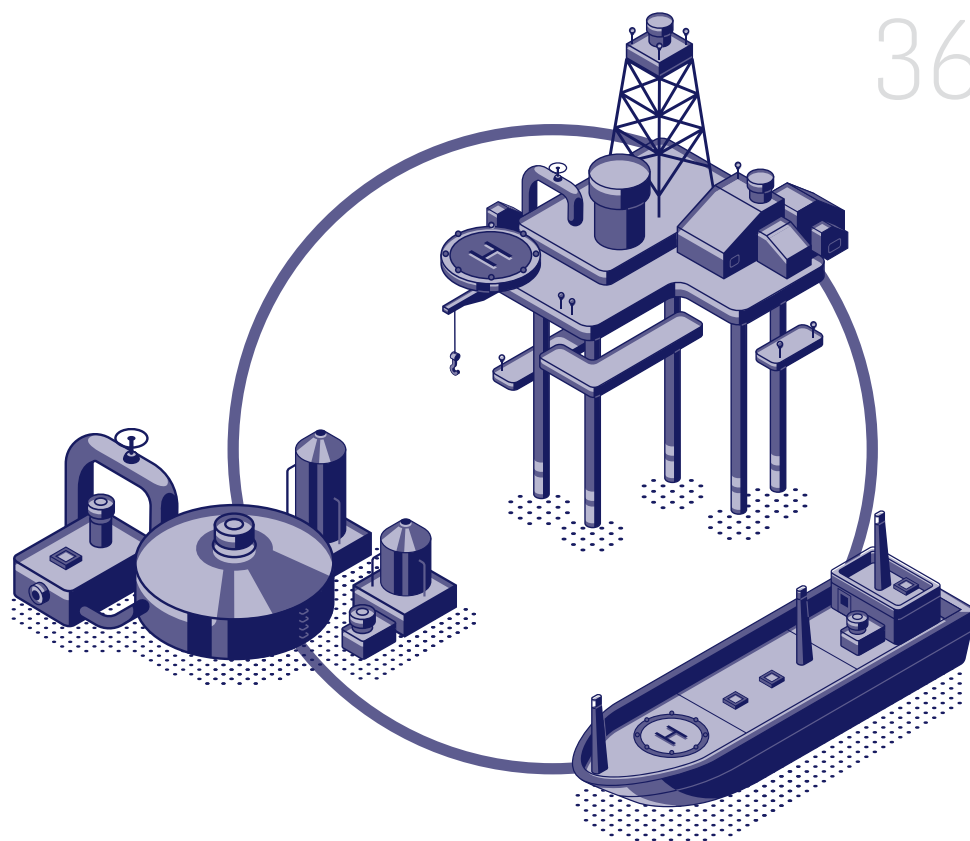
22. Disponível em www.abdib.org.br. Pesquise “guia de boas práticas iluminação pública”.

23. Alguns temas considerados importantes pela Abdib foram priorizados pelo regulador: medição e faturamento, conexão das instalações e parque de iluminação.

24. Os efeitos da Resolução 888/2020 estão suspensos no momento por decisão do Poder Judiciário em atendimento parcial a pleito da Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia).

25. O Comitê de Iluminação Pública promoveu encontros com gestores do BNDES, Caixa e BDMG, bem como com executivos dos contratos de Uberlândia (MG), Caragatatuba (SP) e Belo Horizonte (MG).





MERCADO EM TRANSFORMAÇÃO

A VENDA DE ATIVOS DA
PETROBRAS E UM NOVO
MARCO REGULATÓRIO SÃO AS
APOSTAS PARA O
DESENVOLVIMENTO DO SETOR
DE GÁS NATURAL NO BRASIL

A principal orientação do Comitê de Petróleo e Gás Natural da Abdib em 2020 foi apoiar a aprovação de um novo marco regulatório para o gás natural e a construção de um mercado capaz de aumentar a competição e os investimentos e expandir a infraestrutura, multiplicando assim a demanda pelo insumo no Brasil. No diagnóstico produzido pelo comitê, o país tem um atraso de 25 anos²⁶ em relação à Europa no uso do gás natural. O novo marco regulatório, a venda de ativos da Petrobras a partir de acordo com o Cade e o plano de desinvestimento da estatal petrolífera são apostas para reduzir esse atraso.

Uma das iniciativas foi realizar interlocução para a aprovação do PL 6.407/2013, que propõe mudanças no marco regulatório do gás natural. Nesse contexto, o deputado federal Laércio de Oliveira, relator do projeto, apresentou os principais aspectos do relatório proposto em encontro organizado no âmbito do Comitê de Petróleo e Gás Natural da Abdib²⁷.



Na visão da Abdib o PL 6.407/2013 tem pontos importantes. Um deles é a alteração do modelo de outorga para o de autorização na construção de capacidade de transporte e estocagem. Outro é a independência do transportador, que não pode ter vínculo com produtores ou consumidores. Há também regra para acesso à infraestrutura essencial, como gasodutos de escoamento e terminais.

Os empresários discutiram também a infraestrutura de terminais de GNL para importar gás, que pode ser uma alternativa importante para desenvolver o mercado de gás brasileiro. O Brasil conta com quatro terminais, três deles operacionais²⁸.

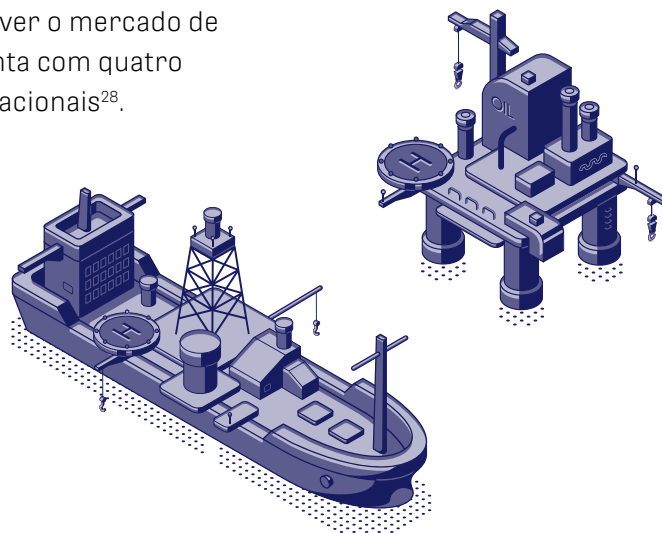
Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

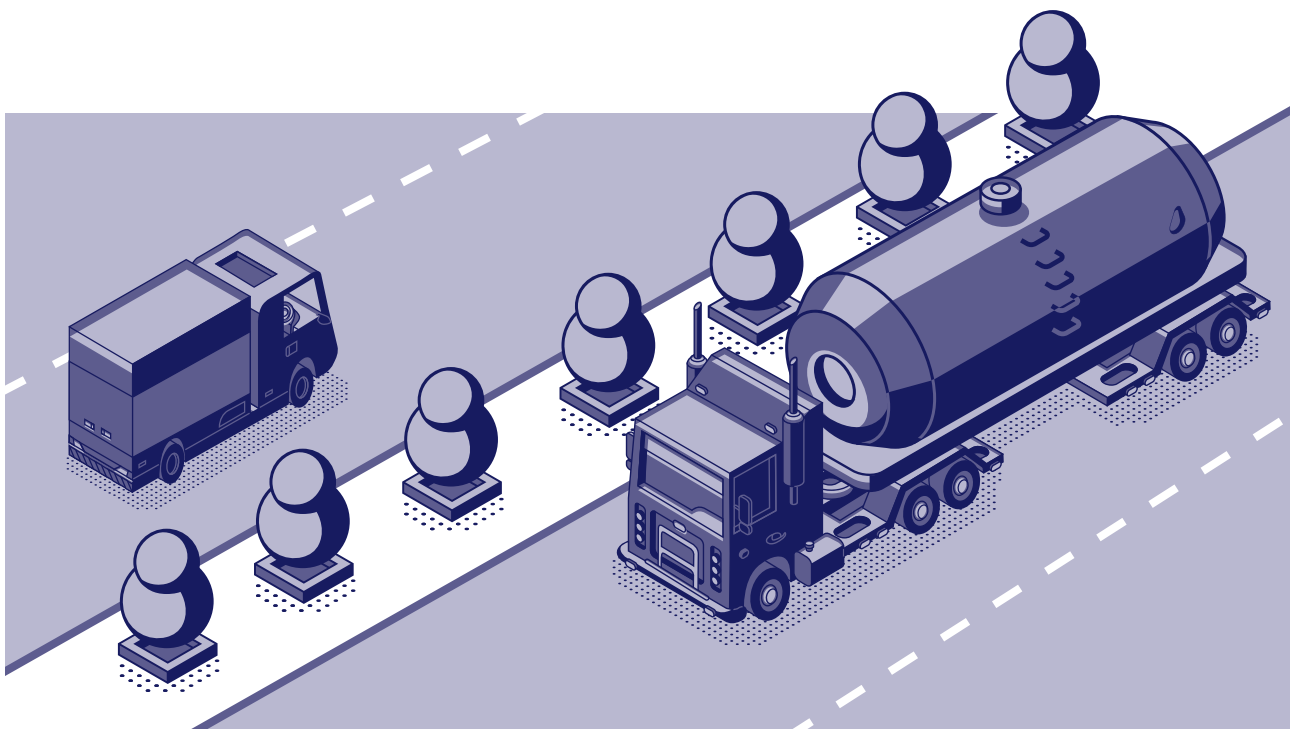
- ▲ Monitoramento do plano de desinvestimentos da Petrobras.
- ▲ Avaliações sobre o potencial para importação do gás natural liquefeito (GNL).
- ▲ Posicionamento sobre a permissão para a venda de subsidiárias da Petrobras sem ter de passar por autorização do Poder Legislativo.

26. No Brasil, a produção do gás é associada à do óleo, mais rentável, o que acarretou em decisão de, historicamente, reinjetar ou queimar o gás em vez de desenvolver a infraestrutura para utilizar o insumo na economia. Mas mudanças regulatórias recentes passaram a restringir a queima, forçando o uso do insumo no mercado.

27. Reunião realizada no dia 06/08/2020 com participação de aproximadamente 50 empresários.

28. O GNL é considerado uma opção competitiva. Em 2019, dado o excesso de oferta do insumo, houve queda acentuada do preço da molécula no mercado internacional, para algo entre US\$ 3 a US\$ 4 por milhão de BTU.





PASSADO, PRESENTE E FUTURO

AS ADVERSIDADES CAUSADAS PELA PANDEMIA DOMINARAM A PAUTA, MAS OS NOVOS PROJETOS E AS CONCESSÕES DESEQUILIBRADAS TAMBÉM FORAM ALVO DO COMITÊ DE RODOVIAS DA ABDIB

Com o surgimento dos efeitos da pandemia do coronavírus no Brasil, os empresários do Comitê de Rodovias voltaram a atenção para o monitoramento dos indicadores que retratam a demanda e as finanças das concessionárias. Canais de interlocução com as autoridades públicas²⁹ foram estabelecidos para formular e monitorar medidas para enfrentar a crise. Por meio do comitê, a Abdib ofereceu diversas propostas, como flexibilizar obrigações contratuais temporariamente, suspender parcelas de financiamentos e instituir diretrizes para reequilíbrios das concessões, por exemplo.

Em paralelo à crise, o setor rodoviário também enfrentou casos de risco político. O mais notório foi a encampação da Linha Amarela, no Rio de Janeiro, seguida de ameaças para outras concessões. A Abdib emitiu posicionamento contrário ao comportamento do poder público, alertando para o crescimento da aversão a riscos em programas de concessões estaduais e federal em toda a



infraestrutura. O tema foi levado para autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nas administrações federal, estadual e municipal.

Além da gestão da crise, a Abdib abriu diálogo com órgãos públicos do setor de concessões rodoviárias³⁰ para, do ponto de vista conceitual, apontar possibilidades de aperfeiçoamento do modelo e da matriz de riscos, criando as bases para o desenvolvimento dos novos projetos de investimentos. Um estudo elaborado no Comitê de Rodovias avaliou as cinco etapas do programa federal de concessões e explicou diferentes tratamentos dados para temas como política tarifária, demanda, ciclo de investimentos e condições precedentes de investimentos. Em seguida, apontou propostas e melhores práticas.

Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

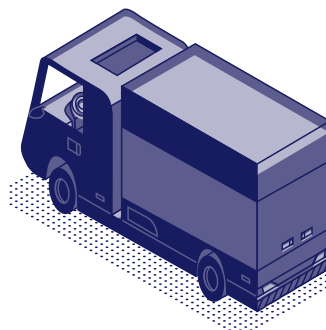
- ▲ **Devolução amigável e relicitação de concessões com desequilíbrio econômico e financeiro**³¹.
- ▲ **Regulamentação do *free flow*, sistema de cobrança de pedágio de livre passagem que pressupõe o pagamento proporcional à extensão percorrida pelo usuário.**
- ▲ **Projeto de concessão Rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte.**
- ▲ **Contribuições ao programa Pró-Brasil do governo federal e perspectivas para 2021**³².

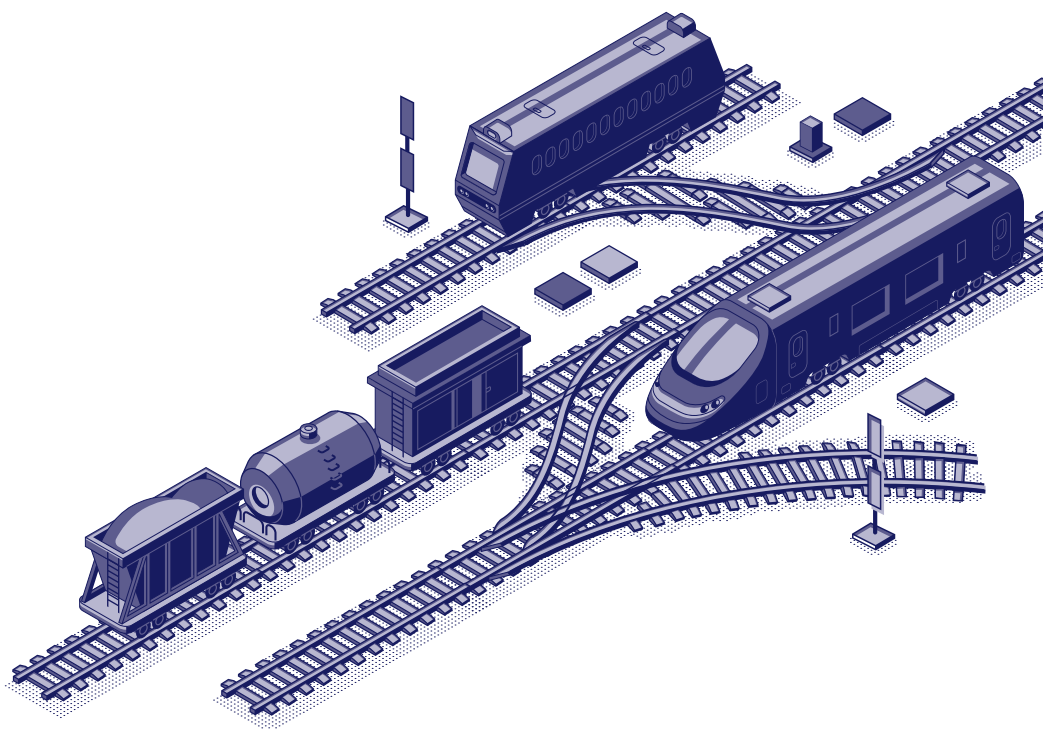
29. Além da área econômica do governo federal, houve reuniões com autoridades do setor de transportes, como Davi Ferreira (ANTT) e Marcelo Sampaio (Ministério da Infraestrutura).

30. As reuniões ocorreram em 18/09/2020 e 02/10/2020 com Renan Brandão (ANTT), Natalia Marcassa (Ministério da Infraestrutura), Bruno Melin (PPI), André Isper Barnabé (EPL), Nicola Khoury (TCU) e Luiz Fernando Ururahy (TCU).

31. Reunião com Mírian Ramos Quebaud (ANTT) em 13/02/2020.

32. Reunião com Guilherme Luiz Bianco, diretor do Departamento de Transporte Rodoviário da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres do Ministério da Infraestrutura, abordou perspectivas para 2021.





ENTROU NOS TRILHOS

O ANO DE 2020 FOI MARCADO PELA EVOLUÇÃO DO PROGRAMA DE RENOVAÇÃO ANTECIPADA DAS CONCESSÕES FERROVIÁRIAS, ITEM PRINCIPAL DA PAUTA DO COMITÊ DE FERROVIAS DA ABDIB

O contrato oficializando a renovação da concessão ferroviária da Malha Paulista foi assinado no dia 27 de maio.

O processo, que começou em novembro de 2015, exigiu cinco anos de estudos, discussões, consultas públicas, aprovações em diversos órgãos públicos – Ministério da Infraestrutura, ANTT e Tribunal de Contas da União (TCU). No Comitê de Ferrovias da Abdib, os assuntos relativos ao programa de renovação antecipada das concessões ferroviárias têm sido constantes nas reuniões – e assim continuará sendo até a assinatura do último aditivo³³.

Além de investimentos – expectativa de mais de R\$ 25 bilhões em cinco anos – que vão propiciar aumento da capacidade de transporte da malha, redução de conflitos urbanos e superação de gargalos logísticos, outro importante benefício do processo de prorrogação das concessões ferroviárias será a modernização dos contratos³⁴, preenchendo lacunas e esclarecendo direitos e deveres.



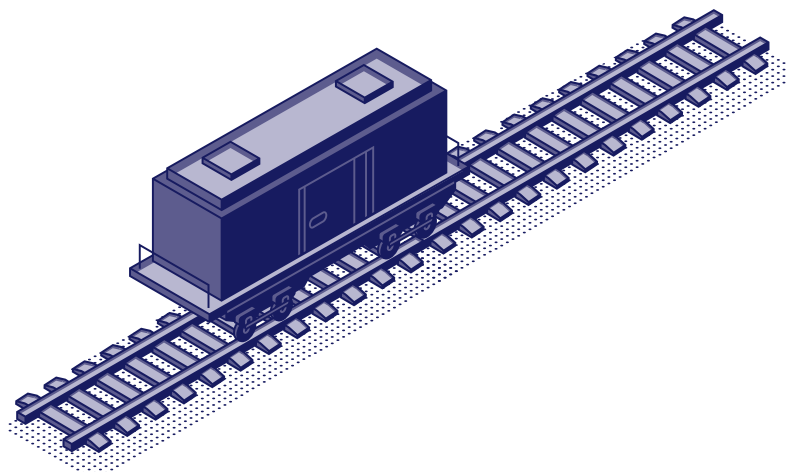
O Comitê de Ferrovias da Abdib ainda analisou outras questões essenciais para o desenvolvimento do setor ferroviário: a construção de novos projetos de ferrovias, a devolução de trechos antieconômicos para aproveitamento em novos usos e os benefícios econômicos dos projetos ferroviários do Pró-Brasil. Questões para melhoria do ambiente regulatório e para a segurança jurídica também fizeram parte da pauta, como o PLS 261/2018, que introduz o modelo de autorização para investimentos ferroviários, entre outras normas, e a prorrogação do Reporto, regime especial de tributação para investimentos em portos e ferrovias.

33. Após concessões da Vale, que já receberam aval do TCU, há processos da MRS, FCA e Malha Sul.

34. Passam a constar nos contratos, por exemplo, previsão expressa de novos investimentos na malha ferroviária, detalhada e cronologicamente, item por item, envolvendo expansão de capacidade, segurança e qualidade da infraestrutura. Regramento para ocasiões que dão direito a reequilíbrio econômico e financeiro das concessões também estará presente nos contratos, com detalhamento de procedimentos e formas de reequilibrar.

Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

- ▲ Revisão das normas da ANTT e modernização da regulação.
- ▲ Avaliação sobre o projeto de lei que cria a Lei Geral de Concessões.
- ▲ Monitoramento dos impactos da pandemia no setor ferroviário e medidas para enfrentamento da crise.





O ANO DA SOBREVIVÊNCIA

MESMO BASTANTE
IMPACTADO PELA CRISE
ECONÔMICA E FINANCEIRA
DERIVADA DA PANDEMIA, O
SETOR AEROPORTUÁRIO NÃO
DEIXOU DE AVALIAR NOVAS
OPORTUNIDADES

A palavra de ordem no setor aeroportuário em 2020 foi sobrevivência, mas nem por isso os empresários do Comitê de Aeroportos da Abdib deixaram de voltar os olhos para novas oportunidades de investimento. A partir de março, passaram a predominar nos encontros mensais temas como avaliações dos impactos da pandemia na demanda e nas finanças das concessionárias, os resultados de medidas adotadas pelo poder público e propostas formuladas pelo setor produtivo para mitigar os efeitos da crise.

Para monitorar a situação econômica e financeira do setor e avaliar as medidas para o enfrentamento da crise, foram realizadas duas reuniões com Ronei Glanzmann, secretário nacional da Aviação Civil³⁵. Em sintonia com o setor privado, o governo federal foi rápido em adotar medidas³⁶. As diretrizes e os cronogramas para os reequilíbrios dos contratos de concessão foram também avaliados ao longo do ano. Um dos encontros contou com a presença de Juliano Noman, diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)³⁷.



Até dezembro, foram feitos reequilíbrios parciais em oito concessões para compensar impactos da pandemia.

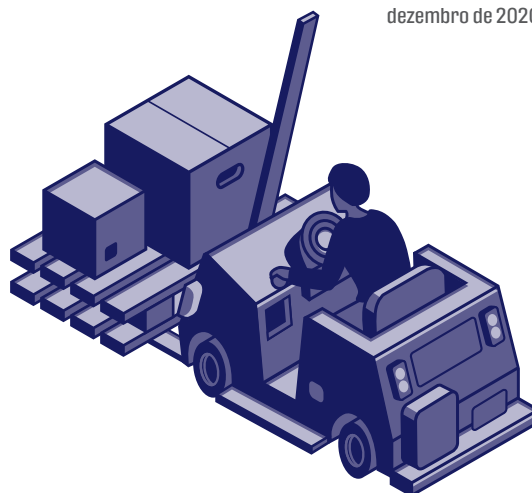
Dany de Oliveira, country director da Iata para o Brasil, também explicou os impactos da pandemia e as perspectivas de retomada. Ele apontou que o mercado aéreo brasileiro, apesar dos indicadores negativos, tem se destacado positivamente na retomada da atividade em comparação com o restante do mundo.

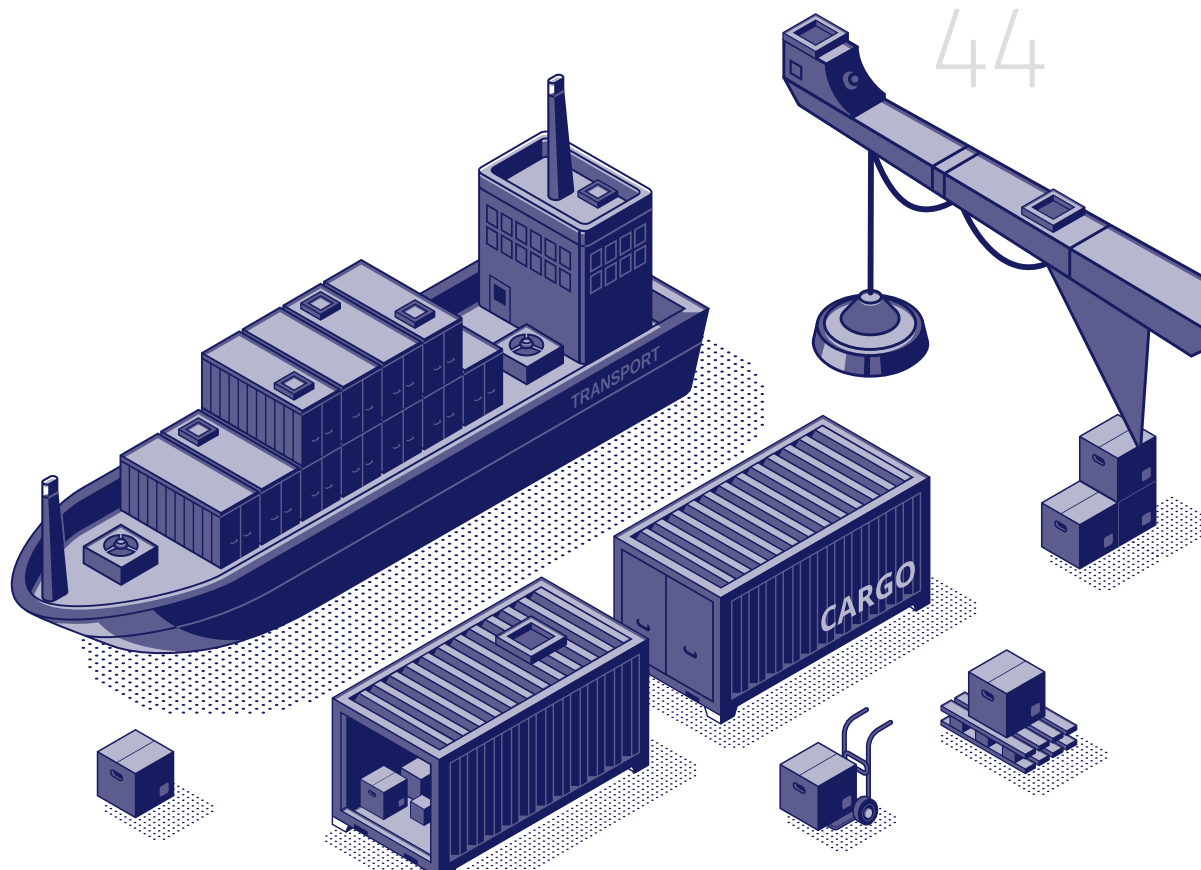
Os empresários também avaliaram ao longo do ano as perspectivas de novos investimentos. Em paralelo à preparação dos 22 ativos da 6ª rodada, com leilão agendado para março de 2021, o governo federal iniciou a preparação dos estudos para 17 ativos da 7ª rodada, incluindo Congonhas (SP) e Santos Dumont (RJ), e de um projeto piloto para licitar oito pequenos aeroportos regionais no Amazonas no regime de PPP. No total, são quase 50 aeroportos no programa federal de concessões, incluindo duas relicitações em estudo. Nos estados, há 35 oportunidades³⁸.

Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

- ▲ Medidas sanitárias para a operação dos aeroportos.
- ▲ Processos de devolução dos aeroportos de São Gonçalo do Amarante (RN) e Viracopos (SP).
- ▲ Estudos sobre *slots* aeroportuários.

- 35. Reuniões realizadas dias 15 de abril e 20 de outubro.
- 36. Duas das principais medidas: postergação do pagamento de financiamentos do BNDES e dos valores de outorgas.
- 37. Em duas reuniões realizadas em novembro, a diretoria da Anac aprovou pleitos de reequilíbrio econômico e financeiro de oito concessões de aeroportos.
- 38. Livro Azul da Infraestrutura da Abdib, dezembro de 2020.





MAIS TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

EM 2020, O COMITÊ DE PORTOS DA ABDIB CONDUZIU UMA AGENDA DE DISCUSSÕES PARA MELHORAR O AMBIENTE DE NEGÓCIOS E PROMOVER NOVAS OPORTUNIDADES PARA INVESTIMENTOS PRIVADOS

Com o objetivo de promover ações para expandir os investimentos realizados na infraestrutura portuária brasileira e melhorar o ambiente regulatório, o Comitê de Portos da Abdib conduziu uma agenda de discussões de alto nível envolvendo autoridades públicas e especialistas para oferecer o ponto de vista do setor empresarial sobre regulação, financiamento e modelos de leilões de terminais.

Um dos convidados³⁹ foi Diogo Piloni, secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, para discutir as perspectivas de expansão de investimento no setor portuário. O secretário explicou ações adotadas para o enfrentamento da crise causada pela pandemia, indicou a perspectiva de apresentação da BR do Mar, política pública para desenvolver a navegação por cabotagem, e garantiu a continuidade das etapas preparatórias para arrendamentos e concessões da gestão de portos organizados⁴⁰. Desde 2013, R\$ 45 bilhões de investimentos foram autorizados em terminais arrendados e de uso privativo.



O secretário informou que prevê entre R\$ 40 bilhões e R\$ 50 bilhões de investimentos nos próximos cinco anos no setor.

Para avaliar questões relativas à agenda regulatória do setor portuário no biênio 2020-2021, houve encontro⁴¹ com Francisval Mendes, diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), para discutir o que o regulador pretende priorizar entre as melhorias necessárias no ambiente regulatório. Mendes defendeu liberdade de mercado, segurança jurídica, respeito a contratos e redução do aparato regulatório. A Abdib adiantou que participará das audiências públicas.

39. Reunião realizada pela Abdib em 14/07/2020.

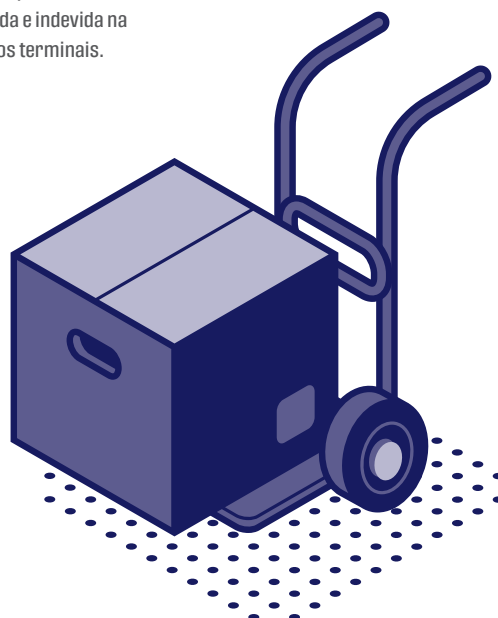
40. Há quatro projetos: Codesa (ES), Santos (SP), São Sebastião (SP) e Itajaí (SC). A concessão dos portos organizados está prevista para ocorrer entre 2021 e 2022.

41. Reunião realizada pela Abdib em 19/11/2020.

42. A Portaria 251/2000 da ANP é um exemplo. Alteração proposta prevê que os operadores disponibilizem capacidade ociosa para terceiros. A visão é que a regra pode interferir de maneira exagerada e indevida na gestão privada dos terminais.

Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

- ▲ Insegurança jurídica devido a mudanças regulatórias⁴².
- ▲ Novos investimentos em ativos já arrendados.
- ▲ Perspectivas para a cabotagem brasileira.





A MAIOR CRISE DA HISTÓRIA

O SETOR DE MOBILIDADE FOI SEVERAMENTE ATINGIDO PELA PANDEMIA, COM QUEDA DE DEMANDA E AUMENTO DE CUSTOS, O QUE EXIGIU AÇÃO TEMPESTIVA DA ABDIB PARA COBRAR RESPOSTAS DOS GOVERNOS

As concessionárias de serviços de transporte público foram severamente afetadas pela crise causada pela pandemia. A movimentação de passageiros chegou a cair 80% no pico das medidas de isolamento social e chega ao fim de 2020 com demanda entre 40% e 50% menor, a depender do modal e localidade. A crise na mobilidade urbana foi global, com demanda menor e custos maiores em virtude da necessidade de manter oferta mais ampla de transporte e, assim, evitar aglomerações. Os custos para higienizar equipamentos também aumentaram.

No entanto, enquanto em diversos países houve programas emergenciais de socorro por parte do poder público, no Brasil – onde, na maior parte das regiões, a operação não conta com subsídios públicos, dependendo apenas da tarifa paga pelos usuários – somente em novembro o Congresso Nacional aprovou um pacote de ajuda de R\$ 4 bilhões. Além do valor ser insuficiente diante do



estrago, o programa foi vetado pela Presidência da República.

A instituição de um programa de ajuda financeira à atividade de mobilidade urbana é pleito de agentes setoriais como a Abdib⁴³. A partir de iniciativa do Comitê de Mobilidade Urbana, a associação enviou posicionamento para autoridades públicas⁴⁴ solicitando programa emergencial de socorro financeiro para preservar a operação do serviço de transporte público urbano.

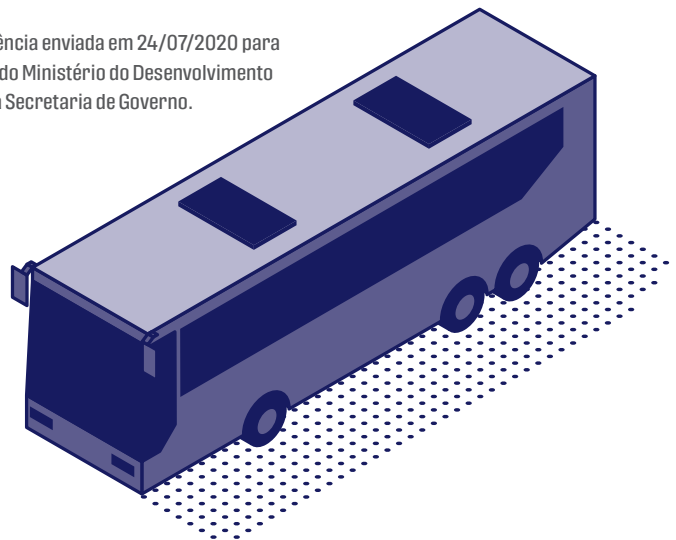
Para o setor de mobilidade urbana, a crise causada pela pandemia evidenciou a necessidade de transformações mais profundas no modelo, com a introdução de subsídios públicos para a operação dos serviços, a exemplo do que ocorre em muitos países e em poucas cidades brasileiras, planejamento integrado entre estado e municípios e a criação de autoridades metropolitanas de transportes para organizar a expansão e a gestão dos sistemas.

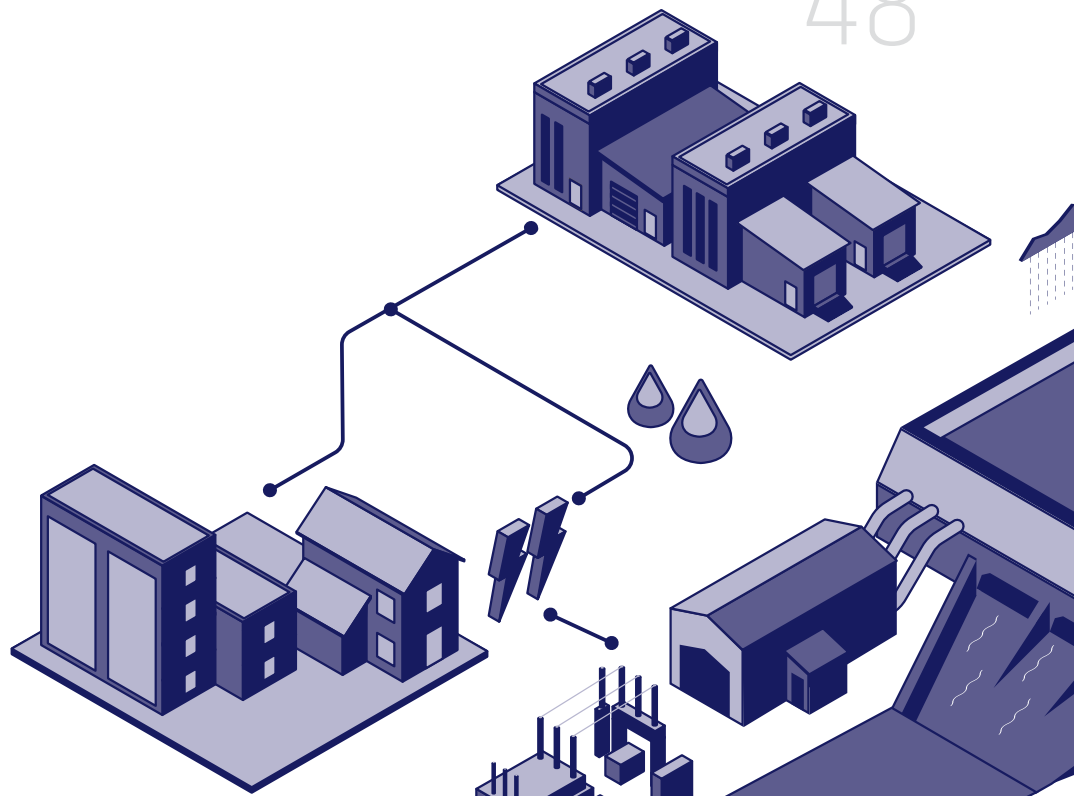
Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

▲ Desenvolvimento de estudo para criação de autoridades metropolitanas de transportes públicos o Brasil.

43. Em webinar realizado pela Abdib dia 23/07/2020, questionado sobre o tema, o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, reconheceu que "o setor de transporte urbano de passageiros está em situação muito delicada e com risco de colapso" e que o governo federal trabalha para oferecer auxílio emergencial.

44. Correspondência enviada em 24/07/2020 para autoridades do Ministério do Desenvolvimento Regional e da Secretaria de Governo.





PRIMEIRO GRANDE PASSO

APÓS A APROVAÇÃO DO NOVO MARCO REGULATÓRIO, O TRABALHO AGORA É REGULAMENTAR DISPOSITIVOS LEGAIS E MONITORAR A ELABORAÇÃO DE NORMAS DE REFERÊNCIA NACIONAL PARA ENTES SUBNACIONAIS

O trabalho dos últimos três anos do Comitê de Recursos Hídricos e Saneamento Básico da Abdib culminou em 2020 com a aprovação do novo marco regulatório setorial, sancionado na Lei 14.026/2020⁴⁵. Há mudanças transformadoras. Uma delas é instituição de uma meta para universalizar os serviços de água e esgoto até 2033, com flexibilidade para 2040 em casos excepcionais, de forma a diluir investimentos em prazo maior para evitar choques tarifários. Outra é a nova competência da ANA, agora agência reguladora também para o saneamento básico, que passará a editar normas de referência nacional para a regulação⁴⁶. Além disso, a competição passa a ser regra, com restrição à prestação de serviços baseada em contratos de programa. E há incentivo para a formação de blocos regionais para dar escala a investimentos.

Após a sanção da Lei 14.026/2020, os integrantes do Comitê de Recursos



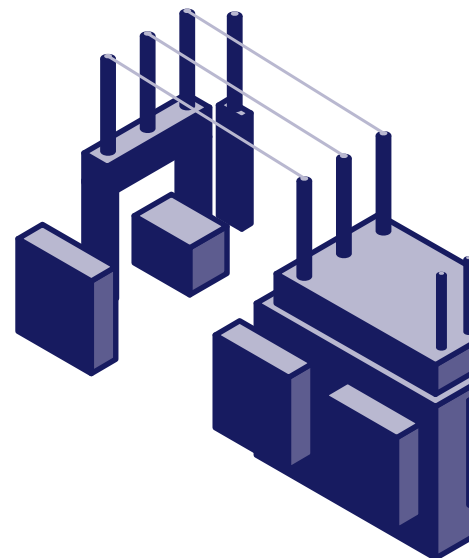
Hídricos e Saneamento Básico passaram a monitorar e a contribuir para o processo de regulamentação do novo marco regulatório⁴⁷. São necessários três decretos. Um dos mais importantes é o que apresentará uma metodologia para os operadores demonstrarem se possuem capacidade econômica e financeira para fazer frente aos investimentos necessários para a universalização. Outro definirá como será apoio técnico e financeiro da União para os entes subnacionais.

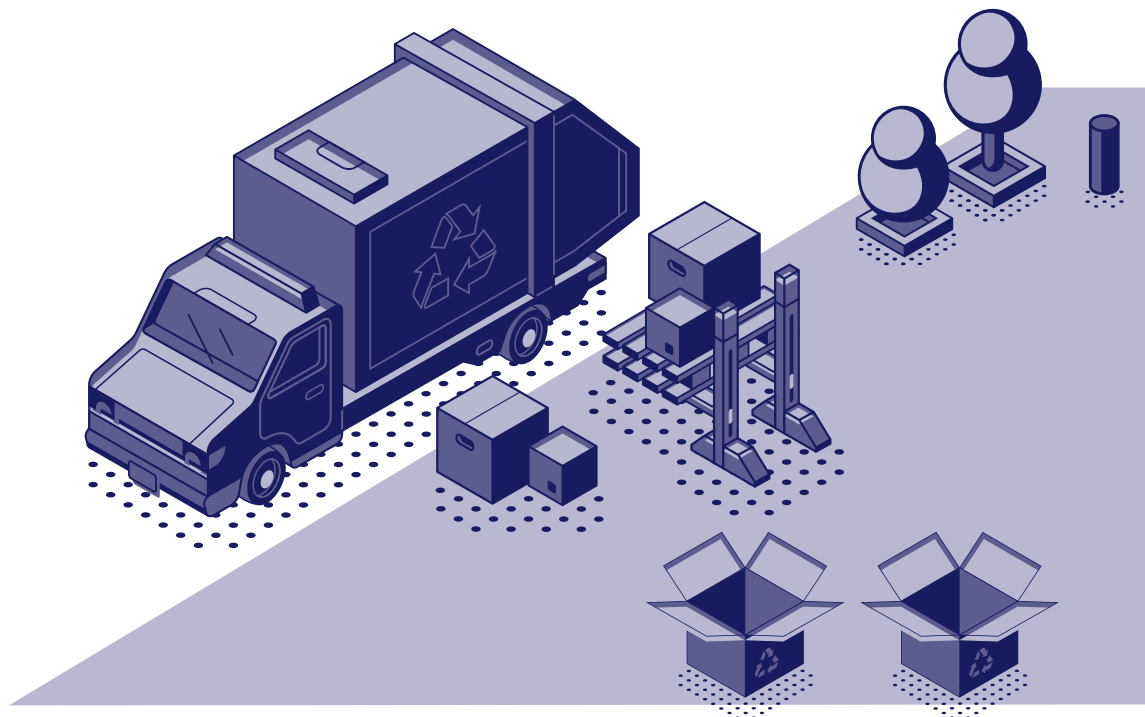
A implantação dos dispositivos da nova lei foi o foco do trabalho da Abdib no segundo semestre de 2020. Houve reuniões com a Secretária de Saneamento do Ministério de Desenvolvimento Regional para oferecer contribuições à elaboração dos decretos necessários. A Abdib também participou de encontro realizado pela ANA para avaliar temas prioritários, sob a ótica das empresas, para a agência reguladora editar normas de referência nacional.

Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

- ▲ **Avaliações dos impactos dos vetos da Presidência da República na Lei 14.026/2020.**
- ▲ **Simplificação de Procedimentos da CEF para desembolsos do FGTS.**

- 45.** No dia 20/03/2020, a Abdib realizou reunião com Pedro Maranhão (MDR). No dia 11/06/2020, o encontro foi com o senador Tasso Jereissati, relator do projeto de lei no Senado Federal. Em ambas, a Abdib defendeu a aprovação do projeto de lei que propôs o novo marco regulatório.
- 46.** Mais de 50 reguladores subnacionais serão estimulados a adotar regras regulatórias padronizadas, o que reforçará a segurança jurídica.
- 47.** No dia 22/07/2020, a Abdib realizou reunião com Pedro Maranhão (MDR) e Christianne Dias (ANA) para discutir as primeiras medidas governamentais após promulgação da nova lei.





O TRABALHO CONTINUA

O SETOR DE LIMPEZA URBANA E RESÍDUOS SÓLIDOS OBTEVE IMPORTANTES AVANÇOS LEGAIS E REGULATÓRIOS EM 2020. A TAREFA, AGORA É GARANTIR A REGULAMENTAÇÃO E A APLICAÇÃO DAS NOVAS REGRAS

Com a missão de propor soluções para a prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos de forma ambientalmente adequada e financeiramente sustentável, o Comitê de Resíduos Sólidos da Abdib teve motivos para comemorar em 2020. A principal notícia positiva foi a aprovação do novo marco regulatório do saneamento, deixando claro que os serviços “terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada” por cobrança direta dos usuários ou por outras formas adicionais, como subsídios ou subvenções⁴⁸. Os próximos passos são garantir a regulamentação e a aplicação da nova legislação nas diversas localidades do país.

Para apoiar a aplicação dos dispositivos da nova lei, foi desenvolvido um estudo⁴⁹ sobre os modelos de custeio dos serviços de resíduos sólidos ao redor do mundo, mapeando soluções desenvolvidas nos cinco continentes e em cidades brasileiras. Uma das constatações é que métodos de arrecadação específica, que cobram os



serviços diretamente do cidadão, a partir do conceito do poluidor-pagador, é uma prática comum em todo o mundo, sobretudo em nações mais desenvolvidas. Outra revelação é que a cobrança provoca mudança de hábitos nas pessoas – há redução na geração de lixo por habitante e crescimento da reciclagem.

O setor obteve outra boa notícia em 2020. No dia 30 de junho, o Ministério do Meio Ambiente instituiu⁵⁰ o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos. O sistema MTR registra as movimentações de cada carga de resíduos e efluentes entre geradores e destinadores, acompanha cada carga no caminhão que a transporta com um documento impresso e produz informações gerenciáveis para as autoridades ambientais. Os temas foram recorrentes nas reuniões do Comitê de Resíduos Sólidos da Abdib.

Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

- ▲ Monitoramento das condições operacionais diante da pandemia e proposição de sugestões para manter os serviços de limpeza urbana e resíduos funcionamento.
- ▲ Análise de risco de inadimplência do poder público para despesas de limpeza urbana.
- ▲ Monitoramento no Supremo Tribunal Federal (STF) de processos relativos ao setor.
- ▲ Contribuições para os processos de regulamentação da Lei 14.026/2020⁵¹.

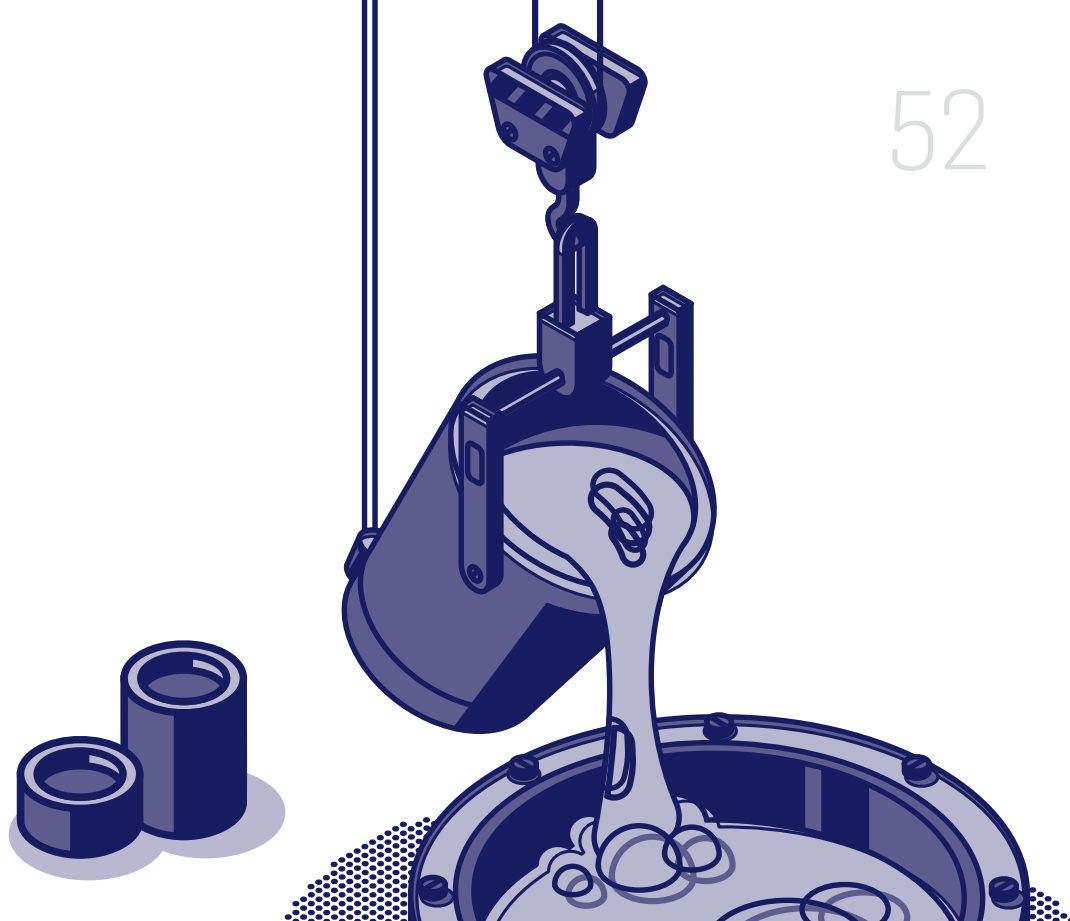
48. Lei 14.026/2020. A cobrança pelos serviços de limpeza urbana e resíduos sólidos pode ocorrer na forma de taxas, tarifas e outros preços públicos.

49. “A Sustentabilidade Financeira dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos – Modelos de Cobrança ao Redor do Mundo”. Disponível em www.seur.org.br.

50. Portaria 280, de 29/06/2020.

51. No dia 22/07/2020, a Abdib realizou reunião com Pedro Maranhão (MDR) e Christianne Dias (ANA) para discutir as primeiras medidas governamentais após promulgação da nova lei.





5G PARA A INDÚSTRIA

COMITÊ DE INDÚSTRIA DA
ABDIB CENTRALIZA DISCUSSÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO DA
INDÚSTRIA 4.0, ONDE A
RESERVA DE UMA FAIXA DA
FREQUÊNCIA 5G É QUESTÃO
IMPORTANTE

Por meio da atuação do Comitê de Indústria, a Abdib enviou contribuições para a consulta pública 9/2020, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que tratou sobre as regras do edital para a licitação a prestação de serviços de telecomunicações na tecnologia de quinta geração (5G)⁵². Na licitação, serão oferecidos espectros de radiofrequências de abrangência nacional e regional.

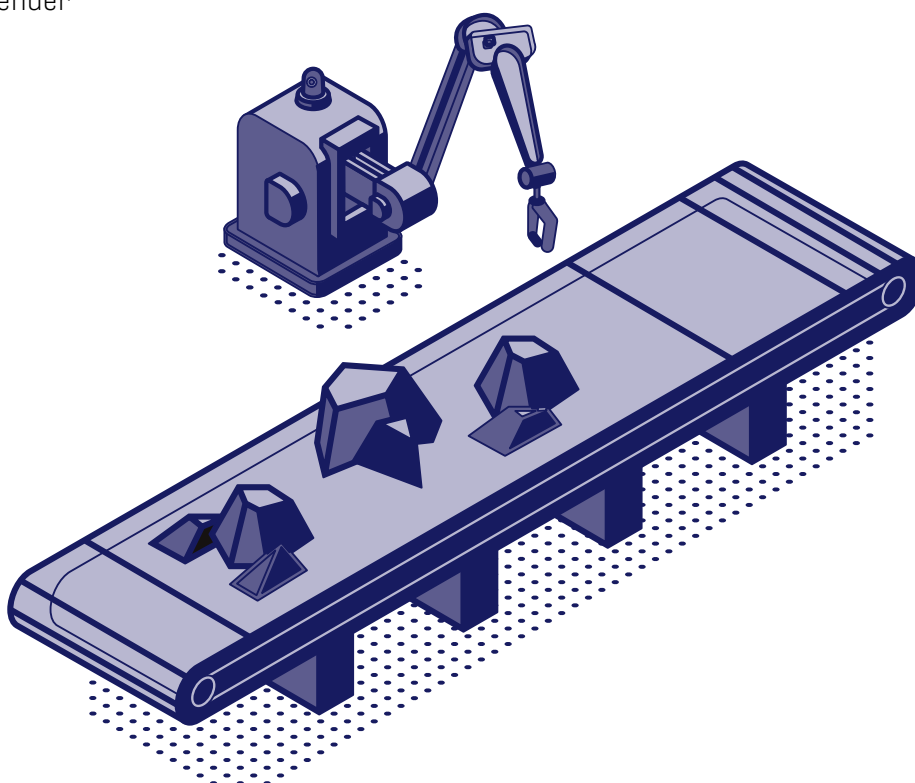
A principal proposta da Abdib foi no sentido de que o edital deve reservar uma faixa exclusiva das frequências para a indústria, como foi realizado em outros países, para impulsionar o desenvolvimento da indústria 4.0 no Brasil. A Alemanha, por exemplo, reservou uma parte do espectro para as indústrias construírem redes 5G próprias, reduzindo a dependência das operadoras de telefonia.

Dessa forma, em países nos quais uma faixa exclusiva da frequência 5G foi



reservada para o setor produtivo, as indústrias passaram a ser investidoras na construção das redes, catalisando o desenvolvimento da tecnologia 4.0. Questões como disponibilidade de infraestrutura e segurança no tráfego de dados foram considerados aspectos relevantes para a indústria defender faixa de frequência própria.

52. Com a eclosão da pandemia, o governo federal postergou a publicação do edital para a licitação envolvendo a prestação de serviços de telecomunicações na tecnologia de quinta geração (5G).



COMITÊ DE FINANCIAMENTO, RISCOS E GARANTIAS

Objetivo:

Avaliar as fontes de recursos para projetos de infraestrutura, identificar limitações para seus usos e sugerir estruturas de seguros e garantias (projetos/ financiamento) para mitigar os riscos de operação e bancabilidade. O comitê tem como grandes objetivos: I) implementação do *project finance non recourse*, utilizando a experiência internacional, contribuindo com a Susep, que pretende desregulamentar os seguros de grandes riscos no Brasil; II) ampliar atratividade de financiamento interno e externo para investimentos em infraestrutura (*equity*) e acompanhar as mudanças na legislação enfatizando a importância do mercado de capitais; III) buscar alternativas para mitigação de riscos não gerenciáveis (riscos políticos, crédito, demanda e variação cambial) e avaliar instrumentos contratuais e extracontratuais (públicos e privados) que possam amenizar as consequências financeiras, econômicas e sociais da materialização destes riscos.

Plano de ação:

- Acelerar as discussões para a implementação de *project finance non recourse* e para as garantias necessárias e fortalecer o seguro garantia como mitigador de risco.
- Atuar para desenvolver seguros contra riscos não gerenciáveis, dentre eles os riscos de variação cambial para captação de recursos externos, riscos políticos, de demanda e de crédito.
- Atuar com as instituições oficiais de crédito (BNDES, Caixa e Banco do Brasil) para definir modalidades e condições de aplicação de recursos para a infraestrutura.
- Atuar com o mercado de capitais para a

ampliação de debêntures de infraestrutura (fundos de pensão e mercado externo).

- Atuar com o BNDES, Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e seguradoras, entre outros, para melhor estruturação de projetos e respectivas garantias.
- Acompanhar a aplicação da nova lei de licitações e, em especial, o capítulo referente a garantias.
- Propor uma estrutura (a exemplo de fundo existente na Inglaterra) para mitigar riscos não gerenciáveis pela iniciativa privada.
- Desenvolver canal de comunicação com agências reguladoras com objetivo de melhorar a relação com mercado segurador, focando na eficiência da execução do seguro garantia.
- Implantar agenda periódica com a Superintendência de Seguros Privados (Susep) com a finalidade de propor melhorias nos contratos de seguros aplicáveis ao *project finance*, dentre eles o seguro garantia.

Coordenador: Venilton Tadini (Abdib)

COMITÊ LEGAL E TRIBUTÁRIO

Objetivos:

Dar suporte jurídico às iniciativas de desenvolvimento de negócios da Abdib, bem como aos demais comitês da entidade, em temas coletivos que digam respeito a atividades estratégicas relacionadas à infraestrutura. São duas linhas de atuação. A primeira, prospectiva, visa o desenvolvimento de nova legislação, regulamentos e normas que impactem o setor. A segunda, reativa, visa solucionar problemas enfrentados pelo conjunto de empresas associadas em suas atividades. O comitê também analisa e orienta a diretoria e associados da Abdib sobre o ingresso da entidade como *amicus curiae* e

outras medidas judiciais em temas de interesse coletivo da entidade.

Plano de ação Jurídico e Regulatório:

- Levantamento e monitoramento de propostas de lei de interesse dos setores de infraestrutura em trâmite no Congresso Nacional.
- Elaboração de notas técnicas para aprimorar projetos de lei.
- Acompanhamento de projetos e desestatizações no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).
- Acompanhamento da evolução da pauta decisória do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Supremo Tribunal Federal (STF).
- Apoio em audiências e consultas públicas.
- Apoio às demandas dos comitês setoriais.
- Acompanhamento de ADIs, ADCs, ADPFs, recursos extraordinários com repercussão geral, ou recursos especiais e extraordinários repetitivos em tramitação nos Tribunais Superiores (STF e STJ).
- Manter monitoramento sobre temas que o comitê está acompanhando: PL de concessões e PPPs, prorrogação de concessões, relicitação de concessões, PL licenciamento ambiental, PL CTB; PL lei de licitação e contratos administrativos.

Plano de ação Tributário:

- Elaboração de notas técnicas para aprimorar projetos de lei.
- Acompanhamento das propostas de lei em trâmite no Congresso Nacional.
- Acompanhamento dos incentivos fiscais de interesse do setor.
- Acompanhamento da jurisprudência administrativa e judicial tributária.
- Acompanhamento de ADIs, ADCs, ADPFs, recursos extraordinários com repercussão geral, ou recursos especiais e extraordinários repetitivos em tramitação nos Tribunais Superiores (STF e STJ).
- Apoio às demandas dos comitês setoriais.

- Acompanhamento das indicações de representantes de contribuintes em Tribunais Administrativos Tributários.
- Acompanhamento dos comitês tributários de outras entidades de classe.
- Manter monitoramento sobre temas que o comitê está acompanhando: reforma tributária (CBS, IBS etc.), reforma do Imposto de Renda e tributação de dividendos, IPTU em imóveis em concessão, tributação sobre indenizações de bens reversíveis e reequilíbrios econômico-financeiros.

Coordenador: Lauro Celidônio Neto (Mattos Filho Advogados) e Marcio Alabarce (CCR)

COMITÊ DE DESESTATIZAÇÃO

Objetivo:

Fomentar a agenda de projetos de desestatização (concessões, PPPs e venda de ativos), inclusive no âmbito subnacional, oferecendo apoio para estruturação de novos projetos, financiamento e relacionamento com as áreas técnicas dos órgãos de controle.

Plano de ação:

- Monitorar a agenda legislativa e parlamentar.
- Promover interface com prefeituras para fomentar medidas educativas e mapear pontos de atenção na estruturação dos projetos.
- Convidar representantes de bancos de fomento nacionais e estaduais para avaliar programa de apoio.
- Convidar representantes de órgãos multilaterais para apresentação de ações e discussão de práticas.
- Convidar representantes de instituições financeiras para aprimorar medidas de financiamento dos projetos (dívida e *equity*).

- Convidar representantes da área técnica de órgãos de controle para discutir novos projetos e dificuldades em projetos em execução.
- Realizar reuniões com outros comitês para alinhar temas setoriais.

Coordenadores: Rosane Menezes Lohbauer (Madrona Advogados) e Luis Claudio S. Campos (EY)

COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE

Objetivos:

Identificar, avaliar e apoiar o setor nas soluções dos problemas enfrentados que devem ser encaminhadas às autoridades competentes, considerando os principais gargalos identificados: insegurança jurídica e redução de conflitos judiciais, legislação ambiental, dados ambientais (insuficiência de informações ambientais e de cooperação entre os órgãos competentes), órgãos intervenientes (compensações sem relação com impactos ambientais causados pelo empreendimento, mas sim para suprir carências institucionais não atendidas pelo Estado) e concessões (contribuir nas audiências e consultas públicas). Atuar para prevenir ou reverter a judicialização das disputas ambientais, trazendo as discussões para âmbito técnico proporcionado pela instância de mediação de conflitos. Fomentar o engajamento das empresas do setor de infraestrutura no cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris e nas práticas ESG. Acompanhar a discussão sobre a nova norma que substituirá a Resolução 4.327 do Banco Central – Política de Responsabilidade Socioambiental nas Instituições Financeiras – naquilo que afeta o financiamento ao setor de infraestrutura.

Plano de ação:

- Acompanhar e participar na discussão dos projetos de lei e das normas infralegais relacionados ao licenciamento ambiental visando preservar os interesses do setor de infraestrutura.
- Estabelecer parcerias com os órgãos públicos para propor melhores práticas sobre licenciamento ambiental, contribuindo com os órgãos licenciadores na construção de termos de referência para licenciamento das diferentes tipologias de empreendimento de infraestrutura.
- Contribuir com os demais comitês da Abdib na análise dos termos de referência nas audiências e consultas públicas para as concessões e PPPs de infraestrutura.
- Estabelecer parcerias com outras instituições não governamentais para buscar soluções técnicas e jurídicas no âmbito da mediação ambiental e na agenda de mudanças climáticas.
- Estabelecer parcerias com os comitês setoriais e entidades atuantes na área de mudanças climáticas e economia do baixo carbono na avaliação das potencialidades e principais tecnologias voltadas para a sustentabilidade ambiental do setor de infraestrutura.
- Discutir os principais avanços e potenciais entraves para o setor de infraestrutura no Brasil na agenda do clima, inclusive na discussão sobre mercado de carbono.
- Promover a discussão da agenda ESG das empresas do setor de infraestrutura.
- Participar ativamente da discussão sobre as alterações da Resolução 4.327 do Banco Central.

Coordenadoras: Marilene Ramos (Norte Energia) e Cosette Xavier (Naturis)

COMITÊ DE INOVAÇÃO

Objetivo:

Avaliar e propor recomendações e ações sobre temas ligados à utilização de inovação, utilizando novas tecnologias (*data, analytics*, inteligência artificial, IoT, robotização) para aumentar a eficiência e a sustentabilidade na implementação de novas infraestruturas e aumentar a produtividade e a longevidade delas, de forma a acelerar a redução do déficit de infraestrutura, assim como aumentar a qualidade e a segurança dos serviços resultantes das infraestruturas existentes.

Plano de ação:

- Discutir sobre as melhores práticas de inovação aplicadas na melhoria da qualidade e capacidade da infraestrutura.
- Discutir sobre como a inovação aplicada à infraestrutura poderá acelerar o cumprimento dos princípios de sustentabilidade dos ODS da ONU.
- Discutir estratégias e ações de inovação para reduzir os riscos e aumentar produtividade e a sustentabilidade na implantação de projetos de infraestrutura.
- Discutir estratégias e ações de inovação para aumentar a produtividade, a segurança, a qualidade e a sustentabilidade da operação dos serviços de infraestrutura.
- Discutir estratégias e ações de inovação na manutenção para aumentar a longevidade e a sustentabilidade das infraestruturas existentes.
- Elaborar proposições de melhoria na regulação existente para acelerar a introdução e utilização de soluções inovadoras na implantação, na operação e na manutenção de infraestrutura.
- Criar um Centro de Inovação da Infraestrutura (InfraTech) na Abdib.

Coordenador: Mauricio Endo (KPMG)

COMITÊ DE ENGENHARIA

Objetivo.

Priorizar e disseminar informações relevantes sobre as melhores práticas de engenharia, tendências, modelos de planejamento e contratação de obras e engenharia. Através do compartilhamento da experiência e conhecimento das empresas relevantes do segmento de engenharia consultiva, e de forma imparcial e institucional, proporcionar compartilhamento de conhecimento, melhores práticas, lições aprendidas e modelos de gestão e engenharia de projetos, buscando promover o debate, o melhor conhecimento e a integração dos serviços com os diversos setores da indústria e com os demais comitês matriciais da Abdib. O comitê prioriza os seguintes temas: I) modelos consagrados de contratação (EPC, EPCM, CM, Supervision), de gestão de *capex* e critérios de seleção; II) tendências tecnológicas e inovação (BIM, ferramentas de gestão, novas tendências digitais e de transformação do setor); III) gestão de risco (principais fatores de risco em projetos, ações mitigadoras, prevenção e resolução de conflitos).

Plano de ação:

- Realizar um *workshop* no primeiro semestre sobre modelos consagrados de contratação de engenharia e construção.
- Realizar dois *workshops* no segundo semestre, um sobre tendências tecnológicas no setor, outro sobre gestão de riscos.

Coordenadores: Mauro Viegas Neto (Concremat) e Felipe Alceu Amoroso Lima (Arcadis Logos)

COMITÊ DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Objetivo:

Avaliar e propor recomendações e ações sobre temas ligados ao comércio exterior e à inserção internacional das empresas de infraestrutura e indústria de base.

Plano de ação:

- Acompanhar e discutir temas que impactam a competitividade do comércio exterior e inserção internacional das empresas de infraestrutura e indústria de base.
- Discutir estratégias e ações para sanar os entraves e reestruturar os mecanismos de crédito à exportação para a infraestrutura e indústria de base.
- Discutir acordos comerciais, especialmente nas áreas de bens, serviços, investimentos e compras governamentais.
- Acompanhar foros internacionais relevantes para a infraestrutura e indústria de base, tais como BRICS, Organização Mundial do Comércio (OMC), Mercosul e OCDE, entre outros.

Coordenador: Daniel Marteleto Godinho (WEG)

COMITÊ ESTRATÉGICO DO SETOR ELÉTRICO

Objetivo:

Para 2021 o comitê propõe a continuidade das discussões da agenda regulatória do setor elétrico, análise do impacto e propostas de melhorias, promovendo as adequações necessárias e atuando com a administração pública, instituições e agentes setoriais.

Plano de ação:

- Propor, atuar e participar, com autoridades

do setor, das discussões sobre as novas fontes de energia (matriz de energia em transformação).

- Acompanhar e propor sobre questões abordadas no Plano Nacional de Energia (PNE 2050), dando continuidade às discussões sobre o futuro do setor de energia.
- Aprofundar, propor e estruturar os critérios de sustentabilidade nas operações do setor elétrico, integrado à cadeia produtiva (ESG e investimento sustentável no setor elétrico).
- Acompanhar e propor as condições para implantação de redes inteligentes de energia no Brasil.
- Acompanhar e atuar nos temas da agenda regulatória que possuam efeitos sistêmicos e estruturantes, com destaque para reavaliação do MRE, implantação do preço horário e medidas de segurança do mercado.
- Acompanhar e propor ações que mantenham as regras gerais de equilíbrio dos contratos de concessão, dando continuidade às discussões relacionadas ao reequilíbrio dos contratos em decorrência de eventos extraordinários, como a pandemia da Covid-19.
- Atuar em prol da modernização do setor elétrico nos processos regulatórios e legislativos, notadamente o PLS 232/2016 e o estabelecimento das condições para a abertura de mercado.
- Atuar para a redução dos subsídios setoriais, com prazos, transição e alocação de custos adequados à cadeia do setor e ao consumidor, com discussões sobre geração distribuída previstas na regulação e no Poder Legislativo.
- Acompanhar e propor ações para integração entre setores correlatos, com benefícios integrados (destaque para a integração entre o setor de gás e energia elétrica, incluindo aprovação da lei do gás).

- Acompanhar e propor ações para inserção de novas tecnologias integradas, com destaque para a mobilidade elétrica, armazenamento de energia, novas fontes e visão integrada com foco no cliente.

Coordenadores: Miguel Settas (EDP) e Luiz Otávio Assis Henrique (EDP)

COMITÊ DE GERAÇÃO DE ENERGIA

Objetivo:

Apoiar a Abdib com análises e propostas para interlocução com agentes públicos e privados para a construção de um ambiente favorável ao investimento que garanta segurança no suprimento elétrico a partir do aproveitamento das mais variadas fontes energéticas disponíveis no Brasil, com sustentabilidade financeira, ambiental e segurança jurídica.

Plano de ação:

- Contribuir para a promoção e o aperfeiçoamento do projeto de modernização do setor elétrico e buscar o equacionamento do risco hidrológico futuro nos contratos de concessão para geração hidrelétrica.
- Contribuir para a retomada da expansão hidrelétrica considerando a necessidade de superação das restrições socioambientais, em particular as de sustentabilidade na Amazônia e questão indígena.
- Apoiar a expansão de fontes renováveis de geração de energia, contudo apontando para o fim de artifícios e subsídios de estímulo.
- Estimular e apoiar o desenvolvimento de tecnologia e regulamentação para reduzir as crescentes diferenças entre o despacho e demanda de energia: geração híbrida, térmicas de partida rápida, hidrelétricas

reversíveis, armazenamento de energia e uso de hidrogênio.

- Acompanhar e participar das discussões específicas do mercado de energia: preço horo-sazonal no mercado livre, valorização do lastro de energia e fortalecimento da comercialização e compensação de títulos de energia.
- Contribuir para a expansão da geração térmica a gás pela diferenciação do produto com inflexibilidade, sinal locacional e redução de encargos, tarifas e tributos de transporte.
- Estimular a interação entre os geradores, transmissores e distribuidores de energia para otimizar o despacho e a alocação de custos, inclusive geração distribuída.

Coordenador: Flávio Dutra Doehler (Abdib)

COMITÊ DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA

Objetivo: Propor e apoiar iniciativas que atraiam investimentos e garantam a rentabilidade adequada para o setor de transmissão de energia, bem como adequada qualidade de serviço.

Plano de ação:

- Aprimorar e consolidar o modelo regulatório, considerando que estão previstas para 2021 diversas consultas públicas e tomadas de subsídio pela Aneel. O comitê continuará atuando para contribuir efetivamente nos processos, de forma que o setor se torne mais atrativo, eficiente e estável, com respeito aos contratos.
- Apoiar o movimento de transição energética, decorrente de processos de redução de emissões de carbono e de maciça utilização de novas fontes de geração distribuída. Essa transição

impõe reavaliar as funções e os recursos tecnológicos aplicáveis à transmissão de energia. Por isso, o comitê atuará para explorar novas soluções e promover discussões para selecionar técnicas e recursos decorrentes das melhores práticas observadas internacionalmente.

- Atuar junto a órgãos de governo, associações de fornecedores e de fabricantes para garantir os insumos necessários para a efetivação dos programas de expansão e modernização da transmissão de energia, sempre privilegiando princípios de liberdade econômica vigentes, pois os programas de investimentos em transmissão exigem uma cadeia de fornecimento pujante e competitiva, com condições e prazos de fornecimento compatíveis com cronogramas dos empreendimentos.
- Manter um canal de diálogo permanente com instituições do setor elétrico para subsidiar e contribuir para as medidas e tendências em desenvolvimento no setor de transmissão e energia.

Coordenador: Carlos Adolfo de Souza Pereira (Abdib)

COMITÊ DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Objetivo:

Avaliar, propor e promover soluções e recomendações visando à modernização da iluminação pública e outras funcionalidades associadas nos municípios brasileiros, particularmente incentivando a adoção de PPPs em iluminação pública.

Plano de ação:

- Propor e executar ações para a plena implantação da Resolução 888/2020, em especial para os municípios afetados

por decisão judicial que suspendeu sua aplicação.

- Desenvolver e aprofundar a discussão sobre como incorporar, de forma consistente e sustentável, soluções de cidades inteligentes como receitas acessórias nos contratos de PPPs de iluminação pública, inclusive no que concerne à modelagem dos projetos e a eventuais dispositivos que inibam propostas irrealistas nas licitações.
- Desenvolver alternativas para a viabilização de nova regulamentação sobre usos permitidos pela Cosip, buscando sua ampliação, inclusive exercendo ações de influência para sua implementação, por meio de instrumentos juridicamente sólidos.
- Incrementar ações de promoção e divulgação das PPPs de iluminação pública como modelos eficientes, modernos e sustentáveis para o desenvolvimento de parques de iluminação pública nos municípios brasileiros.

Coordenador: Miguel Noronha (BMPI)

COMITÊ DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Objetivo:

Apresentar e apoiar propostas que permitam o desenvolvimento do setor de petróleo e gás natural e promovam projetos de infraestrutura e oportunidades de negócio para empresas operadoras e fornecedoras de bens e serviços.

Plano de ação:

- Na área de gás natural, apoiar e defender a aprovação do PL 4.476/2020, sem inclusão de dispositivos relacionados ao Brasduto e/ou com posterior veto aos mesmos no PL 6.407/2013. Assegurar que

o texto final estabeleça um mercado livre, seguindo as boas práticas internacionais, com atração de investimentos, aumento da competição, diversidade de agentes, acesso à infraestrutura e participação ativa dos agentes.

- Apoiar e incentivar iniciativas e programas para o desenvolvimento da infraestrutura setorial, como, por exemplo, o programa americano de ampliação dutoviária (Master Limited Partnerships – MLPs).
- Apoiar a continuidade da venda de ativos da Petrobras, que tem permitido a entrada de novos agentes nos segmentos de transporte, refino e distribuição, trazendo maior diversidade e concorrência na oferta.
- Na área *onshore*, apoiar os esforços do Programa de Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (Reate) para induzir a entrada de pequenas e médias empresas no *upstream* brasileiro; estimular a exploração de bacias terrestres de nova fronteira; apoiar o plano de desinvestimentos de ativos *onshore* da Petrobras e a cessão de direitos dos campos maduros.
- No *offshore*, apoiar os esforços do programa Incentivo à Produção de Campos Marítimos (Promar), criando condições para a revitalização dos campos marítimos maduros e de melhores condições para o aproveitamento econômico de acumulações de petróleo e gás natural consideradas como de economicidade marginal, localizadas em mar.
- Fomentar a exploração de recursos não convencionais no país por meio de iniciativas próprias e de apoio a ações dos órgãos públicos e de outras entidades do setor energético.
- Na área de *midstream*, defender que o modal dutoviário seja adequadamente

estimulado e incorporado no planejamento estatal, gerando oportunidade de investimentos para diversos segmentos.

- Influenciar a evolução do marco jurídico-regulatório dos estados, buscando, entre outros, a redução dos limites em m³/dia para o reconhecimento do consumidor livre e/ou a viabilidade de comercialização de GNL em pequena escala.
- No *downstream*, defender a manutenção de mecanismo de mercado estável para o reajuste de preço dos derivados, condição necessária à operação das unidades de refino vendidas pela Petrobras e a construção de novas plantas privadas no Brasil.

Coordenador: Ralph Terra (Abdib)

COMITÊ DE RODOVIAS

Objetivo:

Monitorar informações, avaliar os impactos e propor soluções com o objetivo de aumentar os investimentos no setor de rodovias, por meio das concessões em parceria com o setor privado e por investimentos públicos. Analisar os temas regulatórios mais relevantes e os impactos da modelagem e da estruturação dos projetos de concessão em fase de consulta pública. Além disso, apoiar interlocução com representantes dos órgãos públicos setoriais, em âmbito federal e estadual.

Plano de ação:

- Explorar os modelos de concessões estaduais, buscando interação com agentes públicos de todos os estados.
- Ampliar a interação com órgãos de controle, especialmente o Tribunal de Contas da União (TCU), para discussão da matriz de risco dos contratos de concessão.

- Acompanhar o tema do reequilíbrio derivados da Covid-19.
- Acompanhar as novas licitações do setor, contribuindo nas audiências públicas e nas reuniões com representantes do poder concedente e dos órgãos reguladores e de controle.
- Acompanhar alterações regulatórias e legais que tenham impacto no setor.
- Acompanhar as concessões rodoviárias em dificuldades financeiras e regulatórias (especialmente processos de reequilíbrio econômico e financeiro), bem como discutir os temas relacionados ao equilíbrio contratual.
- Sugerir aprimoramentos regulatórios que possam contribuir com a evolução do setor de concessões de rodovias.
- Desenvolver propostas de estruturas de financiamento que sejam adequadas às novas realidades contratuais.
- Contribuir nas discussões sobre o planejamento de médio e longo prazos para o setor, incluindo programas de inovação.

Coordenador: Gustavo Barreto (CCR)
Coordenador adjunto: Lucas Sant'Anna (Machado Meyer)

COMITÊ DE FERROVIAS

Objetivo:

Avaliar e propor ações e recomendações com vistas a ampliar a participação do modal ferroviário na matriz de transportes do país, bem como sugerir ações que resultem em investimentos na malha existente (por meio da prorrogação dos contratos em vigor) e em ampliação da malha (com novas concessões), sempre com intuito de trazer maior eficiência ao setor de transporte, reduzir custos logísticos e fomentar o setor produtivo.

Plano de ação:

- Colaborar para prorrogar a vigência do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) até 31/12/2025, medida importante para concretizar a política de infraestrutura de transportes na qual estão previstos investimentos com renovações das concessões ferroviárias, com novas ferrovias e com leilões de terminais portuários.
- Endereçar solução para cobrança de IPTU sobre bens públicos arrendados da União.
- Colaborar no processo de revisão da metodologia da taxa do WACC.
- Contribuir na implantação das propostas para modernização da regulação do setor ferroviário.
- Apoiar a realização de evento jurídico e regulatório do setor ferroviário envolvendo setores público e privado para fomentar o setor.
- Acompanhar e apoiar os processos ligados à renovação de concessões ferroviárias nas ações dos órgãos públicos de transportes e do Tribunal de Contas da União (TCU).
- Acompanhar e apoiar ações sobre o novo marco regulatório do setor ferroviário (PLS 261/2018) e sobre a revisão da lei das concessões (PL 7.063/2017).
- Acompanhar e participar de discussões legislativas para garantir que as faixas não edificáveis contíguas às faixas de domínio público de ferrovias não sejam reduzidas.

Coordenador: Júlio Fontana (Rumo)
Coordenador-adjunto: Fernando Paes (ANTF)

COMITÊ DE AEROPORTOS

Objetivo:

Oferecer sugestões de ações e propostas para as concessões aeroportuárias existentes e futuras, encaminhando-as às autoridades competentes.

Plano de ação:

- Discutir os impactos da pandemia sobre o setor aeroportuário e a busca de segurança sanitária para a retomada dos voos e da confiança dos passageiros.
- Acompanhar os leilões da 6ª rodada e contribuir na formatação dos estudos da 7ª rodada e das PMIs de concessão de aeroportos, inclusive estaduais, e de venda de participações da Infraero.
- Acompanhar as relotações dos aeroportos de Viracopos (SP) e São Gonçalo do Amarante (RN) devido ao precedente importante ao setor aeroportuário.
- Contribuir nos temas da agenda regulatória da Anac, cobrança de IPTU e nova lei geral de concessões.
- Acompanhar os processos de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, visando aperfeiçoar a regulação dos pleitos de reequilíbrio em concessões do setor.

Coordenador: Marcelo Allain (BR Infra Group)

COMITÊ DE PORTOS**Objetivos.**

Discutir temas, gerar informação e promover iniciativas voltadas ao incremento dos investimentos na expansão da infraestrutura de portos, terminais e hidrovias e à melhoria do ambiente regulatório e de interação com órgãos de controle.

Plano de ação:

- Apoiar à promoção de novas rodadas de licitações para arrendamento e a diminuição da burocracia para exploração de terminais em portos organizados.
- Aumentar a segurança jurídica e melhorar a atuação dos órgãos de controle para realização de investimentos em portos, terminais e hidrovias.

- Acompanhar a implementação do programa BR do Mar, que prevê estímulo à cabotagem por meio da ampliação do uso de embarcações estrangeiras na navegação entre portos brasileiros.
- Incentivar o uso da rede portuária para operações logísticas de diferentes indústrias, como petróleo e gás, siderúrgica, celulose, bens de consumo, contêineres, além de outras ainda não consolidadas.
- Incentivar a privatização, concessão ou venda de ativos em portos organizados.

Coordenador: Décio Amaral (Ultracargo)

Coordenador adjunto: José Augusto de Castro (TozziniFreire Advogados)

COMITÊ DE MOBILIDADE URBANA**Objetivo:**

Manter a Abdib como interlocutora com competência reconhecida para discussão de questões vinculadas à mobilidade urbana, em particular nos grandes centros metropolitanos, inclusive apoiando ações destinadas à implantação de mecanismos de gestão como a criação de Autoridades de Metropolitana de Transportes (AMT) e legislações específicas à mobilidade.

Plano de Ação:

- Concluir o estudo de *benchmarking* buscando desenvolver modelo de Autoridade Metropolitana de Transportes que possa ser implementado em regiões metropolitanas acima de 1 milhão de habitantes, identificar arcabouço legal e institucional existente ou a ser desenvolvido que possa viabilizar a criação do modelo de AMT escolhido, e identificar potencial região metropolitana para desenvolver um projeto piloto.

- Identificar principais fatores que, além da inexistência de uma Autoridade Metropolitana de Transportes, dificultam o desenvolvimento da mobilidade urbana, desenvolvendo propostas que possam ser apresentadas e discutidas com autoridades públicas e representantes do setor privado.
- Identificar estruturas de financiamento e garantias para projetos de mobilidade urbana.

Coordenador: Roberto Labarthe (CCR)

COMITÊ DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO BÁSICO

Objetivo:

Apoiar a construção dos caminhos que levam ao maior compartilhamento dos serviços de saneamento básico, entre parceiros públicos e privados, objetivando a universalização do atendimento, e trabalhar para a consolidação do ambiente jurídico e institucional decorrente da implantação do novo marco regulatório do setor.

Plano de ação

- Acompanhar a edição dos decretos regulamentadores da Lei 14.026/2020 e seus impactos: Decreto com a metodologia para cálculo da capacidade financeira; Decreto com regramento do apoio técnico e financeiro da União às disposições da lei; Decreto regulamentador da Lei 14.026/2020.
- Contribuir para a edição de normas de referência setorial pela ANA.
- Realizar interlocução com BNDES e Caixa para acompanhamento das modelagens para delegação de serviços que estejam em curso.
- Atuar para desenvolver fontes de financiamento para o setor: alternativas

existentes, novas possibilidades e *project finance non recourse*.

- Acompanhar as licitações em curso e avaliação dos resultados dos certames de 2021.

Coordenador: Rogério Tavares (Aegea)

Coordenador adjunto: Daniel Keller (Una Partners)

COMITÊ DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Objetivo:

Oferecer sugestões de ações e propostas para os problemas e entraves enfrentados pelo setor, que podem e devem ser encaminhadas às autoridades, de forma a retratar as necessidades setoriais. Dentre os temas objeto do comitê estão a garantia da sustentabilidade econômico-financeira, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da governança pública e a busca de uma maior segurança jurídica para o setor de resíduos sólidos.

Plano de ação:

- Implementar o planejamento de comunicação do setor de resíduos sólidos por meio de um plano de ação a ser aprovado no início de 2021 iniciando as ações com um evento entre março e abril e seguindo com outras ações ao longo do ano.
- Divulgação do ISLU 2020 e elaboração do ISLU 2021 apontando a importância da arrecadação específica para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e atingimento das metas dos ODS/ONU para gestão e manejo de resíduos sólidos assumidas pelo governo brasileiro.
- Difusão de estudo feito pela EY sobre cobrança tarifa/taxa dos serviços em cidades de referência nos cinco continentes para avaliar práticas

mundialmente adotadas para desenvolvimento sustentável de resíduos sólidos nas cidades.

- Acompanhamento institucional dos projetos de lei que impactam o setor: insalubridade na atividade profissional de limpeza, proteção da trabalhadora gestante ou lactante, regulamentação do marco regulatório do saneamento básico e regras para contratação pública.
- Governança do Pacto Setorial de Integridade de Limpeza Urbana, Resíduos Sólidos e Efluentes, assinado em 04/12/2019, pelas empresas e entidades de classe do setor.
- Acompanhamento dos julgamentos do Supremo Tribunal Federal STF (embargos de Declaração da Decisão do STF que impediu a implantação e operação de aterros sanitários em áreas de proteção permanente) e manifestações por *amicus curiae* (julgamento de recurso contra a cobrança de tarifa por concessionária de serviços de limpeza urbana em Joinville).
- Monitoramento da atual situação do MTR eletrônico nos diferentes estados já implantados e da situação da implantação em novos estados.

Coordenador: Carlos Villa (Solví)

COMITÊ DE INDÚSTRIA

Objetivo:

Para apoiar o Brasil na recuperação da indústria, o comitê procurará influenciar o desenvolvimento de um ambiente econômico mais favorável para investimentos de tecnologias disruptivas, como os referentes a Indústria 4.0 e Cidade 4.0, com a finalidade de aumentar a competitividade e a produtividade do país e, conseqüentemente, acelerar a taxa do crescimento econômico e social

do país à luz das experiências internacionais bem-sucedidas.

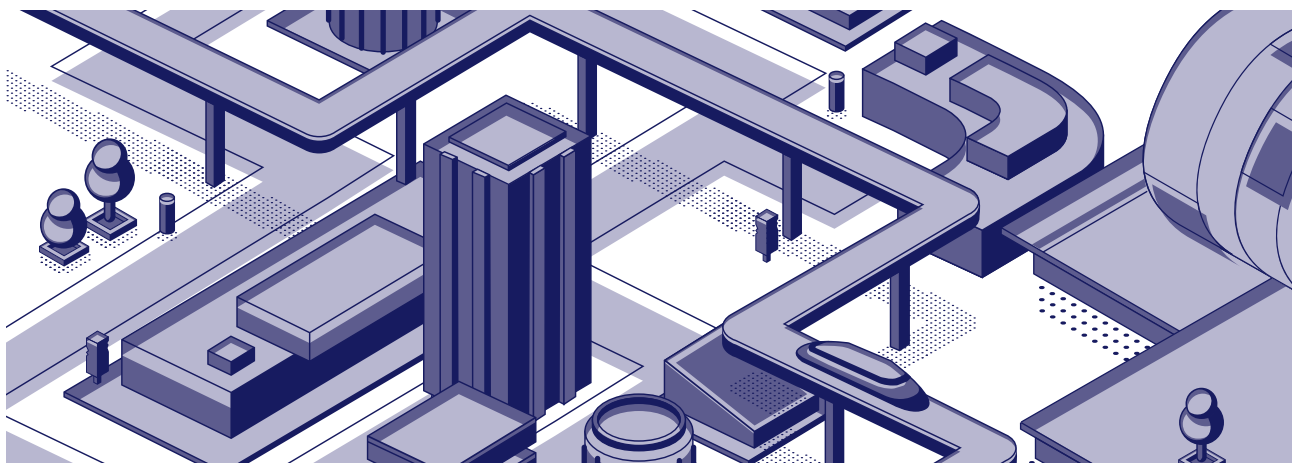
Plano de ação:

- Liderar uma discussão para o desenvolvimento de uma política industrial nacional ampla de longo prazo, com o engajamento de outras instituições, visando o protagonismo do empresariado na formulação de proposta.
- Promover debates para definição de uma política pública de comércio exterior visando uma maior integração produtiva do setor industrial brasileiro.
- Colaborar com a reforma tributária para favorecer a agenda do desenvolvimento industrial a fim de acelerar a remoção de obstáculos e avançar no crescimento.
- Liderar a discussão para o fomento de investimentos em infraestrutura junto a outras instituições e à luz das tendências mundiais, tendo como base um estudo sobre impactos e benefícios gerados pelos investimentos para a competitividade, produtividade, melhoria de qualidade e soluções produto-serviço via digitalização dos setores industriais brasileiros.
- Aprofundar o entendimento dos gargalos da infraestrutura na ótica dos estados e apoiar os governos estaduais na busca de soluções para destravar os investimentos e garantir a implantação de tecnologias modernas (infraestrutura 4.0, políticas de curto prazo de 5G, fundos de P&D, cidades inteligentes, segurança cibernética para infraestrutura crítica, mobilidade elétrica).
- Auxiliar a indústria para recuperação dos investimentos e o incentivo a capacitação da mão de obra técnica a fim de viabilizar a estratégia nacional.
- Apoiar a expansão de linhas governamentais para projetos de fomento a novas tecnologias e inovações.

Coordenador: Luis Mosquera (Siemens)

ENCONTROS E DEBATES

UMA ASSOCIAÇÃO DE CLASSE TEM DIVERSOS OBJETIVOS – E TALVEZ O PRINCIPAL SEJA PROMOVER O DIÁLOGO ENTRE REPRESENTANTES DE EMPRESAS ASSOCIADAS E DE PARTES INTERESSADAS, INCLUINDO INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS. ESSES ENCONTROS SERVEM PARA ENTENDER DESAFIOS, IDEALIZAR SOLUÇÕES, APRESENTAR ARGUMENTOS E OUVIR O CONTRADITÓRIO.



Mirian Ramos Quebaud

Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

13 de fevereiro

No Comitê de Rodovias da Abdib, a superintendente substituta de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da ANTT avaliou perspectivas de solução para concessões em desequilíbrio financeiro a partir das regras para religar os projetos após devolução amigável e indenização por investimentos não amortizados. Ela ressaltou que, independentemente dos culpados, é necessário resolver o problema com celeridade pois a sociedade é prejudicada pela ausência dos investimentos. A relicitação após devolução amigável é considerada solução mais vantajosa diante da complexidade da situação.



Wellington Dias

Governo do Piauí

18 de fevereiro

O governador do Piauí apresentou aspectos da concessão rodoviária Transcarrados. Dias mostrou situação fiscal equilibrada, avanços nos indicadores de desenvolvimento e informou sobre investimentos programados com recursos próprios e com financiamentos já contratados. Os valores de investimento e operação somam R\$ 921 milhões ao longo de 30 anos. Cerca de 30 empresários conheceram detalhes sobre perspectivas de demanda, alocação de riscos, licenciamento ambiental e estrutura de garantias – aspecto este elogiado. O governo mostrou-se disposto a compartilhar risco de tráfego.

**Jônathas de Castro***Secretaria de Governo***17 de março**

Com o secretário-executivo, foi possível conhecer o processo de definição de prioridades do governo federal e o relacionamento com os demais poderes da República. Como há mais de 10 mil projetos de lei tramitando na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, uma agenda prioritária foi organizada, incluindo reformas estruturantes e regulatórias de interesse da infraestrutura, como tributária e administrativa, privatização da Eletrobras, modernização da regulação dos setores de saneamento, eletricidade e cabotagem, além de leis gerais para o licenciamento ambiental e concessões.

**Pedro Maranhão***Secretaria Nacional de Saneamento***20 de março**

O secretário nacional explicou o empenho do governo federal para aprovar, no Senado Federal, o projeto de lei para modernizar a regulação do saneamento básico. O objetivo é evitar alterações, evitando retorno da matéria à Câmara dos Deputados. Os empresários explicaram equívoco de um artigo que poderia inviabilizar novas concessões de resíduos sólidos. Houve também demanda por medidas para preservar as concessões durante a crise causada pela pandemia e críticas a propostas de governos que defenderam suspensão de pagamentos de tarifas de forma indistinta e unilateral.

**Diogo Mac Cord***Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI)***01 de abril**

O secretário debateu as propostas da Abdib para enfrentar a crise econômica causada pela pandemia. O Ministério da Economia recebeu mais de 800 sugestões de todos os setores produtivos, 231 delas sobre infraestrutura. À frente do esforço para organizar demandas da infraestrutura, Mac Cord se reuniu ainda em 14 e 27 de abril com a Abdib, pontuando sobre a evolução das medidas. A Abdib entregou um mapeamento de projetos de lei que ameaçam as finanças das concessionárias e propostas sobre liquidez do setor elétrico e foi informada que o governo atua para aprovar projetos de lei sobre energia no Congresso Nacional.

**Fábio Abrahão***BNDES***02 de abril**

O diretor de Infraestrutura, Concessões e PPPs do BNDES explicou ações para apoiar o setor produtivo na crise econômica e avaliou propostas feitas pela Abdib. Empresários explicaram impactos setoriais e manifestaram preocupação com a saúde financeira de fornecedores. Abrahão enfatizou que o governo trabalha com medidas transversais e setoriais, com atenção maior para as emergências. Em nova reunião, dia 15 de abril, para monitorar medidas para enfrentar a crise, o diretor do BNDES anunciou ação com bancos públicos e privados, de forma sindicalizada, para oferta de crédito aos setores mais afetados pela crise.

**Natália Marcassa***Ministério da Infraestrutura***09 de abril**

A secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias explicou que propostas feitas pela Abdib para o enfrentamento da crise estão em fases distintas, algumas já atendidas transversalmente e outras em análise. O ministério atuou para garantir o abastecimento, manter atividades e planejar ações anticíclicas via investimentos em infraestrutura – há um plano em formatação, de R\$ 30 bilhões. O programa de concessões está mantido e setor privado será ouvido durante a preparação dos projetos. Para o ministério, situações de força maior, como a pandemia, dão direito a reequilíbrios nos contratos de concessão.

**Ronei Glanzmann***Secretaria Nacional de Aviação Civil***15 de abril**

No Comitê de Aeroportos da Abdib, o secretário avaliou as consequências da crise que atingiu o setor. Os aeroportos passaram a operar com estruturas simplificadas para reduzir custos. Glanzmann informou que há entendimento sobre o direito dos operadores ao reequilíbrio nas concessões. O poder público editou medidas de socorro e flexibilizou regras, entre elas o pagamento de outorgas. A Abdib acertou apoio para redigir novos protocolos sanitários para a operação aeroportuária. O cronograma de ações para o leilão de 22 aeroportos federais da 6ª rodada permanece, mas os estudos econômicos serão revisados.

**Reive Barros***Ministério de Minas e Energia***27 de abril**

O secretário de Planejamento avaliou o cenário para projetos de hidrelétricas de médio porte. Barros disse que é fundamental fazer um diagnóstico adequado das diversas externalidades positivas que a fonte hidrelétrica oferece ao sistema elétrico e à sociedade, permitindo comparar de forma mais realista os custos associados a cada fonte de produção de energia e identificar as mais vantajosas. Um dos benefícios é a capacidade de construir reservatórios e, assim, oferecer capacidade instalada para equilibrar o sistema elétrico em um momento em que há crescimento de fontes intermitentes, como eólica e solar.

**Verônica Rios***Ministério de Desenvolvimento Regional***27 de abril**

A chefe de assessoria especial disse que precisa haver perspectiva de geração e empregos e renda após o controle da pandemia e por isso o ministério identifica projetos e propostas em habitação, saneamento básico, resíduos sólidos, mobilidade urbana e arranjos produtivos locais, todos indutores de emprego. A pasta informou ter R\$ 14 bilhões para investimentos regionais em 2020, além de recursos repassados pelo FGTS, Caixa e BNDES. Uma nova política habitacional será lançada e modelos de contratação para entes subnacionais estão em revisão. Nova reunião de monitoramento foi feita com Verônica Rios em 13 de julho.



Arnaldo Jardim

Câmara dos Deputados

30 de abril

Na Abdib, os deputados federais João Maia e Arnaldo Jardim explicaram o estágio de tramitação do projeto de lei que propõe uma Lei Geral de Concessões (PL 7.063/2017). Maia é presidente da comissão especial e Jardim é relator da matéria legislativa. Os empresários foram informados da pretensão dos deputados de destacar do PL 7.063/2017 o capítulo sobre debêntures, para transformá-lo em um projeto de lei próprio, com condições de tramitar com mais velocidade, e a criação da debênture de infraestrutura, com benefícios tributários para o emissor dos títulos. Os deputados defenderam diretrizes para reequilíbrios financeiros de contratos de concessão.



Juliano Noman

Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)

13 de maio

O diretor-presidente da Anac explicou que os preparativos para a 6ª rodada de concessões continuam, com estudos de viabilidade atualizados. Para ele, quanto mais for possível avançar na agenda de reformas regulatórias, menos machucado o setor aéreo estará após a crise. Noman ressaltou que o governo federal tem atacado custos de produção para incentivar que mais pessoas optem pelo transporte aéreo e que é necessário reduzir a judicialização existente no Brasil e diminuir preços de combustíveis. Ele apontou que a agência deseja finalizar reequilíbrios financeiros nos contratos até dezembro de 2020.



André Pepitone

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)

13 de maio

Em reunião do Comitê Estratégico do Setor Elétrico da Abdib, foram avaliadas com autoridades públicas as propostas da associação sobre o setor de energia elétrica. Participaram, pelo poder público, Rodrigo Limp, secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia (MME); André Pepitone, diretor-geral da Aneel; Pedro Capeluppi, subsecretário de Desenvolvimento da Infraestrutura; e Gabriel Fiuza, subsecretário de Regulação e Mercado. Os executivos do governo federal elogiaram a iniciativa e a qualidade da análise da Abdib e explicaram medidas já adotadas pelo poder público para melhorar a situação do setor elétrico.



Davi Barreto

Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

21 de maio

No Comitê de Rodovias da Abdib, o diretor da agência listou medidas adotadas pelo regulador para apoiar as concessionárias durante a crise e ouviu novas propostas, como postergação de pagamento de taxas de fiscalização e suspensão temporária de repasse de receitas acessórias. Davi Barreto relatou que os pleitos sugeridos são legítimos e o regulador tem senso de urgência. O reequilíbrio parcial foi descartado e a intenção é reequilibrar contratos ainda em 2020. Ele explicou objetivos da reestruturação da ANTT, que envolve a criação de superintendência para cuidar exclusivamente dos processos de concessão.

**Bruno Stupello***Santos Port Authority (SPA)***02 de junho**

O diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação da SPA apresentou o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos no Comitê de Ferrovias da Abdib. A reorganização e a expansão da capacidade do principal porto do país são pontos de atenção para os operadores ferroviários, que já executam investimentos para ampliar a capacidade de transporte para os terminais na Baixada Santista. Santos escoar cargas que chegam por três malhas, operadas pelas concessionárias Rumo, MRS e VLI. As empresas apoiam o plano de expansão para não haver gargalo no escoamento marítimo de cargas.

**Leonardo Mendonça***Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)***04 de junho**

O superintendente de Regulação da Transmissão explicou aos empresários no Comitê de Transmissão de Energia da Abdib que há esforço para consolidar atos normativos na área de transmissão, com meta de finalizar o trabalho no primeiro semestre de 2021. Ele explicou que o exercício da função não deve ser somente criar regras e, em seguida, fiscalizar e aplicar penalidades, em caso de descumprimento. Ele afirmou que a forma de praticar regulação mudou nos últimos anos, com inclusão de instrumentos como a análise de impacto regulatório (AIR) e a avaliação de resultado regulatório (ARR).

**Antonio Anastasia***Senado Federal***09 de junho**

O senador do PSDB-MG, vice-presidente do Senado Federal, explicou o teor do PL 2.139/2020 (regime jurídico transitório e emergencial para mitigar efeitos da pandemia em contratos administrativos). O objetivo é preservar os contratos assinados com o setor público e a prestação de serviços. A adoção será facultativa e o regime foi bem recebido pelo setor de infraestrutura. A administração pública pode tomar iniciativa de recompor a execução contratual mediante a elaboração de um plano de contingência pela empresa contratada, a pedido do gestor público, indicando os impactos da crise no escopo contratual.

**Tasso Jereissati***Senado Federal***11 de junho**

Na Abdib, o senador do PSDB-CE apontou perspectivas de aprovação do PL 4.162/2019, que moderniza as regras de saneamento básico e resíduos sólidos, do qual é relator. Houve conversas entre lideranças partidárias e o presidente do Senado Federal para possibilitar a leitura do relatório. A expectativa é votar o PL ainda em junho, o que realmente ocorreu. O senador explicou os pontos que geram discussões entre os parlamentares e ouviu avaliações dos empresários. Ele deixou claro que o objetivo é aprovar a matéria sem alterações – o que evita remeter o assunto novamente aos deputados.

ENCONTROS COM ÓRGÃOS DE CONTROLE E DE FISCALIZAÇÃO

A pandemia causou impactos em diversos setores produtivos. Na infraestrutura, contratos de concessão foram bastante afetados, o que gera a necessidade de reequilíbrios econômicos e financeiros. Nesse sentido, a Abdib construiu uma agenda de trabalho com as equipes do Tribunal de Contas da União (TCU), instituição com relevante participação nas decisões do setor de infraestrutura. Em 2020, foram seis encontros. A organização de tal agenda de discussão tem objetivo de permitir a troca de informações entre agentes dos setores público e privado de forma que os argumentos de ambas as partes sejam compreendidos.



12 de fevereiro José Mucio Monteiro, presidente do TCU, participou na Abdib de reunião do Conselho de Administração, propôs agenda mais rotineira com a Abdib para temas da infraestrutura e apontou que há preocupação com o impacto das ações de controle nas atividades dos órgãos públicos e setores produtivos, com esforço para onerar cada vez menos os gestores públicos que executam políticas públicas.

14 de maio TCU convida a Abdib para ciclo de debates para discutir o impacto da crise nos setores de energia e de transportes e os reequilíbrios nos contratos. Participaram o presidente-executivo da Abdib, Venilton Tadini, e o conselheiro e coordenador do Comitê Legal e Tributário da entidade, Lauro Celidonio. A Abdib entregou sugestões para o tratamento dos reequilíbrios.

18 de maio A Abdib organizou webinar com o presidente do TCU, José Mucio Monteiro, e Nicola Khoury, coordenador-geral de Controle Externo de Infraestrutura, para discutir o papel

do TCU diante da perspectiva de reequilíbrios nos contratos.

28 de maio O ministro Aroldo Cedraz, que também é vice-presidente do TCU, participou de reunião do Comitê de Desestatização. Questionado sobre a visão do tribunal sobre recomposição financeira das concessões, respondeu que os reequilíbrios, quando e se ocorrerem, precisam ser feitos de forma com critérios técnicos. As câmaras de arbitragem, na visão dele, são uma possibilidade.

15 de junho Em nova reunião com TCU, a pauta foi o papel do tribunal no processo de reequilíbrio de contratos. Participaram Nicola Khoury, coordenador-geral de Controle Externo de Infraestrutura; Luiz Fernando Ururahy de Souza, secretário de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil; e Manoel Moreira de Souza Neto, secretário de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica. Khoury apontou que reequilíbrios têm de ser avaliados com cautela, pois a oscilação de alguns parâmetros pode ser compensada por outros.

18 de setembro Em encontro do Comitê de Rodovias, a Abdib discutiu com autoridades do TCU oportunidades de aprimorar a matriz de riscos de concessões rodoviárias. Um estudo foi elaborado, explicando as diferentes formas de tratamento do poder concedente nas cinco etapas do programa federal de concessões rodoviárias para temas como política tarifária, demanda, ciclo de investimentos e condições precedentes de investimentos. Participaram Luiz Fernando Ururahy de Souza, secretário de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação, Nicola Khoury, coordenador-geral de Controle Externo de Infraestrutura.

**Jônathas de Castro***Secretaria de Governo***10 de junho**

O secretário-executivo liderou encontro entre empresários da Abdib e secretários de ministérios do governo federal, como o da Casa Civil, para discutir o conteúdo e o encaminhamento das novas propostas feitas pela Abdib às autoridades públicas, incluindo meios para fazer reequilíbrios nas concessões, medidas para acelerar investimentos, fontes de financiamento e de garantias para os investimentos e projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional. Os empresários explicaram desafios enfrentados pelas companhias e explicaram propostas. Um dos argumentos foi que cuidar das empresas que já investem no Brasil é bom sinal para atrair investimentos.

**Carlos Da Costa***Ministério da Economia***17 de junho**

Liderada pelo secretário especial de Produtividade Emprego e Competitividade, ao lado de Diogo Mac Cord, secretário de Desenvolvimento de Infraestrutura, encontro serviu para monitorar propostas da Abdib, que integrou Comitê de Infraestrutura criado pelo ministério para monitorar a situação e as propostas do setor. Empresários e autoridades discutiram como avançar com projeto de lei que amplia o uso debêntures e as diretrizes para promover os reequilíbrios nos contratos de concessão. A Abdib defendeu a manutenção e o fortalecimento da ABGF, em fase de liquidação pelo governo federal.

**Henrique Amarante Pinto***Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG)***18 de junho**

O BDMG desenhou um novo modelo jurídico para viabilizar projetos de PPPs de iluminação pública reunindo diversos municípios, principalmente os menores, que predominam no estado. Trata-se de uma modelagem alternativa aos consórcios municipais, que costumam impor diversos desafios. A proposta apresentada por Amarante, diretor vice-presidente do banco, ao lado de Aurea Carvalho (gerente de estruturação e projetos) e Janaina Resende (gerente de direito administrativo), se baseia na existência de um convênio de cooperação com uma agência reguladora. A expectativa é lançar o primeiro projeto em 2021.

**Marcelo Sampaio***Ministério da Infraestrutura***22 de junho**

Em reunião com várias autoridades do órgão, entre elas Natália Marcassa (Fomento, Planejamento e Parcerias), o secretário-executivo Marcelo Sampaio informou o estágio de formulação do Pró-Brasil, programa para melhorar o ambiente de negócios e investir em transportes. Em um eixo, constam temas como o PLS 261/2018 (autorização para ferrovias), política de céus abertos para aviação, PLs sobre licenciamento ambiental, concessões e PPPs, contratações públicas e desburocratização. No outro, o foco está em obras em andamento e com licitação iminente. Constam 153 projetos, com previsão de 1 milhão de empregos até 2023.



Mauro Ricardo Machado

Governo de São Paulo

23 de junho

O secretário de Projetos, Orçamento e Gestão disse que será necessário instituir medidas para contenção de gastos e ampliação de receitas. O programa paulista de concessões prevê R\$ 37,2 bilhões de investimentos em 19 projetos. O objetivo é trazer investimentos privados, recursos para custeio de equipamentos públicos e receita extraordinária provenientes de outorgas para investimentos públicos. As etapas preparatórias continuam sendo realizadas sem desaceleração, de forma que as licitações possam ocorrer assim que as condições de mercado e o interesse de investidores estiverem mais firmes, atraindo mais investimentos em cenário mais estável.



Kim Kataguiri

Câmara dos Deputados

25 de junho

O deputado federal é relator do projeto de lei 3.729/2004, que propõe uma Lei Geral de Licenciamento Ambiental. O parlamentar apontou pontos fortes do relatório e disse que a votação só ocorrerá após o retorno das atividades presenciais do Congresso Nacional. Kataguiri disse que houve muitas reuniões para produzir o texto e que as divergências são mínimas. As regras propostas pelo parlamentar foram elogiadas, pois diferencia obrigações que são responsabilidade do investidor daquelas que devem ser atribuições do Estado. A modalidade de licença por adesão e compromisso para algumas atividades também foi bem recebida.



Mauro Mendes

Governo do Mato Grosso

24 de junho

O governador do Mato Grosso apresentou projetos de concessão de rodovias em evento realizado pela Abdib com apoio da B3 e da ABCR com apoio do secretário estadual de Infraestrutura, Marcelo de Oliveira. Serão licitados três projetos de concessões rodoviárias, com 512 km no total e prazo de 30 anos, com valor de contrato de R\$ 6 bilhões e perspectiva de investimentos de quase R\$ 1,5 bilhão, cujos editais devem ser publicados no terceiro trimestre, possivelmente ainda em julho. O governador explicou que o estado, que já é o maior produtor de produtos agrícolas diversos, vai dobrar a produção em dez anos.



Rodrigo Limp

Ministério de Minas e Energia (MME)

07 de julho

O secretário de Energia Elétrica informou que os projetos de lei sobre assuntos elétricos que tramitam no Congresso Nacional podem avançar no curto prazo, sobretudo a solução para o risco hidrológico – o que, de fato, ocorreu. Em reunião dos comitês de Gestão da Crise e Estratégico do Setor Elétrico, Limp avaliou que o modelo proposto para privatizar a Eletrobras depende dos parlamentares e o cenário é complexo. Já a modernização do marco regulatório continua no radar. Ele apontou que o consumo de energia se recupera semanalmente. A Abdib voltou a defender a retomada de projetos hidrelétricos no Brasil.



Tarcila Reis Jordão

Governo de São Paulo

10 de julho

A subsecretária de Parcerias indicou que há projetos de concessões maduros para serem licitados, após passarem por consultas e audiências públicas. A publicação do edital pode ocorrer ainda no segundo semestre, sempre considerando o resultado de sondagens que estão sendo feitas com o mercado para identificar o melhor momento, dados os efeitos da pandemia. Ela forneceu detalhes e cronogramas de projetos como Linhas 8 e 9 da CPTM, Trem Intercidades, lotes rodoviários e travessias por balsas, entre outros. A carteira total soma R\$ 94,4 bilhões de investimentos em 41 projetos contratados.



Diogo Piloni

Secretaria de Portos e Transportes Aquaviários

14 de julho

Em reunião do Comitê de Portos, o secretário nacional do Ministério da Infraestrutura apresentou as perspectivas de expansão de investimento no setor. Ele explicou as motivações do governo federal ao preparar uma política pública para a navegação por cabotagem. Piloni apontou que, a partir de 2012, o investimento privado passou a ser priorizado com nova regulação em 2013. Desde então, R\$ 45 bilhões de recursos foram autorizados pelo poder público em terminais de uso privativo e em terminais arrendados. Ele apontou que prevê até R\$ 50 bilhões de investimentos nos próximos cinco anos no setor.



Marco Aurélio de Barcelos

Governo de Minas Gerais

17 de julho

O projeto de concessão do rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte foi retomado pelo governo mineiro e em fase de estudo. Para aprimorar o processo, o estado realizou uma sondagem de mercado na Abdib, para colher contribuições, ação liderada pelo secretário de Infraestrutura e Mobilidade de MG. O rodoanel é o carro-chefe do programa de parcerias mineiro, com valor preliminar de investimento de R\$ 9 bilhões. O cronograma prevê publicar edital em maio de 2021. A carteira de concessões de MG envolve rodovias, metrô, aeroportos e ferrovias. Os empresários tiraram dúvidas, elogiaram os projetos e mostraram disposição para investir na infraestrutura de Minas Gerais.



Christianne Dias

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

22 de julho

A Secretaria de Saneamento do governo federal e ANA já preparam as primeiras medidas após promulgação da Lei 14.026/2020, que modernizou a regulação do saneamento. As ações foram informadas em reunião da Abdib com Pedro Maranhão, secretário nacional, e Christianne Dias, diretora-presidente da ANA. Os coordenadores dos comitês de Recursos Hídricos e Saneamento Básico e de Resíduos Sólidos indicaram prioridades para água, esgoto e resíduos. A ANA informou que publicará agenda regulatória ainda no segundo semestre e temas como governança das agências subnacionais e reequilíbrio terão prioridades.



Marcelo da Costa Vieira

Ministério da Infraestrutura

04 de agosto

Em encontro do Comitê de Ferrovias da Abdib, o secretário nacional de Transportes Terrestre afirmou que o governo conduz atualmente o “maior ciclo de investimento dos últimos anos”. São R\$ 45,5 bilhões de investimentos previstos, incluindo novas concessões em preparação, prorrogação antecipada de concessões ferroviárias e expansões pelo mecanismo de investimento cruzado a partir de outorgas dos contratos renovados. As ações concluídas entre 2019 e 2020 somam R\$ 25,5 bilhões em investimentos contratados. Os empresários pediram esforços para prorrogar o Reporto, regime tributário especial para aquisição de bens para portos e ferrovias.



Laércio de Oliveira

Câmara dos Deputados

06 de agosto

O relator do projeto de lei 6.407/2013, que propõe mudanças no marco regulatório do gás natural, participou de reunião do Comitê de Petróleo e Gás Natural da Abdib para explicar os pontos fortes do texto e pediu engajamento do setor produtivo para que o tema fosse apreciado em Plenário na Câmara de Deputados. O encontro contou com Paulo Pedrosa, presidente da Abrace, e cerca de 50 empresários e especialistas de empresas interessadas no desenvolvimento do mercado de gás natural. A indústria do gás e produtos associados podem aumentar em R\$ 60 bilhões os investimentos no país.



Oscar Cordeiro

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

13 de agosto

Para definir prioridades para normas de referência, competência recebida pela ANA na Lei 14.026/2020, a agência reguladora passou a ouvir o mercado e organizou reunião com a Abdib, à cargo dos comitês de Recursos Hídricos e Saneamento Básico e de Resíduos Sólidos e liderada por Oscar Cordeiro, diretor da ANA, acompanhado de Carlos Motta Nunes, superintendente adjunto de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Um mapeamento da agência identificou mais de 70 temas técnicos, econômicos e regulatórios com potencial para serem tratados em normas de referência.



Bruno Leal

Secretaria Especial do Programa de Parceria de Investimentos

27 de agosto

O secretário especial adjunto do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo federal participou de reunião do Comitê de Desestatização da Abdib organizada para o lançamento do Guia de Desestatizações, documento com boas práticas e fatores críticos para fomentar processos de privatização, concessões e parcerias público-privadas (PPPs). O secretário do PPI elogiou a qualidade do conteúdo e que o documento será avaliado para a equipe federal verificar o que é possível melhorar no processo de estruturação de concessões. Dois capítulos ganharam destaque: a estrutura de garantias e o relacionamento com os órgãos de controle.



Giacomo Francisco Bassi

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)

03 de setembro

Em reunião com empresários e especialistas do Comitê de Transmissão de Energia da Abdib, o superintendente de Fiscalização Elétrica da Aneel explicou atividades de fiscalização. A agência, nos últimos anos, em vez de fazer fiscalizações e aplicar multas em casos de falhas, tem praticado metodologia que inclui monitoramento dos planos e de estatísticas de manutenção das instalações e diálogos com os concessionários. Quando as fiscalizações apontam necessidade de multas, são considerados dosimetria e atos corretivos posteriores. Os especialistas das empresas tiraram dúvidas e apresentaram problemas específicos.



Thiago Barral

Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

11 de setembro

Mais de 80 empresários do setor elétrico acompanharam as explicações do presidente da EPE, Thiago Barral, sobre o Plano Nacional de Energia (PNE) 2050, estudo que indica a estratégia de longo prazo do governo federal para a expansão energética. A Abdib enviou contribuição. Com o PNE 2050, a EPE quis resgatar reflexões de longo prazo no setor, geralmente prejudicadas pelas pautas de curto prazo. Barral disse que a economia e o setor energético passam por uma revolução digital, combinando estratégias estatais e forças do mercado. O Brasil, no entanto, está muito atrasado nessa área em comparação a países desenvolvidos.



Tatiana Thomé de Oliveira

Caixa Econômica Federal

22 de setembro

A vice-presidente de Governo da Caixa participou de reunião do Conselho Consultivo da Abdib e informou que a pandemia não atrapalhou ações de formulação de projetos de PPPs e desembolsos para prefeituras. Com 72 filiais e boa capilaridade, a Caixa adotou estratégia de priorizar municípios menores. Durante pandemia, a Caixa suspendeu pagamentos e flexibilizou regras de vistoria. A atual carteira de PPPs da Caixa conta com 25 projetos e investimento total previsto de R\$ 8,3 bilhões em áreas como saneamento básico, resíduos sólidos e iluminação pública. No fim de 2021, são esperados 136 projetos de PPPs.



Alexandre Porto

Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

23 de setembro

Em reunião envolvendo diversos comitês na Abdib, o diretor substituto da ANTT apresentou iniciativa para angariar apoio do setor privado para a contratação de equipes terceirizadas de consultores com o objetivo de acelerar atividades como orçamentação e análise de projetos executivos dos processos de renovação antecipada de concessões ferroviárias da MRS e da FCA. Uma iniciativa similar já foi adotada para acelerar ações em concessões da Rumo e da Vale. Juntas, as cinco malhas do programa federal de renovação antecipada de concessões ferroviárias somam investimentos de R\$ 40 bilhões.



Renan Brandão

Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

02 de outubro

Além de Brandão, superintendente de Concessão da Infraestrutura da ANTT, reunião do comitê de Rodovias da Abdib contou ainda com Natalia Marcassa (Ministério da Infraestrutura), Bruno Melin (PPI) e André Isper Rodrigues Barnabé (Empresa de Planejamento e Logística). O objetivo foi avaliar com autoridades de transportes as possibilidades de aperfeiçoamento do modelo e da matriz de riscos, criando as bases para o desenvolvimento dos novos projetos e para reforçar a credibilidade do programa federal de concessões. As análises e sugestões abordaram política tarifária, demanda, ciclo de investimentos e condições precedentes de investimentos.



Fernando Marcato

Governo de Minas Gerais

19 de outubro

O secretário de Infraestrutura e Mobilidade de MG apresentou detalhes da concessão do Rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que passará por consultas públicas. Por ser um empreendimento *greenfield* em meio urbano, com mais de 100 km de extensão para construção, há incertezas. O governo está disposto a compartilhar riscos como custos de meio ambiente e de desapropriações. A Abdib apresentou propostas para melhorar a matriz de riscos. Dia 27, Marcato apresentou o programa de concessões de MG para conselheiros da Abdib, quando informou que o estado criará uma agência reguladora para transportes.



Ronei Glanzmann

Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC)

20 de outubro

Em reunião do Comitê de Aeroportos da Abdib, o secretário nacional, acompanhado de Ricardo Fonseca, diretor de Políticas Regulatórias, apontou que o Brasil tem quase 50 aeroportos no programa federal de concessões, incluindo a 6ª e a 7ª rodadas, relotações e instalações regionais. A demanda por voos no mercado interno pode atingir patamar pré-crise já no início de 2021, mas o mercado internacional seguirá com problemas. A licitação dos 22 ativos da 6ª rodada pode ocorrer em março de 2021. Em paralelo, o governo decidiu antecipar a preparação da 7ª rodada: são 17 ativos e US\$ 1 bilhão em investimentos para melhorar a infraestrutura aeroportuária nacional.



Francisval Mendes

Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)

19 de novembro

Em encontro do Comitê Portos, o diretor da Antaq discutiu as prioridades do regulador para melhorar o ambiente regulatório. Mendes informou que o modelo de concessão da gestão dos portos organizados para a iniciativa privada será enviado para audiência pública e pediu participação dos agentes setoriais, como a Abdib, para oferecer contribuições. O diretor disse que, independente da questão que trata, tem diretriz de defender liberdade de mercado, segurança jurídica, respeito a contratos e redução do aparato regulatório. A Abdib ressaltou que organizará empresários e especialistas que atuam no setor para oferecer contribuições ao poder público.



Encontros digitais multiplicam **audiência**

A ABDIB TRANSPORTOU PARA O AMBIENTE DIGITAL A REALIZAÇÃO DE EVENTOS APÓS MARÇO DE 2020

A série de debates digitais Infra Para Crescer – Caminhos para Superar a Crise convidou dez autoridades públicas federais para discutir com empresários medidas para a retomada do crescimento. No total, mais de 25 mil pessoas acompanharam as discussões.

As edições do Diálogos da Infraestrutura abordaram no ambiente digital temas como iluminação pública, financiamento de investimentos, ética e integridade, políticas dos bancos multilaterais para o

enfrentamento da crise e casos de sucesso na implantação de PPP de iluminação pública, com audiência cerca de cinco vezes no ambiente virtual quando comparada à participação presencial.

Em março de 2020, a Abdib realizou o Abdib Fórum Infraestrutura Regional – Edição Norte, em Belém (PA), com 200 pessoas, envolvendo nove estados da Amazônia Legal.

Em dezembro, a Abdib promoveu edição digital do Abdib Fórum, com palestras e conteúdos distribuídos por quatro dias, sempre no período da manhã, com participação de três ministros e quatro governadores.

LIVES INFRA PARA CRESCER

*Disponíveis no canal da Abdib
no YouTube.*

20 de março

Tarcísio de Freitas
Ministro da Infraestrutura

05 de maio

Bento Albuquerque
Ministro de Minas e Energia

14 de maio

Hamilton Mourão
Vice-presidente da República.

15 de maio

Wilson Ferreira
Presidente do Grupo Eletrobras

18 de maio

José Múcio Monteiro
Presidente do TCU

20 de maio

Roberto Campos Neto
Presidente do Banco Central

03 de julho

Paulo Guedes
Ministério da Economia

23 de julho

Rogério Marinho
*Ministro do Desenvolvimento
Regional*

06 de agosto

Rodrigo Maia
*Presidente da Câmara dos
Deputados*

26 de agosto

Gustavo Montezano
Presidente do BNDES

ABDIB FÓRUM INFRAESTRUTURA REGIONAL EDIÇÃO NORTE

Quando. 13 de março de 2020, em Belém (PA)

Participação. 200 pessoas

Governadores. Estiveram presentes os governadores Helder Barbalho (Pará), Waldez Góes (Amapá), Flávio Dino (Maranhão), Mauro Mendes (Mato Grosso) e Antonio Denarium (Roraima), além dos **vice-governadores** Major Rocha (Acre) e Wanderlei Barbosa Castro (Tocantins). No painel final, os secretários estaduais detalharam projetos.

Projetos. Para a realização do evento, a Abdib produziu um documento especial com os projetos estaduais para o investidor privado, trabalho que está atualmente em fase de atualização e ampliação para abranger todos os entes estaduais e contar com uma versão em inglês.

ABDIB FÓRUM 2020 – EDIÇÃO EXPERIENCE

Quando. 1, 4, 9 e 11 de dezembro (em plataforma digital)

Participação. 1.500 pessoas

Ministros: Tarcísio de Freitas (Infraestrutura), Bento Albuquerque (Minas e Energia) e Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional).

Governadores: Eduardo Leite (Rio Grande do Sul), Romeu Zema (Minas Gerais), Mauro Mendes (Mato Grosso) e Wellington Dias (Piauí).

Autoridades federais: Martha Seillier (PPI), Veronica Sanchez (MDR), Pedro Bruno de Souza (BNDES), Igor Lourenço (Susep)

Parlamentares: Senador Eduardo Gomes e deputado federal Arnaldo Jardim

Autoridades internacionais: Paulo Medas (FMI)

Projetos. A Abdib lançou o Livro Azul da Infraestrutura, publicação que consolida todos os projetos de concessões e PPPs da União, de todos os estados e do Distrito Federal e mostra a contribuição dos novos projetos nas projeções de investimentos até 2025 dos setores de transporte e logística e de saneamento básico.

Votações importantes

MESMO DIANTE DA CRISE, HOVE VOTAÇÕES DE MATÉRIAS IMPORTANTES PARA A INFRAESTRUTURA. NO SETOR, A SENSACÃO É QUE O AVANÇO PODERIA TER SIDO MAIOR, MESMO DIANTE DA GRAVE CRISE

Em 2020, apesar das restrições impostas pela pandemia, o que direcionou os esforços do Poder Executivo e do Congresso Nacional para a edição de medidas para enfrentar as crises sanitária e econômica, houve evolução em alguns pontos importantes da agenda legislativa da infraestrutura. Um dos mais marcantes foi a sanção da Lei 14.026/2020, que modernizou a legislação do setor de

saneamento básico. Houve também sanção da Lei 14.052/2020, que deu solução ao risco hidrológico das hidrelétricas, questão bilionária pendente desde 2015. Em dezembro, o Congresso Nacional finalizou a aprovação da nova lei de licitações, aprovando-a. Houve também avanços parciais, a exemplo da nova lei para o gás natural (PL 4.476/2020), que passou na Câmara dos Deputados.

Na avaliação da Abdib, mesmo com os esforços governamentais e políticos voltados ao enfrentamento da crise, alguns temas adicionais poderiam ter sido votados e aprovados. É o caso das novas regras para securitização de dívida tributária e das debêntures de infraestrutura.

Tema/PL	Ementa
Modelo do setor elétrico PLS 232/2016 PL 1.917/2015	Medidas promovem revisão da regulação do setor elétrico, tratando de temas como expansão do mercado livre, separação entre lastro e energia, tarifa binômica, formação de preço por oferta, fim de subsídios nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão e de distribuição e decotização de geração hidrelétrica, entre outros.
Gás natural PL 4.476/2020	Aperfeiçoamento da regulação para atender a mudanças no mercado com a venda de ativos da Petrobras. Estipula normas para acesso de terceiros na infraestrutura existente e busca atrair agentes e investimento e aumentar a competição.
Securitização PLP 459/2017	Esclarece procedimentos para securitização da dívida tributária dos entes públicos, operações que podem contribuir com o aumento de receita pública e impulsionar investimentos públicos e privados.
Desestatização da Eletrobras PL 5.877/2019	Propõe oferta pública de ações e pulverização do capital da estatal federal de energia elétrica sem que a União acompanhe o aumento de capital.

Tema/PL	Ementa
Concessões PL 7.063/2017	Consolida e moderniza regras para concessões em todas as suas modalidades e cria uma Lei Geral de Concessões, incorporando soluções já praticadas.
Mobilidade urbana PL 4.881/2012	Entre diversas diretrizes para a mobilidade urbana, cria o Sistema de Informações dos Transportes Metropolitanos, a Autoridade Metropolitana de Transportes e o Fundo Metropolitan de Transporte Público.
Licenciamento ambiental PL 3.729/2004	Esclarece competências da União, estados e municípios, aperfeiçoa aspectos processuais, autoriza uso de informações e estudos já realizados, consolida normas existentes e norteia o licenciamento nos estados.
Meio ambiente PLS 168/2018	Cria a Lei Geral de Licenciamento Ambiental, estabelecendo normas gerais para o licenciamento de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais e institui a avaliação ambiental estratégica.
Rodovias PLC 8/2013	Institui o sistema <i>free flow</i> nas concessões rodoviárias, sistema de cobrança de pedágio de livre passagem que pressupõe o pagamento proporcional à extensão percorrida pelo usuário.
Agências reguladoras PL 4.562/2020	Institui regras para substituição de diretores de agências reguladoras.
Cabotagem PL 3.129/2020	Altera regras sobre transporte de mercadorias por cabotagem, sobre afretamento de embarcação estrangeira e sobre livre contratação de cobertura de seguro e resseguro.
Cabotagem PL 4.199/2020	Institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar – com medidas para reduzir custos, ampliar rotas e aumentar a competição no afretamento e no transporte de cargas por cabotagem.
Debêntures de infraestrutura PL 2.646/2020	Institui uma nova modalidade, as debêntures de infraestrutura, com benefícios tributários para o emissor dos títulos, além de incentivar emissão de títulos atrelados aos benefícios ambientais dos projetos, os <i>green bonds</i> .

Academia digital da infraestrutura

O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA DA ABDIB AMPLIOU A OFERTA DE CURSOS E PASSOU A OFERECER VERSÕES DIGITAIS EM 2020

Os cursos do EduCorp, programa de educação corporativa da Abdib, foram reestruturados no primeiro semestre de 2020 para serem ministrados em ambiente digital. Sete novas turmas de quatro cursos diferentes foram formadas e as aulas foram 100% em ambiente digital, incluindo novos cursos: Regulação Econômica em Infraestrutura e PPPs e Concessões na Prática – Estudo de Casos Avançados. As barreiras presenciais acabaram derrubadas, possibilitando a inscrição de alunos de todo o país.

Desde 2004, quando foi criado, o EduCorp já realizou mais de 80 cursos, com mais de 2.000 alunos no total. Nos últimos três anos, também foram estabelecidas importantes parcerias com instituições no exterior, como a London School of Economics (Reino Unido) e PPP Council (Canadá), fortalecendo o treinamento oferecido pela Abdib aos profissionais do setor de infraestrutura.

Atualmente, os principais cursos oferecidos pela associação são sobre *project finance*, regulação econômica e seguros e garantias para as áreas de infraestrutura, atendendo demanda crescente dos profissionais do mercado. Instituições e empresas voltaram a contratar cursos fechados sob demanda – em 2020, duas turmas de alunos foram ensinadas nesta modalidade. Para 2021, a programação de cursos seguirá em expansão.

CURSOS EM 2020

Regulação Econômica em Infraestrutura – Turma I

13 de maio

Coordenação: Daniel Keller

Project Finance – In Company

13 de julho

Coordenação: Fernando Fleury

Project Finance – Turma XIX

03 de agosto

Coordenação: Fernando Fleury

Seguros e Garantias – Turma VII

25 de agosto

Coordenação: André Dabus

Seguros e Garantias –

In Company

13 de novembro

Coordenação: André Dabus

PPPs e Concessões na Prática

– *Estudo de Casos Avançados*

29 de outubro

Coordenação: Carlos Nascimento

Regulação Econômica em Infraestrutura – Turma II

11 de novembro

Coordenação: Daniel Keller

Com mais canais digitais, Abdib amplia distribuição de conteúdo

APRIMORAR OS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM PÚBLICOS DE INTERESSE E COM A SOCIEDADE É UMA DAS DIRETRIZES DO ATUAL PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA ABDIB. POR ISSO, EM 2020 FOI INICIADO UM PROJETO CUJO ESCOPO PREVIU A EXPANSÃO DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS

Além de distribuir informações por redes sociais como Twitter, LinkedIn, Facebook, SoundCloud e YouTube, onde já estava presente, a Abdib inaugurou canais no Instagram, Spotify, Deezer e WhatsApp, com conteúdo específico para eles.

Um programa de podcast foi lançado dando voz a propostas e análises setoriais a partir de entrevistas com conselheiros, coordenadores de comitês e empresários que lideram pautas importantes da Abdib. A marca Infra para Crescer foi criada e tem servido de guarda-chuva para comunicar com mais facilidade os benefícios da infraestrutura para o país. O monitoramento do fluxo de comunicação tem sido feito em tempo real, identificando oscilações e oportunidades para atuação operacional tempestiva.

O empenho nas frentes digitais não ocorreu em detrimento das frentes mais

tradicionais de comunicação. Em 2020, mais de 80% das solicitações de informações e entrevistas feitas pela imprensa foram atendidas, patamar similar a 2019. Na mídia, 115 matérias⁵³ foram publicadas em 2020, mesmo nível de 2019.

Periódicos digitais da Abdib (Boletim Interno, para associados, e Newsletter, para todos os públicos) foram modernizados visualmente e editorialmente e tiveram periodicidade ampliada, contribuindo para a Abdib distribuir mais informação aos associados durante a crise.

Para os associados, o Boletim Interno distribuiu 828 notícias em 2020 (crescimento de 35% em relação a 2019⁵⁴), ajudando a promover a transparência e a simetria de informações entre os associados, princípio que deve ser praticado intensivamente em uma associação de classe.

O portal da Abdib também ganhou melhorias, aumentando o espaço disponível para conteúdo novo e exclusivo produzido pela associação. Como resultado, a audiência do portal da Abdib atingiu audiência 25% maior em 2020 em relação a 2019.

⁵³. Inclui somente jornais de grande circulação e emissoras de TV e rádio.

⁵⁴. Em 2019, foram 607 notícias no Boletim Interno.

Defasagem enorme

PARA A ABDIB, SÃO NECESSÁRIOS R\$ 284,4 BILHÕES DE INVESTIMENTOS POR ANO, AO LONGO DE DEZ ANOS, PARA O PAÍS REDUZIR GARGALOS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Dados apurados anualmente pela Abdib mostram que os investimentos em infraestrutura – estão em patamares muito abaixo dos níveis mínimos necessários. Segundo a Abdib, os dados revelam que o setor tem sido sucateado.

Os investimentos aplicados na infraestrutura brasileira somaram R\$ 123,9 bilhões em 2019, inferior em 31,3% ao pico atingido em 2014, quando foram aplicados R\$ 180,3 bilhões no setor em números atualizados. O valor inclui investimentos públicos e privados realizados em todos os níveis de governo. Em 2020, o patamar de investimento não será muito diferente.

De acordo com a Abdib, são necessários ao menos R\$ 284,4 bilhões de investimentos

por ano, o que corresponde a 4,3% do PIB, ao longo dos próximos dez anos, para o país reduzir gargalos ao desenvolvimento econômico e social. Para a entidade, considerando a defasagem entre realidade e necessidade de investimentos, é importante a recuperação de investimentos públicos para, em conjunto com os aportes privados, garantirem a expansão da infraestrutura.

A defasagem entre o que é investido e o que deveria ser investido está mais visível nos setores de saneamento básico e de transportes e logística. Em transportes, são necessários R\$ 149,0 bilhões por ano (2,3% do PIB), mas foram investidos somente R\$ 25 bilhões em 2019 (0,3% do PIB), juntando investimentos públicos e privados. Em saneamento básico, são necessários R\$ 30,0 bilhões por ano (0,45% do PIB), mas foram investidos somente R\$ 14,4 bilhões em 2019 (0,2% do PIB), juntando investimentos públicos e privados. Nos setores de energia elétrica e de telecomunicações, há defasagens, mas em níveis inferiores.

Cenário dos investimentos na infraestrutura brasileira em 2019

Setor	Realizado (R\$ bilhões)	% PIB	Necessidade (R\$ bilhões)	% PIB	Quanto foi investido diante da necessidade (%)?
Transporte	25,00	0,34	149,00	2,26	17%
Energia elétrica	51,40	0,71	55,40	0,84	93%
Telecomunicações	33,10	0,45	50,00	0,76	66%
Saneamento básico	14,40	0,20	30,00	0,45	48%
Total infraestrutura	123,90	1,71	284,40	4,31	44%

Fonte: Apuração Abdib.

Cardápio com 1.200 oportunidades

ESTUDO REÚNE PROJETOS EM ELABORAÇÃO PELA UNIÃO, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL E MOSTRA CONTRIBUIÇÃO DE NOVAS CONCESSÕES NA PROJEÇÃO DE INVESTIMENTO ATÉ 2025

A Abdib apresentou em dezembro de 2020 o Livro Azul da Infraestrutura⁵⁵, publicação com 212 páginas que consolida todos os projetos de concessões e PPPs da União, de todos os estados e do Distrito Federal. No total, 1.200 projetos e/ou iniciativas foram listados a partir de consulta ao poder concedente em cada esfera administrativa.

Do total, aproximadamente 800 ativos são blocos de exploração de petróleo e gás ofertados na 17ª rodada, na nova modalidade de oferta permanente, campos de acumulação marginal e da cessão onerosa. O governo federal ainda apresenta outras cem iniciativas na carteira do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), sobretudo em transportes.

Já os estados e o Distrito Federal apresentam aproximadamente 300 iniciativas e projetos em diversas áreas de infraestrutura de transporte, energia, saneamento, telecomunicações e infraestrutura social.

Além de consolidar oportunidades de investimento em diversas fases de preparação, o Livro Azul da Infraestrutura da Abdib traz também análises revelando a contribuição dos novos projetos – concessões recém-licitadas ou na iminência de irem para leilão – nas projeções de investimentos até 2025 em dois setores mais atrasados na infraestrutura – os de transporte e logística e de saneamento básico.

A Abdib apontou que o Brasil claramente precisa de mais projetos privados e também complementação de investimentos públicos no período.

⁵⁵. O Livro Azul da Infraestrutura está disponível em www.abdib.org.br. Pesquise “Livro Azul da Infraestrutura”.

O quanto os projetos de concessões adicionam de investimentos nos próximos anos? (em R\$ bilhões)

	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Transporte	7,4	14,1	19,5	22,4	18,6	82,0
Saneamento	1,3	5,4	8,2	8,5	8,5	31,9
Total	8,7	19,5	27,7	30,9	27,1	113,9

Fonte: Apuração da Abdib com base na carteira de projetos da União, estados e Distrito Federal para os setores de transportes e logística e de saneamento básico.

CRISIS MANAGEMENT

DURING THE CRISIS, ABDIB HAS BEEN “A LIGHTHOUSE AMID THE FOG”

The year 2020 brought a great deal of uncertainty. The outbreak of the coronavirus had a great impact on supply and demand, leading production sectors and companies to cancel their 2020 annual planning in the first months of the year and to promptly design their new strategies. The motto was ‘surviving’ rather than ‘expanding’.

In times of crisis like these, the operations of a trade association such as Abdib increase substantially. Crises give rise to acute problems in the present and considerable uncertainty about the future, leading companies and public authorities to quickly search information and formulate proposals to help predict scenarios and assess damage. With nationwide presence, 65 years of operations celebrated in 2020, a track record of achievements and tradition, Abdib has naturally become a hub for solutions – a kind of lighthouse amid the fog.

Abdib took swift action to help build bridges, reduce uncertainties and maintain the infrastructure industry operating. By setting up a Crisis Management Committee comprised of the association’s thematic and matrix coordinators and with the support of the Board of Directors and the Advisory Board, Abdib interacted with government and political authorities to lessen the effects of the sanitation and the economic crisis.

Proposals to face the crisis and stabilize the economy

The Crisis Management Committee prepared two proposal documents⁵⁶, which

were submitted in March and June 2020 to the President of the Republic, ministries and other public authorities of federal administration, as well as to the Judicial Branch, the Federal Senate and the House of Representatives. Subsequently, the proposal documents submitted on the two occasions were monitored by the authorities in charge in remote meetings. Approximately 15 monitoring meetings were held.

Main proposals:

- Preserving harmony and coordination among government spheres (Executive, Legislative and Judiciary Branches), regulatory agencies, licensors, inspectors and control inspectors, thus allowing an efficient response to the crisis.
- Recognizing that infrastructure services are essential.
- Introducing measures to preserve infrastructure companies’ revenue and cash position against free riding.
- Relaxing contractual obligations that cannot be met in a timely manner due to fortuitous/force majeure events.
- Making credit lines from public banks available for financing companies’ payroll.
- Postponing federal and state tax payments for 120 days.
- Postponing financing payments with the BNDES and public and multilateral banks.
- Allocating funds to the National Department of Transport Infrastructure (DNIT) to drive economic investments.
- Dialoguing with executive, regulatory and controlling public agencies to develop guidelines and methods for the economic and financial rebalancing of concessions.
- Setting up a conciliation chamber to support the rebalancing processes.

⁵⁶ The first document entitled “Medidas para Garantir os Serviços de Infraestrutura e Manter a Atividade Econômica” (Measures to Guarantee Infrastructure Services and Maintain the Economic Activity) was released in March 2020. The second one, “Propostas para Acelerar o Programa de Investimentos em Infraestrutura” (Proposals for the Acceleration of the Infrastructure Investment Program), was released in June 2020. They are available at www.abdib.org.br. Type “documento de propostas” in the search bar.

- Establishing objective sectorial criteria and protocols to guide the rebalancing processes.
- Using the resources of the CIDE, the National Civil Aviation Fund (FNAC) and the Urban Mobility National Policy to mitigate the effects of the pandemic in the transport sectors.
- Strengthening the Brazilian Guarantees and Fund Management Agency (ABGF), with sufficient capitalization.
- Approving Supplemental Bill 459/2017 to provide legal security for securitization operations of tax debt in installments from public entities and, with the resources, increase public investments.
- Approving bills proposing reforms of the regulation of basic sanitation (Bill 4,162/2019), electricity (Bill 232/2016), natural gas (Bill 6,407/2013), concessions (Bill 7,063/2017) and infrastructure debentures (Bill 2,646/2020).
- Recovering public investments until private agents can clearly see that it is safe to invest.
- Strengthening the planning and taking effective actions to resume works suspended due to budgetary issues.

Strategic positioning points to guidelines

Throughout 2020, even with the due adjustments as a result of the pandemic, Abdib followed the guidelines of its new strategic planning approved in June 2019 by the Board of Directors.

Thanks to the strategic planning, it was possible to align companies' expectations about the entity's performance and strengthen it amid the changes occurring in Brazil and in the infrastructure sector, including political (renewal of the Executive and Legislative Branches in federal and state governments), economic (recession, slow economic recovery and new reform cycle) and social factors (active participation of



society in the discussions via social media). The following guidelines were issued: planning for infrastructure expansion; intense and comprehensive communication, including with society; liaison with partner trade associations; monitoring of institutional actions' performance; active interface with the regional business sector; expansion of nationwide actions working closely with subnational entities (state and municipal governments); investments under a competitive and ethical environment and market opening; internationalization; and the environment.

Long-term planning becomes more relevant

Strengthening the foundations to provide an adequate long-term planning for the expansion of Brazilian infrastructure was one of the guidelines issued by the Board members in the strategic positioning.

In parallel with conversations with the Ministry of Economy since the first quarter of 2019 to develop the Infrastructure Observatory, a tool to facilitate the planning of infrastructure expansion considering the integration of sectors and modes and the existence of economic and technical parameters for the rational selection of investment projects, Abdib opened a dialogue with Fundação Dom Cabral (FDC) with the same scope.

The work with Fundação Dom Cabral, which built the Transport Logistics Infrastructure Platform (PILT), aims at strengthening the basis for the integrated planning of infrastructure expansion. Introduced in May

2020, the initiative encompasses Abdib's Road, Highway and Port Committees. Additionally, Abdib carried out actions to encourage the federal government to resume medium and long-term agendas related to general cargo railway transportation, regional passenger railway transportation and medium-sized hydroelectric plants.

Liaison and initiatives with trade associations

Abdib carried out actions together with other sectorial trade associations throughout 2020, as per the Board of Directors' decisions set out in the strategic planning.

The initiatives mainly involved associations such as the Brazilian Association of Toll Road Concessionaires (ABCR), the National Association of Railway Transportation (ANTF), the Brazilian Association of Railway Industry (ABIFER), the National Mayors Front (FNP), the National Association of Passenger Rail Operators (ANPTrilhos), the Brazilian Association of Electricity Transmission Companies (ABRATE), the Urban Cleaning Companies Syndicate (SELUR), the Brazilian Association of Solid Waste and Public Cleaning (ABLP), the Brazilian Association of Waste and Effluent Treatment Companies (ABETRE), the Brazilian Association of Public Cleaning and Special Waste Companies (ABRELPE) and the Brazilian Association of Private Concessionaires for Public Water and Sewage Services (ABCON).

Regional dialogues with businesspeople and state governments

Faced with the guideline of strengthening the relationship with business and government sectors regionally, Abdib launched in 2019 a program to promote a nationwide debate on infrastructure investment assumptions.

In two years, Abdib organized an agenda to officially present projects to governors, vice-governors and state secretaries from 20 Brazilian states, namely São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Tocantins, Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Bahia, Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte and Sergipe. Most projects of this agenda have been carried out in partnership with regional consortiums of governors through events. The first was Abdib's Regional Infrastructure Forum - Northeast Region Edition, held on August 22, 2019, in the city of Teresina (PI). The second was Abdib's Regional Infrastructure Forum - North Region Edition, held on March 13, 2020, in city of Belém (PA).

The meetings resulted in multiple benefits – consolidating the vision that infrastructure is a vector for sustainable development; placing infrastructure at the top of the agenda of regional public and private leaders; disseminating solutions capable of removing obstacles to investment expansion; and providing an appropriate space for the presentation of state programs and projects related to the infrastructure area. In both events, Abdib prepared a special document with state projects for private investors.

The 2020 edition of the Abdib Forum, held in December, featured federal and state authorities, who once again, presented their projects. On that occasion, Abdib launched Livro Azul da Infraestrutura (“Infrastructure Blue Book”) [see page 85].

Business engagement grows in the crisis

In a trade association, such as Abdib, committees are the organizational basis to make diagnoses and contributions to public authorities and the private sector. The programmatic discussions carried out in

2020 allowed Abdib to contribute to the tax reform proposals of the Ministry of Economy and the National Congress, to important votes in the Legislative branch in the areas of basic sanitation and natural gas, and to support private investments through privatizations, concessions and PPPs, with the preparation of guidelines with the best practices in public lighting PPPs and privatizations.

Abdib currently has 24 work committees – 15 of which addressing sectoral agendas and nine addressing matrix issues to all infrastructure sectors. The Crisis Management Committee, organized by the coordinators of all Abdib's committees, was created in 2020 to quickly contribute with proposals and information to evaluate the situation of the infrastructure sectors during the crisis.

In 2020, Abdib's committees held about one hundred meetings, with a total of 3,200 participants, all of which via video conferencing after mid-March 2020. The topics discussed by entrepreneurs and government and political authorities at Abdib during the pandemic can be grouped into three major principles: suggestions and monitoring of emergency measures to face the crisis, legislative projects that create a regulatory and legal environment that is more attractive to private investment, and medium and long-term policies that address Brazil's structural issues.



COMMITTEES AND WORKGROUPS

FINANCING, RISKS AND GUARANTEES COMMITTEE

In 2020, Abdib's Financing, Risk and Guarantee Committee designed proposals to minimize the impacts of the crisis on the cash flow of infrastructure companies and to improve the conditions for the resumption of investments.

In a meeting held with multilateral banks, Abdib requested their support in the suspension of installment payments and principal installment of financing contracts of public entities, allowing public budget to focus on areas related to fighting the pandemic, such as health and social assistance. Abdib also suggested the increase of credit lines to boost public policies and investments by state and municipal governments.

In a meeting held with the president of BNDES, Abdib recommended actions for the adoption of non-recourse project finance in the financing of infrastructure projects, ceasing the provision of corporate guarantees from investors. The bank is working on a "puzzle" to make project finance feasible by means of organization of risk in the granting of credit and return to the bank-issued guarantee market.

In order to facilitate resumption, Abdib also proposed that the federal government provided guarantees to attract private financing for concessions and other investments. The proposal was based on the existence of a fund that provides guarantees to support risks, such as demand and construction, facilitating the resumption of suspended projects. The committee also offered contributions to Bills 7,063/2017 and 2,646/2020, which have a direct impact on project financing.

LEGAL AND TAX

The impacts of the tax reform proposals on the infrastructure sector prevailed on the Legal and Tax Committee's agenda in 2020. Technical notes analyzing the specificities, concerns and contributions of entrepreneurs for each proposal currently under discussion in Congress (Bill 3,887/2020 (Executive Branch) and Constitutional Amendment Bills (PECs) 45/2019 (House of Representatives) and 110/2019 (Federal Senate) were produced and subsequently sent to government authorities and political leaders. The last meeting of the Legal and Tax Committee held in 2020 offered the opportunity to discuss Abdib's concerns and proposals with Vanessa Canado, advisor to the Ministry of Economy. In addition to the several notes and contributions, the technical notes listed guidelines for the design of a more appropriate tax reform aimed at the infrastructure sector. Abdib recognized that the three proposals are an important step towards the organization of the Brazilian tax system. The sector required reasonable transition periods and the maintenance of the contracts' principle of economic and financial balance. Entrepreneurs would be supported by the inclusion of state and municipal taxes (together with federal taxes) in a unified collection criterion, where the collection authority would be responsible for the subsequent distribution of revenues to each political entity.

PRIVATIZATIONS COMMITTEE

In 2020, Abdib's Privatization Committee launched the Privatization Guide, which consists of a publication that includes recommendations and critical factors to foster privatization projects in Brazil. This initiative aims to support the development of privatization processes, concessions and

public-private partnerships (PPPs) in Brazil, especially in subnational entities. Abdib's Privatization Guide explains concepts, details steps to design a privatization process, warns about legal care and procedures, indicates the need for possible legislative changes to support a privatization project, lists steps to hold popular consultation with less risk of judicial inquiries, and points out practices to make asset transfer processes to the private sector competitive. Two chapters stand out in the Privatization Guide and bring emerging topics that are increasingly present in the discussions: the structure of guarantees and the relationship with control authorities.

The preparation of the good practice guide was one of the main tasks of the Privatization Committee's work plan throughout the year, which also included discussions between public authorities and entrepreneurs to improve the business environment and increase the insertion of the private sector in infrastructure, disseminating knowledge on cutting-edge matters for structuring and designing projects.

SUSTAINABILITY COMMITTEE

In a year of many environmental crises, such as increased outbreaks of fires in the Amazon and Pantanal biomes and the appearance of oil spills on the Brazilian coastline – Abdib warned the federal government, the National Congress and the



Judiciary branch about the serious economic risks of neglecting environmental conservation. "On one hand, Brazil has a history of dealing with environmental matters in a serious way which, despite its weaknesses, cannot be wasted. Addressing the environment on a negligent or ideological way may translate into barriers to global institutional investment," according to an Abdib document publicly distributed in June 2020.

In addition to a more comprehensive discussion on Brazil's environmental policy, Abdib held discussions on the growing incorporation of socio-environmental criteria in company management and project structuring.

Besides, it also claimed that the National Congress approved Bill 3,729/2004, which aims at the update of rules and consolidation of existing regulations into a General Environmental Licensing Law. Several statements were made to government and political leaderships in 2020. In June, the Sustainability Committee organized a meeting between representatives of infrastructure companies and the federal representative Kim Kataguiri, rapporteur of Bill 3,729/2004, when positive aspects of the text were pointed out, including the separation between obligations that are the responsibility of investors and those that should be attributed to the State.

ETHICS AND SOCIAL RESPONSIBILITY COMMITTEE

The coronavirus pandemic has generated enormous demand for medical services, creating bottlenecks or exposing pre-existing problems in the public health infrastructure. Governments' public budget to create additional and appropriate infrastructure to fight against the disease has been highly expanded, but

Brazil's tax scenario will continue to impose restrictions on medical and hospital care.

For this reason, some of Abdib's member companies have organized an action to donate funds for projects that strengthen public health care infrastructure. At first, the Hospital das Clínicas of the University of São Paulo Medical School (HC-FMUSP) was chosen to receive R\$620 thousand donated by ten companies that engaged in the first phase of Abdib's Health Infrastructure program. Other companies are still discussing their participation in the program.

The Health Infrastructure Program was created by Abdib's Social Responsibility Ethics Committee and is expected to last two years. During this period, member companies will raise funds to strengthen public health infrastructure in a context that, in addition to fighting against the Covid-19 pandemic, it will be necessary to provide support to medical teams for consultations, exams and other interventions suspended because of people's fear to go to hospitals during the peak of the pandemic.

ELECTRICAL SECTOR COMMITTEE

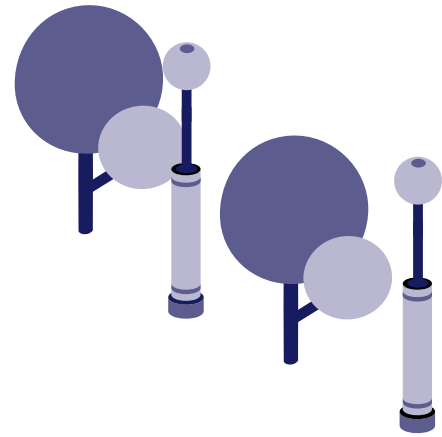
One of the main initiatives of Abdib's Electrical Sector Strategic Committee was the preparation of a diagnosis with a broad list of recommendations to improve investments in the electrical sector. The document was delivered to the federal government and suggests actions to be implemented in three phases – a group of high-impact quick actions, another group to prepare the infrastructure for the future model, and the last group with actions to consolidate the new model.

The document also proposed measures for bidding processes to be able to select more qualified investors who take on concessions, ensuring delivery on time and with the

quality contracted. It also emphasized that the regulatory remuneration must be appropriate to market conditions at the time of the investment, both for assets still to be under a bidding process and for equipment that needs renovation and improvement. Abdib also proposed the resumption of the hydroelectric plant development agenda through the equalization of financial and regulatory risks that restrict the preparation of studies. The association also suggested that subsidy policies for alternative sources of energy be constantly monitored, and those that are already ready for a bidding process be indicated. Entrepreneurs also organized working groups to present proposals to the National Energy Plan (PNE 2050), which consists of studies that outline a long-term strategy for expanding energy infrastructure.

ENERGY PRODUCTION COMMITTEE

On August 13, the Federal Senate approved Bill 3,975/2019, the first item on the agenda of Abdib's Energy Generation Committee. Said Bill, converted into Law 14,052/2020, created new conditions for the renegotiation of the hydrological risk (GSF) of hydroelectric development concessionaires, solving a problem that had not been resolved since 2015, which totaled more than R\$8.0 billion. The matter was the target of various opinions by Abdib and meetings with authorities of the electricity sector. Company losses for reasons beyond their management can be retroactively offset with the extension of the grant term because of hydraulic displacements (due to thermal generation out of order and energy imports that do not have physical guarantee) and problems in structuring developments (delay or unsatisfactory start-up of transmission lines and/or early provision of physical guarantee). The Energy Generation Committee has also



been focusing on issues related to the reform of the sector framework, which needs to be modernized because of the changes occurred in recent years, such as accelerated expansion of intermittent sources of generation (30 GW expected in the 10-year plan for such sources), insertion of distributed generation, technologies to store energy, intelligent and remote operation and electric vehicles, among others. Besides proposals for Abdib's participation in public consultations, the association also held discussions with authorities of the electric sector to express its concerns and submit contributions.

POWER TRANSMISSION COMMITTEE

Abdib's Power Transmission Committee monthly discusses technical, operational and regulatory matters that are essential for the preservation of the original profitability conditions of concession agreements. A poorly measured inspection rule may result in exaggerated financial sanctions that have a direct impact on expected revenue margins. Poorly clarified regulations could mean revenue distress. The Power Transmission Committee is required to study the matters in working groups made up of experts from member companies and make contributions in consultations and public hearings held by the electric sector authorities. In 2020, Abdib participated in six processes, and one of the most important of them addressed

the regulation on recoveries and improvements in power transmission facilities. The lack of clarity in regulation frustrates investments and revenues, and poses risks to the reliability of the system. Abdib offered suggestions to define the concepts of recoveries and improvements, as well as suggestions to adapt the period between the proposal and the implementation of the actions. Another matter of great importance is the useful life of equipment items. The Brazilian power transmission system has nearly 39,000 equipment items that need to be renewed or replaced because they have exceeded regulatory useful life (more than 25 years of operation), and their replacement may require R\$14 billion in investments. One of the challenges is to work on the networks without compromising security and electricity supply; another is to approve funds for companies to replace their equipment items. The solution is of paramount importance so as not to jeopardize the operation and the rendering of transmission services.

PUBLIC LIGHTING COMMITTEE

In 2020, the Abdib's Public Lighting Committee entrepreneurs worked on two fronts to adjust the market for the modernization of public lighting networks in Brazil: reproducing good practices by boosting public-private partnership (PPP) bidding processes, and improving the regulation that standardizes the lighting operation in Brazilian cities.

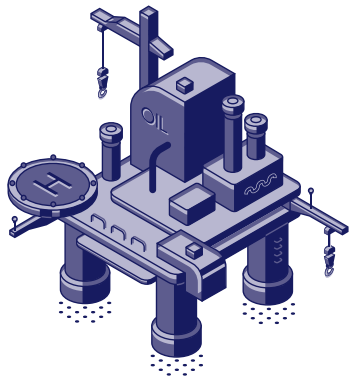
The first challenge was met in July 2020, when Abdib launched the PPPs Good Practice Guide for Public Lighting based on an effort by the member companies. The publication provides municipal managers and experts involved in the stages of project structuring with drafts of public notice, contracts and term of reference for

contracting independent inspectors. The main benefit expected from the standardization and reproduction of good practices is to speed up the stages of preparation, analysis and approval of studies and projects. Such preparatory phases can currently last from 12 to 36 months, depending on the scope. The standardization may reduce this period from 6 to 12 months.

The second challenge concerns sector regulation. Gaps were identified in matters of importance in daily operation of public lighting contracts. A study carried out provided arguments for the preparation of technical notes, the opening of public hearing and the publication of ANEEL Resolution 888/2020. The members of the Public Lighting Committee held meetings with several related parties, among which the Brazilian Electricity Regulatory Agency (Aneel) and INMETRO, as well as seminars to discuss the matter.

OIL AND NATURAL GAS COMMITTEE

The main guideline of Abdib's Oil and Natural Gas Committee in 2020 was to support the approval of a new regulatory framework for natural gas and the construction of a market capable of increasing competition and investments and expanding infrastructure, thus multiplying demand for inputs in Brazil. According to the committee, Brazil is 25 years behind Europe in the use of natural gas. The new regulatory framework, the sale of Petrobras' assets based on an agreement entered into with Brazil's antitrust authority (CADE), and Petrobras' divestment plan are expected to reduce this lag. One of the initiatives was the discussion on the approval of Bill 6,407/2013, which proposes changes in the regulatory framework of natural gas. In this context,



federal representative Laércio de Oliveira, rapporteur of the project, presented the main aspects of the proposed report at a meeting organized under Abdib's Oil and Natural Gas Committee.

For Abdib, Bill 6,407/2013 covers important aspects. One of them is the change from a grant model to a model that authorizes increasing transportation and storage capacity. Another is the independence of the carrier, who cannot have a binding relation with producers or consumers. There is also a rule to access essential infrastructure, such as pipelines and terminals.

Entrepreneurs also discussed the infrastructure of LNG terminals to import gas, which may be an important alternative to develop the country's gas market. Brazil has four terminals, three of them operational.

HIGHWAYS COMMITTEE

Because of the effects of the coronavirus pandemic in Brazil, entrepreneurs of the Highway Committee focused on monitoring the indicators that represent the concessionaires' demand and finances. Discussion channels were created with public authorities to implement and monitor measures to face the crisis. By means of the committee, Abdib offered several proposals, such as temporarily relaxing contractual obligations, suspending financing tranches, and setting guidelines for rebalancing concessions. Besides the crisis, the road sector also

faced cases of political risk. The most noticeable was the expropriation of Linha Amarela in Rio de Janeiro, followed by threats to other concessions. Abdib issued an opinion against the behavior of public authorities, warning about the growth of risk aversion in state and federal concession programs in the entire infrastructure. The matter was submitted to authorities in the Executive, Legislative and Judiciary branches of the federal, state and municipal administrations.

In addition to the management of the crisis, Abdib started dialoguing with public authorities in the highway concession sector to, from a conceptual point of view, identify possibilities to improve the model and the risk matrix, forming the basis for the development of new investment projects. A study prepared by the Highway Committee evaluated the five stages of the federal concession program and explained different treatments given to matters such as tariff policy, demand, investment cycle and previous investment conditions. Following that, it indicated proposals and best practices.

RAILWAYS COMMITTEE

The contract formalizing the renewal of the São Paulo State Railway Network (Malha Paulista) concession was signed on May 27. The process, which began in November 2015, required five years of studies, discussions, public consultations, approvals by various public authorities – Ministry of Infrastructure, ANTT and the Federal Accounting Court (TCU). Matters related to the early renewal program of railway concessions have been a constant at Abdib's Railway Committee meetings – and will remain so until the signing of the last amendment.

In addition to investments (expected to reach more than R\$25 billion in five years) that will increase the network's

transportation capacity, reduce urban conflicts and overcome logistical bottlenecks, another important benefit of the extension process of railway concessions will be the improvement of contracts, with the filling of gaps and clarification of rights and obligations.

Abdib's Railway Committee also analyzed other essential matters for the development of the railway sector: the construction of new railway projects, the return of uneconomical stretches for new uses and the economic benefits of Pró-Brasil's railway projects. The agenda also included matters for improvement of the regulatory environment and legal security, such as Bill 261/2018, which introduces the authorization model for railway investments, among other regulations, and the extension of Reporto, a special tax regime for investments in ports and railways.

AIRPORTS COMMITTEE

The key word in the airport sector in 2020 was survival. In spite of that, Abdib's Airport Committee entrepreneurs focused on new investment opportunities. As from March, topics such as evaluations of the impacts of the pandemic on the demand and finances of the concessionaires, the results of measures adopted by public authorities and proposals designed by the productive sector to mitigate the effects of the crisis prevailed in the monthly meetings.

To monitor the economic and financial situation of the sector and evaluate the measures to face the crisis, two meetings were held with Ronei Glanzmann, National Secretary of Civil Aviation. In line with the private sector, the federal government adopted quick measures. The guidelines and schedules to rebalance the concession contracts were also evaluated throughout the year. One of the meetings was attended by Juliano Noman, CEO of the National Civil

Aviation Agency (ANAC). Until December, partial rebalances were made in eight concessions to offset impacts of the pandemic. In 2020, entrepreneurs also evaluated the perspectives of new investments. In addition to the preparation of the 22 assets of the 6th round, with an auction scheduled for March 2021, the federal government started preparing studies for 17 assets of the 7th round, including Congonhas (SP) and Santos Dumont (RJ), as well a pilot project to start a bidding process for eight small regional airports in Amazonas under the PPP regime. Almost 50 airports are part of the federal concession program, including two bidding rounds under study, apart from the 35 opportunities in the states.

PORTS COMMITTEE

In order to carry out initiatives to expand investments in Brazilian port infrastructure and improve the regulatory environment, Abdib's Ports Committee held a high-level agenda of discussions involving public authorities and experts, who gave their opinions on regulation, financing and port terminal auction models.

Diogo Piloni, National Secretary of Ports and Waterway Transport, discussed the prospects for expanding investments in the port sector. The secretary explained the actions taken to face the crisis caused by the pandemic, recommended the possibility of presenting a public policy to develop cabotage navigation (BR do Mar), and ensured the continuity of the preparatory stages for leases and concessions of organized port management. Investments totaling R\$45 billion have been authorized in leased and private use terminals since 2013. The secretary informed that between R\$40 billion and R\$50 billion should be invested in the sector in the next five years.

Abdib held a meeting with Francisval Mendes, director of the National Water

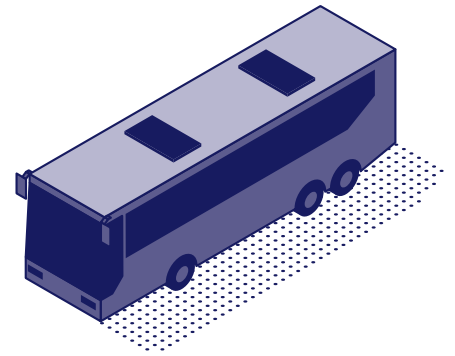
Transport Agency (ANTAQ) with the aim of analyzing matters related to the regulatory agenda of the port sector in 2020-2021, including what the regulator intends to prioritize among the necessary improvements in the regulatory environment. Mendes supported market freedom, legal security, respect towards contracts and reduction of the regulatory structure. Abdib said that it will participate in public hearings.

URBAN MOBILITY COMMITTEE

Public transportation concessionaires were seriously affected by the crisis caused by the pandemic. Passenger flow fell 80% at the peak of the social distancing measures and ends 2020 with demand between 40% and 50% lower, depending on the modal and location. Urban mobility was globally affected by the crisis, with reduced demand and higher costs because of the need to provide more transport option in order to prevent agglomeration. The costs to sanitize equipment have also increased.

However, while public authorities in several countries implemented emergency assistance programs, the Brazil's National Congress approved an assistance package of R\$4 billion in November only (most Brazilian regions do not rely on public subsidies but depend only on tariffs paid by the users). In addition to being insufficient to mitigate the damage, the program was vetoed by Brazil's President.

The creation of a financial assistance program for urban mobility activities is a matter of discussions by sectorial agents, such as Abdib. Based on the initiative of the Urban Mobility Committee, the association requested that public authorities created an emergency financial assistance program to preserve public urban transportation. For the urban mobility sector, the crisis caused by the pandemic proved the need



for greater changes to the model, with inclusion of public subsidies for the operation of services, as implemented in several countries and few Brazilian cities, integrated planning between state and municipalities and the creation of metropolitan transportation authorities to organize the expansion and management of the systems.

WATER RESOURCES AND BASIC SANITATION COMMITTEE

Abdib's Water Resources and Basic Sanitation Committee works over the last three years resulted in the approval of the new sectorial regulatory framework in 2020, sanctioned into Law 14,026/2020. One of the transformative changes is the creation of a goal to offer water and sewage services to everyone by 2033, which may be extended to 2040 in exceptional cases, in order to dilute long-term investments to avoid tariff shocks. Another change is ANA's new competence (it now regulates basic sanitation) to issue national reference standards aimed to regulation. In addition, competition becomes the rule, with restrictions on the rendering of services based on program contracts. Regional blocks can also be formed to increase investments.

After the enactment of Law 14,026/2020, the members of the Water Resources and Basic Sanitation Committee began to monitor and contribute to the regulation process of the new regulatory framework, which requires three executive orders. One of the most

important executive order will present a methodology for operators to show whether they have economic and financial capacity to make necessary investments for the popularization of the services. Another executive order will define the Federal Governments' technical and financial support to subnational entities.

In the second half of 2020, Abdib focused on the implementation of the provisions of the new law. It carried out meetings with the Secretary of Sanitation of the Ministry of Regional Development to offer contributions to the preparation of the necessary executive orders. Abdib also participated in a meeting held by ANA to evaluate priority topics, from the point of view of companies, in order for the regulatory agency to issue standards that will be valid in the entire country.

SOLID WASTE COMMITTEE

With the mission of proposing solutions for the provision of urban cleaning and waste management services in an environmentally sound and financially sustainable manner, Abdib's Solid Waste Committee had reasons to celebrate in 2020. The main good news was the approval of the new sanitation regulatory framework, making it clear that the "economic and financial sustainability of the services are assured" by means of direct charge from users or any other forms, such as subsidies. The next steps will guarantee the regulation and application of the new law in different locations in Brazil.

To support the new law enforcement, a study on the costing models of solid waste services throughout the world was developed by mapping solutions provided in the five continents and in Brazilian cities. One of the findings is that specific charging methods (services directly charged from citizens), based on the concept of polluting agent-paying individual, is a common practice all over the world, especially in

more developed countries. Another finding is that the charge changes people's habits with reduced generation of garbage per inhabitant and increased recycling practices. On June 30, 2020, the Ministry of the Environment created the Waste Transportation Manifest (MTR) and the National Solid Waste Inventory. The MTR system registers each load of waste and effluents transported from generators to disposers, accompanies each load in the truck that transports it with a printed document and provides manageable information for the environmental authorities. The topics were recurrent at the meetings of Abdib's Solid Waste Committee.

INDUSTRY COMMITTEE

Through the activities of the Industry Committee, Abdib sent contributions to the 9/2020 public consultation of the National Telecommunications Agency (ANATEL), which addressed the rules of the bidding notice for the provision of telecommunications services in fifth generation (5G) technology. In the bidding process, radio spectrum of national and regional coverage will be offered. Abdib's main proposal was that the bidding process should reserve an exclusive frequency band for the industry, similarly to other countries, to boost the development of 4.0 industry in Brazil. Germany, for example, reserved part of the spectrum for industries to build their own 5G networks, reducing the reliance on telephone operators. Thus, in countries where an exclusive 5G frequency band was reserved for the productive sector, industries became investors in the construction of networks, catalyzing the development of 4.0 technology. Issues such as infrastructure availability and data traffic security were deemed relevant for the industry to defend its own frequency range.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

BRITALDO SOARES • Enel

Vice-Presidente

ANDRE CLARK • Siemens Energy Brasil

ANDRÉ LIMA DE ANGELO • Acciona
 BRUNO DE SENA • BMPI Infra
 CARLOS HITOSHI • Macquarie Brasil
 CARLOS VILLA • Solví
 DANIEL GODINHO • WEG
 DÉCIO AMARAL • Ultracargo
 EDUARDO TOLEDO • CCR
 GUSTAVO ESTRELLA • CPFL
 JOSÉ ROBERTO PAIVA • Hitashi ABB Power Grids
 LAURO CELIDÔNIO NETO • Mattos Filho Advogados
 LUIZ SERGIO VIEIRA FILHO • EY
 MARCELO CORDARO • Camargo Corrêa Infra
 MARCO SIQUEIRA • OEC
 MARCOS ALMEIDA • Brookfield Brasil
 MAURICIO BÄHR • Engie Brasil
 NATHANAEL DA MOTA • Engetec
 PAULO GODOY • Alupar
 RADAMES CASSEB • Aegea
 SAULO ALVES PEREIRA JUNIOR • Andrade Gutierrez
 SOLANGE RIBEIRO • Neoenergia
 TERESA VERNAGLIA • BRK Ambiental
 VIVEKA KAITILA • GE
 WILSON FERREIRA JUNIOR • Eletrobras

DIRETORIA EXECUTIVA

VENILTON TADINI

Presidente-executivo

RALPH LIMA TERRA

Vice-Presidente Executivo

NIVALDO TETTI

Diretor Administrativo e Financeiro

JOSÉ MARIA DE PAULA GARCIA

Diretor de Comitês Temáticos

IGOR ROCHA

Diretor de Planejamento e Economia

JOSÉ CASADEI

Diretor de Comunicação

CINTIA TORQUETTO

Diretora de Eventos

CONSELHO CONSULTIVO

ALEXANDRE TOSTES • OEC
 ANDRE DABUS • Marsh
 ANDRE DORF • Arteris
 ANTONIO PARGANA • Cisa Trading
 CARLOS JOSÉ DE SOUZA • Andrade Gutierrez
 CELSO PEDROSO • Solví
 CLAUDIA BONELLI • Tozzini Freire Advogados
 DANIEL DE MENDONÇA • GE
 DANIELA SANDOVAL • BRK Ambiental
 EDUARDO VIEGAS • Concremat
 FERNANDO LOHMANN • Macquarie Brasil
 GILSON KRAUSE • Promon
 GUSTAVO BARRETO • CCR
 GUSTAVO GACHINEIRO • CPFL
 GUSTAVO PORTELLA • WIZ Corporate
 JOÃO PAULO PAPA • Sabesp
 JORGE NEMR • Leite, Tosto e Barros Advogados
 JOSÉ ALBERTO DIAS • Hitashi ABB Power Grids
 JOSÉ LUIS Menguini • PWC
 JOSÉ VIRGILIO ENEI • Machado Meyer Advogados
 JULIO FONTANA NETO • Rumo
 LEONARDO NUZZI • Voith Hydro
 MARCELO VIEIRA • Banco Fator
 MARCELO ELIAS • Lockton
 MARCO BUZZO • Caixa Econômica Federal
 MARIO WESTPHALEN • Tsea Energia
 MASSIMO GUALA • Salini Impregilo
 MAURICIO ENDO • KPMG
 MAX XAVIER • Enel
 MICHEL BOCCACCIO • Alstom
 MIGUEL NORONHA • BMPI Infra
 MIGUEL SETAS • EDP
 PAULO GARCIA • Alupar
 PEDRO BRUNO • BNDES
 RENATO MEIRELLES NETO • CAF
 RENATO SUCUPIRA • BF Capital
 ROGERIO TAVARES • Aegea
 RUI CHAMAS • ISA CTEEP
 THOMAS FELSBERG • Felsberg Advogados

EMPRESAS ASSOCIADAS

ABB
 Acciona Infraestructuras
 Aegea Saneamento e Participações
 Alstom Brasil Energia e Transporte
 Alupar Participações
 Andrade Gutierrez
 Arap, Nishi & Uyeda Advogados
 Arcadis Logos
 Aroeira Salles Advogados
 Arteris
 Azevedo Sette Advogados Associados
 Banco Fator
 Barbosa Mello Participações e Investimentos
 BDO RCS Auditores Associados
 BF Capital Assessoria em Operações Financeiras
 BMG Seguros
 BNDES
 BR Infra Group
 BRK Ambiental
 Brookfield Brasil
 Caixa Econômica Federal
 Camargo Corrêa Infra
 Caragua Luz
 Castilho Engenharia e Empreendimentos
 CCR
 CEMIG – Cia. Energética de Minas Gerais
 CISA Trading
 Companhia Paulista de Desenvolvimento - CPD
 Concremat Engenharia e Tecnologia
 Construtora OAS
 Construtora Queiroz Galvão
 CPFL Energia
 Crasa Infraestrutura
 CSO Ambiental de Salto SPE
 Delta Comercializadora de Energia
 Demarest Advogados
 Desenvolve SP
 EDP Energias do Brasil
 Egis Engenharia e Consultoria
 Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras
 Enel Distribuição São Paulo
 Engetec Construções e Montagens
 Engie Brasil Participações
 EY
 Fator Seguradora
 Felsberg e Pedretti Consultores Legais
 Furnas Centrais Elétricas
 Galvão Participações
 General Electric Energy do Brasil
 GLP Brasil Gestão de Recursos e Administração
 GS Inima Brasil
 Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental
 Heleno & Fonseca Construtécnica
 Houer Consultoria e Concessões
 HTB Engenharia e Construção
 ICSK Brasil Construção
 Intertechne Consultores Associados
 Invepar
 ISA CTEEP
 Itazi Engenharia
 Itron Soluções para Energia e Água
 J.P. Morgan
 KPMG Structured Finance
 Leite, Tosto e Barros Advogados Associados
 Lockton Brasil Consultoria e Corretora de Seguros
 Lopes Kalil Engenharia e Comércio
 Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados
 Macquarie Brasil Participações
 Madrona Advogados
 Manesco, Ramires, Perez, Soc. Advogados
 Marsh Corretora de Seguros
 Mattos Filho Advogados
 Megatranz Transportes
 Motta Fernandes Advogados
 Muller, Altit Advogados
 Natturis Consultoria e Assessoria Ambiental
 Neoenergia
 Norte Energia
 Nuclep – Nuclebrás Equipamentos Pesados
 OEC
 PAR Riscos Especiais | WIZ Soluções
 Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos
 Pinheiro Neto Advogados
 Primav Construções e Comércio
 Promon Engenharia
 PwC - PricewaterhouseCoopers
 Radar PPP
 Repume Repuxação e Metalúrgica
 Roadis Brasil Participações de Infraestrutura
 Rumo
 Sabesp – Cia. Saneamento Básico do Estado de SP
 Salini Impregilo SPA
 Saneamento Ambiental Águas do Brasil
 Sete – Soluções e Tecnologia Ambiental
 Siemens Energy Brasil
 Siemens Infraestrutura e Indústria
 Sobicam Infraestrutura e Participações
 Solví Participações
 State Grid Brazil Holding
 Taesa – Transmissora Aliança de Energia Elétrica
 Tarobá Engenharia e Negócios
 Tauil & Chequer Advogados
 Technip Fmc
 Tenaris Confab
 Terrafirma Consultoria Empresarial e de Projetos
 Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados
 TSEA Energia e Automação
 Ultrapar Participações
 Una Partners Economia e Finanças
 Vallya Advisors Assessoria Financeira
 Vinci Airports
 VLI Multimodal
 Voith Hydro
 Weg Equipamentos Elétricos

EMPRESAS
ASSOCIADAS

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DA INFRAESTRUTURA E
INDÚSTRIAS DE BASE**

Praça Monteiro Lobato, 36

cep: 05506-030

Butantã - São Paulo-SP

Tel.: 11 3094-1950

Fax: 11 3094-1970

abdib@abdib.org.br

www.abdib.org.br

